

ODÉCIO TEN CATEN

FORMA(S) DE GOVERNO NAS REDUÇÕES GUARANIS

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

FLORIANÓPOLIS

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

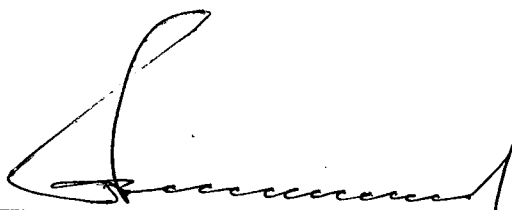
A dissertação FORMA(S) DE GOVERNO NAS REDUÇÕES GUARANIS

Elaborada por ODÉCIO TEN CATEN

E aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi julgada adequada para a
obtenção do título de MESTRE EM DIREITO.

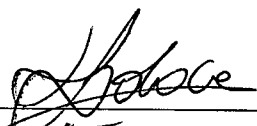
Florianópolis, 19 de fevereiro de 2001

Banca Examinadora



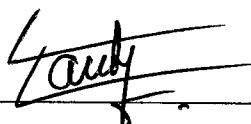
Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer – presidente

Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Júnior – membro



Prof.ª Dr.ª Thais Luzia Colaço – membro

Coordenador do Curso



Prof. Dr. Christian Guy Caubet

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise histórico-crítica das diversas formas de governo atribuídas às trinta reduções guaranis que floresceram nos territórios atuais do Paraguai, Argentina e Brasil, entre os anos de 1610 e 1768.

Dividida em três capítulos, o primeiro apresenta o contexto europeu que originou a conquista e submetimento da América Hispânica, fundação de reduções e conversão dos ameríndios ao catolicismo. Todo esse processo, resultado da geopolítica de expansão da Santa Sé após a Contra-Reforma e do projeto dos reis católicos ibéricos na tentativa de impor o modelo europeu pela evangelização, foi confiado aos jesuítas. Esses foram acusados de constituírem um Estado independente dentro da monarquia absolutista espanhola. Estado que não houve.

O segundo capítulo analisa as formas controvertidas de governo nas reduções: teocracia, utopia, socialismo, comunismo e república. Ora defendendo determinada forma de governo, ora atacando-a, procura-se uma síntese do que é historicamente comprovado pela literatura a respeito dos posicionamentos controversos.

O terceiro capítulo, sobre o projeto espanhol para as Índias, como era denominada a América, demonstra que as reduções estavam situadas em regiões de confronto entre duas monarquias européias. Portugal e Espanha tinham interesses nos mesmos territórios. Enquanto domínio seu, a Espanha legislava sobre as reduções através das Leis de Índias. Os missionários, cooptando os caciques, promoveram-nos a ocupantes de cargos nos Cabildos, organização municipal herdada do direito castelhano e implantada nas reduções.

Pelo método de pesquisa bibliográfica são apresentadas as teorias contraditórias a respeito das formas de governo nas reduções guaranis. Ao final, uma síntese, concluindo que representavam, na realidade, um prolongamento do Estado espanhol nas Índias.

RESUMEN

Esta disertación hace un análisis historicocrítico de las diversas formas de gobierno imputadas a las treinta reducciones guaraníes que florecieran en los territorios actuales del Paraguay, Argentina y Brasil, entre los años de 1610 y 1768.

Dividida en tres capítulos, el primero presenta el contexto que originó la conquista y sometimiento de la Hispanoamérica, fundación de reducciones y conversión de los amerindios al catolicismo. Todo ese sistema, resultado de la geopolítica de expansión de la Santa Sé después de la Contrareforma y del proyecto de los reyes católicos ibéricos en la tentativa de imponer el modelo europeo por la evangelización, fue confiado a los jesuitas. Esos fueron acusados de constituir un Estado independiente dentro de la monarquía absolutista española. Estado que no hubo.

El segundo capítulo analiza las formas controvertidas de gobierno en las reducciones: teocracia, utopía, socialismo, comunismo y república. Ora sustentando determinada forma de gobierno, ora atacando, procurase una síntesis de lo que es historicamente comprobado por la literatura a respecto de las posiciones controvertidas.

El tercer capítulo, sobre el proyecto español para las Indias, como era denominada la América, demuestra que las reducciones estaban situadas en regiones de confronto entre dos monarquías europeas. Portugal y España tenían intereses en los mismos territorios. Encuanto dominio suyo, la España legislaba sobre las reducciones a través de las Leyes de Indias. Los misionarios, agregando los caciques, promoveran los mismos a ocupantes de cargos en los Cabildos, organización municipal heredada del derecho castellano y implantada en las reducciones.

Por lo método de pesquisa bibliográfica, son presentadas las teorías contradictorias a respecto de las formas de gobierno en las reducciones guaraníes. Al final, una síntesis, concluyendo que representaban, en la realidad, un prolongamiento del Estado español en las Indias.

SUMÁRIO

RESUMO..... IV

RESUMEN..... V

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO I – A AMÉRICA HISPÂNICA NO IMAGINÁRIO EUROPEU..... 7

1.1 O contexto histórico europeu: Reforma, Contra-Reforma e fundação da
Companhia de Jesus..... 7

1.2 O projeto de conquista e conversão dos ameríndios..... 19

1.3 O modelo e a fundação de “reduções” 31

1.4 “Estado Jesuítico” independente..... 44

CAPÍTULO II – FORMAS DE GOVERNO CONTROVERTIDAS..... 55

2.1 “Teocracia” resultante do modelo missionário..... 55

2.2 Realização de “utopias” da literatura universal..... 65

2.3 O coletivismo missioneiro: “socialista-comunista”? 76

2.4 “República” como unidade administrativa espanhola..... 89

CAPÍTULO III – O GOVERNO DAS REDUÇÕES NO PROJETO ESPANHOL..... 99

3.1 As reduções: guarnições fronteiriças de Espanha..... 99

3.2 O “Conselho de Índias”, as “Leis de Índias” e o prolongamento do
Estado espanhol..... 111

3.3 O cacicado: governo dos índios guaranis..... 121

3.4 Cabildo: o governo municipal espanhol..... 130

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 145

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte de uma proposta interdisciplinar: discutir o fato histórico das reduções guaranis que floresceram em território sul americano nos séculos XVII e XVIII sob o enfoque da Ciência Política. Visa a análise da diversidade de formas de governo já atribuídas às reduções. Amparado em farta pesquisa bibliográfica, multiplicidade de citações de autores clássicos, pesquisadores e autoridades no assunto, concluir, ao final, que a forma de governo foi o “Cabildo”, cópia do sistema administrativo municipal que a Espanha implantava em todas as suas colônias.

O método é a pesquisa histórica, problematizando as controvérsias, selecionando os posicionamentos que resistem à veracidade dos fatos.

A partir das navegações do século XV o mundo conhecido estendeu-se para o Ocidente e o domínio europeu atingiu a América. Espanha e Portugal detinham o monopólio da navegação e do conhecimento das técnicas de viagens marítimas. A Igreja Católica, enfraquecida com a perda de seguidores, de modo especial com a Reforma Protestante iniciada em 1517 por Martinho Lutero na Alemanha, estava à procura de novos territórios aos quais pretendia estender sua dominação e de pessoas para serem catequizadas na religião católica, a fim de substituir o rebanho dissidente que havia migrado para o Protestantismo.

No imaginário europeu, as elites pretendiam transferir para a América o domínio econômico e religioso que estavam acostumadas a exercer sem contestação durante séculos.

Para os navegadores ibéricos, interessavam novas fronteiras a explorar em busca de ouro e prata. Descobrir novas terras significava dispor dos meios e dos fins da colonização. Para a Igreja Católica, o objetivo era levar a palavra de Cristo a outros povos, como forma de compensar as perdas provocadas pela Reforma.

Consequência prática, os objetivos de comerciar e evangelizar se interligaram: levar o Cristianismo aos assim considerados “pagãos ameríndios” e o mercado europeu ao ultramar.

Impor o monopólio régio ibérico aos aborígenes conquistados e submetidos na América Hispânica e o Evangelho como imposição, mesmo à custa da destruição da cultura e religiosidade autóctone. Submeter outros povos ao domínio da Europa mercantilista, cristã e católica. Um processo de violência histórica, com mais vencidos do que vencedores.

A Igreja Católica enfrentava a insubordinação de facções internas, por ela consideradas heréticas, para com a sua doutrina teologicamente defasada e críticas severas à sua hierarquia, verdadeiro estamento apegado ao poder, protegida pelos monarcas da época. Admitia-se em vários setores a premente necessidade de uma reforma doutrinária e disciplinar. A Reforma desencadeou a reação em busca de mudanças há tempo desejadas que terminaram por abalar a estrutura sólida de poder, unicidade doutrinária e prática religiosa da Igreja Católica na Europa.

Ofensiva imediata da Igreja, o movimento religioso em oposição à Reforma foi a Contra-Reforma. O Papa Paulo III, em 1545, convocou o Concílio, que se realizou em Trento. A finalidade era recuperar o prestígio da Igreja Católica enfraquecida com a perda de almas para o Protestantismo. Ameaçada de perder territórios e influência na Europa, lançou-se a novos projetos, em busca de novos domínios. O objetivo imediato era o de implementar uma nova geopolítica de expansão territorial e conquistar outros povos para evangelizar.

Antes da Contra-Reforma, já em 1534, foi fundada a Companhia de Jesus. Os padres jesuítas, uma espécie de força-tarefa religiosa para fazer frente aos estragos da Reforma, com o aval do Papa e dos Reis de Espanha, em 1548, chegaram à América, inicialmente ao Paraguai, numa missão catequético-missionária. Primeiro fundaram colégios para instruir os filhos dos conquistadores, destinados a perpetuar na América a elite mercantilista e intelectual européia.

Seu projeto maior teve início em 1610, estendendo-se até 1768. Significa, no tempo, quase um terço da História da América Latina. Mediante licença dos Vice-Reis e Governadores, representantes dos Reis de Espanha nos territórios conquistados, fundaram 54 reduções, também denominadas missões, povoados, doutrinas. Eram aldeamentos de índios guaranis, populações nativas que habitavam o território do Paraguai, Argentina, Uruguai e parte dos Estados meridionais do Brasil. Dessas, 30 prosperaram, tornando-se centros urbanos

à moda da civilização européia que lhes foi imposta pelos jesuítas, concomitantemente à sua conversão ao cristianismo pelos missionários, seus líderes espirituais, e, na prática, os representantes da expansão político-econômica ibérica nos trópicos.

À organização político-administrativa das reduções e, principalmente, à forma de governo foram atribuídas diversas denominações através dos tempos, descritas em extensa bibliografia. A primeira consagrada pela literatura foi a de que as reduções constituíam um Estado independente, fundado e dirigido por padres jesuítas em solo americano, tamanha a sua influência sobre os guaranis e junto às autoridades espanholas.

O tema das reduções sempre foi alvo de curiosidades e controvérsias. Como, ao lado de uma experiência catequético-missionária, floresceram sociedades economicamente produtivas e até exportadoras, com exército, administração e governo próprios? Que forma de governo tinham, entre as diversas que já lhes foram atribuídas?

O contexto histórico de sua fundação está inserido numa época em que a Europa passou por crises, transição do feudalismo para o capitalismo, expansão colonial, Reforma Protestante, Contra-Reforma, fundação da Companhia de Jesus e instalação de um novo modelo de evangelização de povos nativos americanos para conquistar outros adeptos em substituição às perdas provocadas pela Reforma na Europa. De imediato, circularam pela Europa notícias de que os padres jesuítas estariam instalando um Estado independente dentro dos domínios monárquicos de Espanha em solo americano. Este o tema do capítulo primeiro desta dissertação de Mestrado, turma especial do Curso de Pós-graduação em Direito, convênio do Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo, RS, e da Universidade Federal de Santa Catarina.

O segundo capítulo debruça-se sobre as formas de governo controvertidas que foram atribuídas às reduções guaranis, denominações com significados antagônicos, ora defendidas, ora negadas por autores que analisaram o tema.

Fundadas numa época em que a Igreja Católica lançava-se a projetos missionários de conquista e conversão de gentios, as reduções foram, desde logo, apresentadas como uma conquista espiritual e civilizatória, freqüentemente denominadas de “Estado Teocrático”

dentro da América Hispânica. Teriam representado a concretização de um império temporal, religioso, cristão-católico, pretendido pela Igreja após a Contra-Reforma.

Com a vinda dos missionários, não se fundou uma Igreja das Índias, como era denominada a América. Não ocorreu uma inculturação, com sacerdotes indígenas, ritos e religiosidade autóctone. Ao contrário, foi imposta uma Igreja nas Índias, cabendo ao padre jesuíta, invariavelmente, a palavra final, inclusive sobre o local de instalação da redução. As rotinas diárias, tanto no espaço urbano como rural eram realizadas de acordo com rituais sacralizantes trazidos pelo homem branco europeu que conquistou esta terra, primeiro à força da espada e mais tarde impondo a cruz, símbolo de dominação da cristandade européia. Tudo isso alterou profundamente o modo de ser e viver do guarani, sem poder de reação diante da nova estrutura religiosa. O modo de vida nas reduções passou a ser cristianizado. Esta leitura significou a concretização de um modelo e forma de governo teocrático, na interpretação de alguns autores.

Tanto as teorias das obras utópicas da antiguidade clássica quanto as renascentistas e as dos séculos XVII e XVIII serviram para explicar a organização política e o governo das reduções guaranis em solo americano. A partir de alguns aspectos peculiares da organização missioneira tentou-se estabelecer paralelos com passagens da variedade de projeções dos utopistas. Todos eles, ao longo do tempo e em épocas diferentes, descreveram uma organização política ideal, um novo estado de coisas e um modo de ser imaginativo, diferente de tudo quanto já fora dito a respeito da maneira de organizar a vida dos povos em comunidade.

Todo modelo utópico visualiza sociedades perfeitas, abstrações hipotéticas da realidade e situações ideais concretizadas em espaços imaginários. Pelo seu ineditismo, várias das obras dos utopistas serviram de comparativo à experiência político-catequética dos jesuítas nas reduções guaranis. Teriam sido a concretização de algumas das utopias.

Com base na peculiaridade do sistema de produção dos índios guaranis, uma economia de reciprocidade, diversos autores defendem a implantação de um sistema socialista e/ou comunista de governo nas reduções. Os guaranis não conheciam a propriedade privada, estando acostumados a uma vida tribal e comunitária. Atribuir a este coletivismo a antevisão

de alguma forma socialista ou comunista de governo, mesmo dentro de uma estrutura capitalista-mercantilista espanhola, tem sido um desafio à historiografia, com diversas conclusões discordantes, embora todos admitam a peculiaridade da experiência comunitária, singular para a época.

A forma de governo republicana foi atribuída às reduções. Uma “República Guarani” inserida nos territórios de uma monarquia? Conceitos contraditórios para a Ciência Política, que requerem análise contextualizada sobre o real significado do termo “república”.

As reduções estavam subordinadas a uma monarquia. O ordenamento jurídico e as previsões administrativas eram ditadas através dos Vice-Reis e Governadores. Faz-se necessária uma análise da sistemática administrativa espanhola para determinar se houve autonomia e soberania em cada redução ou se estavam vinculadas à Coroa Espanhola.

O projeto espanhol, ao incentivar a criação das reduções entre índios guaranis na América meridional, foi de estabelecer guarnições de fronteira para fazer frente aos portugueses que almejavam ocupar os mesmos territórios. Portugal e Espanha viviam em constantes conflitos e as reduções visavam a deter o avanço português. O terceiro capítulo faz a análise desse planejamento global inserido na aliança de Espanha com os jesuítas, uma situação-limite resultante do processo de colonização sul-americano, fazendo das reduções fronteira viva no Prata, como meio de assegurar sua estabilidade e segurança para evitar a penetração do inimigo.

O organismo do governo espanhol de instrução, controle e administração das expedições comerciais e religiosas era o “Conselho de Índias”. O conjunto da legislação, sempre referendado por esse Conselho, era denominado de “Leis de Índias”, institutos que marcaram decisivamente o sistema colonial e a forma de governo temporal nas reduções.

Antes da chegada do europeu, os guaranis, em sua estrutura tribal, organizavam-se em forma de “cacicados”. O cacique era a autoridade principal, resolvendo litígios, liderando o grupo na paz e na guerra.

Os caciques tiveram um papel importante no início das reduções, tornando-se colaboradores dos jesuítas que assim conseguiram a submissão dos guaranis à autoridade real espanhola. Com a promessa de futuros cargos na estrutura de governo do Cabildo, organização municipal herdada do direito espanhol, foram cooptados pela nova estrutura de poder.

O Cabildo era uma instituição de administração e justiça no sistema colonial espanhol. As reduções não poderiam existir sem a aprovação das autoridades espanholas. Naturalmente, seu governo imitava o das cidades coloniais. Faz-se necessária, pois, uma análise crítico-histórica da diversidade de formas de governo atribuídas às reduções guaranis. Houve, na verdade, uma forma. Foi o Cabildo, regime administrativo e de governo, transposto do velho município castelhano da Idade Média para os novos domínios de além-mar: América.

I A AMÉRICA HISPÂNICA NO IMAGINÁRIO EUROPEU

1.1 O contexto histórico europeu: Reforma, Contra-Reforma e fundação da Companhia de Jesus

A América foi descoberta por europeus espanhóis, na época mercantilista, de expansão das fronteiras e propagação da fé, marcada determinantemente por navegações incentivadas e patrocinadas por reis católicos: *“Aparece, em particular, uma técnica de viagem, empreendimento de exercício de poder e empreendimento de curiosidade e de aquisição de saber, que conduziu finalmente ao descobrimento da América.”*¹ Na mesma obra, o Autor analisa o domínio que a Europa exerceu sobre o mundo na época dos descobrimentos (séculos XV a XVI), concluindo: *“... a Europa impôs violentamente o seu jugo a toda a superfície da terra.”*²

Os povos americanos não sabiam da existência do mundo europeu e, para eles, o descobrimento significou a quebra de sua estrutura social, política, econômica e religiosa. Existiu, pois, primeiramente, uma “América Hispânica”:

*“... a expressão América Latina continua sendo notoriamente imprecisa. O que é América Latina? Em primeiro lugar, por que latina? Toda a latinidade começou no Lácio, pequeno território adjacente à cidade de Roma, e foi crescendo em círculos concêntricos ao longo da história: primeiro, até abarcar o conjunto da Itália, ampliando-se logo até a parte da Europa colonizada pelo Império Romano, restringindo-se depois aos países e zonas que falam linguas derivadas do latim, e transportando-se, por fim, ao continente americano que esses europeus descobriram e colonizaram.”*³

¹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999. p. 75.

² FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 62.

³ MORENO, César Fernandez. *América latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. XVI. *Hispano América* designa os países de língua espanhola. Quando se inclui o Brasil, diz-se *Ibero-América*. *Latino América*: todos de linguas originadas do latim.

Nessa época, a Europa vivia uma crise de identidade: expansão colonial, transição do feudalismo para o capitalismo, Reforma Protestante, Concílio de Trento e Contra-Reforma. Lançou-se à busca de novas terras e almas para evangelizar. Os habitantes da nova terra (denominados indevidamente de índios) sofreram um processo de conquista-submetimento. O mundo cresceu para o Ocidente:

*“A conquista do século XVI aniquilou praticamente (...) grandes culturas, mas, ao mesmo tempo, deu-lhes nova vida dialética, ao transformá-las no ‘terminus ante quem’ de um processo de ocidentalização. Esse processo afetou também os demais povoadores da América, que detinham naquele momento um grau inferior de evolução: os que genericamente eram chamados de índios pelos descobridores, levados pelo gigantesco erro geográfico que os fazia acreditar terem chegado à Ásia.”*⁴

Assim que chegaram, os espanhóis encontraram na terra descoberta os indígenas, pacíficos e amantes da paz. Mas, ao se lançarem sobre as civilizações que aqui floresciam, destruíram suas cidades e culturas, ávidos para enriquecer com ouro. Foi essa avareza a causa principal da destruição desses povos que, por serem pacíficos, foram facilmente submetidos.

Uma nova cultura foi imposta: *“A cultura européia trouxe principalmente a linguagem, a religião, técnicas desconhecidas. Os primitivos habitantes da América – isto é, os verdadeiros americanos – foram despojados de seus impérios e possessões.”*⁵

As informações históricas dão conta de que o europeu, na América, produziu e legou subdesenvolvimento, miséria e submissão. O passado é acusador. Para ele, do século XV a XVI, descobrir significava dispor dos meios e dos fins da colonização. Significou, muito particularmente nos países ibéricos, levar a palavra de Cristo aos pagãos e o mercado europeu ao ultramar. Os objetivos de “evangelizar” e “comerciar” estavam interligados: impor o monopólio régio sobre os corpos e almas dos gentios e submeter os povos ao domínio da Europa cristã e católica. Raymundo Faoro sintetiza essa dupla missão dos descobridores e, posteriormente, dos colonizadores das terras americanas assim: *“O domínio do indígena, sua*

⁴ MORENO, César Fernandez. op. cit. p. XVII.

⁵ MORENO, César Fernandez. op. cit. p. XXIII.

*integração à cultura europeia, pareceu à autoridade metropolitana obra do missionário, com a catequese como prelúdio da submissão da raça inferior. Após o homem do Evangelho, com ele muitas vezes, aparecia o soldado e, em seguida, o colono traficante.”*⁶

Em consequência desse processo, mudaram os conceitos e a mentalidade, como imposição: *“Esta forma complexa de pensar o mundo e de reconhecer o passado americano de valores europeus, destituído de sua própria estrutura, não resiste à menor crítica. Apresenta-se como uma forma de dominação. Na América Latina a conquista consistiu não apenas na simples ocupação de territórios povoados mas também em saques e genocídios realizados em escala até então desconhecida.”*⁷

Em contrapartida, à empresa comercial em que foram transformados os descobridores e colonizadores da América, implementou-se outra, de cunho religioso-catequético, com o fim de levar a religião católica aos povos descobertos, tirando o índio de seu meio natural, levando-o para a civilização: reduzindo-o.

Para o empreendimento de conquista das terras e das almas, o Estado espanhol e a Igreja foram incansáveis. Naquele tempo, tudo o que não era Europa precisava do reconhecimento europeu para existir. Uma espécie de “nihil obstat” concebido pela civilização que se considerava modelo universal e que representava muito mais do que hoje se chama eurocentrismo. Por conta de um empreendimento que visava a integrar a América Hispânica aos costumes políticos, culturais e religiosos da Europa, produziu-se um passado que dá conta da dizimação de nações inteiras que aqui habitavam: *“Em 1492 os europeus chegados à Hispaniola estavam convictos de que tinham atingido um mundo novo. Era ilusão. O mundo aqui já existia há mais de 40 mil anos.”*⁸

No decorrer do século XVI, a Europa entrou numa profunda crise de religiosidade, resultante do processo de transformações que desintegraram a velha sociedade feudal. As “reformas”, a começar pela de Lutero (Alemanha, 1517), foram uma forma de expressão dessa crise. A teologia católica foi severamente atingida pelas críticas dos reformadores. Os

⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 v. 11. ed. São Paulo: Globo, 1977. p. 199.

⁷ GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *A experiência missionária: integração e desintegração de um povo*. In: *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1994. p. 28.

⁸ BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1987. p. 90.

esforços, de imediato, foram pela reconstituição da “cristandade” perdida na Europa depois das reformas.

O que representou a Reforma, movimento que sacudiu a Europa no início de século XVI? : *“O Renascimento em si compreendeu uma valorização do homem e suas possibilidades. A Reforma foi a dimensão religiosa do Renascimento.”*⁹ As análises históricas apontam para *“... grandes transformações, em pleno século XVI, durante a queda do prestígio da Igreja Católica, pois novas concepções teológicas de protesto emergiram levando a uma ‘reforma’ religiosa chamada ‘protestante’ e que permitia o fortalecimento do Estado Nacional, dos novos reinados e da burguesia ascendente, que com todas essas mudanças iniciava a sua conquista de espaço...”*¹⁰

Atualmente se consideram insuficientes as explicações morais e religiosas da Reforma:

*“Ninguém se atreve hoje a enumerar as causas da Reforma. Um fenômeno tão complexo surgiu de fatores tão numerosos que somente uma análise geral, que abarca centenas de anos de história, poderia aproximar-nos de uma resposta satisfatória. O ódio contra o clero, muito extenso, desempenhou seu papel. Quase sempre se conjugou a hostilidade contra Roma e com um fervente nacionalismo. A cobiça, o endividamento e os cálculos políticos devem também ser levados em conta. Mas a mensagem dos reformadores respondeu – isto é hoje indubitável – a uma imensa sede espiritual que a Igreja foi incapaz de satisfazer. Os pregadores da Reforma necessitavam de nenhum apoio político para atrair seus partidários, ainda que esse apoio fosse necessário para consolidar os resultados alcançados pelo ataque inicial dos profetas. Não se pode esquecer que, em seus inícios, a Reforma foi um movimento espiritual com uma mensagem religiosa.”*¹¹

⁹ SEBE, José Carlos. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 15.

¹⁰ FLORES, Moacyr, SANTOS, Júlio Quevedo dos, OSÓRIO, Getúlio Xavier e SANTOS, José Carlos dos. *De Montoya a Sepp, um universo de dedicações*. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 292.

¹¹ ELTON, G.R. *New Cambridge Modern History: The Reformation Era, 1520-1559*. *Apud*: FARIA, Ricardo de Moura, MARQUES, Adhemar Martins e BERUTTI, Flávio Costa. *História*. v. 1. São Paulo: LÊ, 1989. p. 49.

De imediato, a reação católica foi no sentido de “... rechaçar o protestantismo desde o sopé dos Alpes até as margens do Báltico. O protestantismo expressava a ideologia do capitalismo ascendente: o catolicismo, comandado pelo Papa, expressava a ideologia feudal.”¹²

O movimento que encetou o ataque à Reforma ficou conhecido como “Contra-Reforma”, de inspiração religioso-católica, que afetou a história cultural e política da Europa, desempenhando, ainda, um papel importante na europeização do mundo. Durante muito tempo a mentalidade da Contra-Reforma dominou a Europa católica. O Concílio de Trento desencadeou o processo:

“Em 1545, o Papa Paulo III convocava um concílio. Estava aberto, assim, um dos capítulos mais importantes da reforma religiosa católica. Trento funcionou como palco e emprestou o nome à reunião. O Concílio de Trento durou dezoito anos e teve várias interrupções. Convocado com a finalidade de redefinir as posições católicas, conseguiu responder às expectativas dos fiéis. Reafirmou todos os dogmas atacados pelos protestantes, declarou que as boas obras eram tão necessárias para a salvação quanto à fé. Redefiniu a força dos sacramentos, o valor da oração, o culto dos santos da Igreja; redigiu-se o catecismo romano; confirmou-se a presença de Cristo na Eucaristia (dogma da transubstanciação); resolveu-se combater a indisciplina clerical, determinando que fossem fundadas escolas especiais e seminários, destinados à orientação e formação dos sacerdotes; reafirmou-se a crença no purgatório, o celibato sacerdotal e a tradição dos ensinamentos apostólicos com a mesma autoridade que a Bíblia foi redefinida como fonte de fé. Entre tantas deliberações, destaque deve ser dado à reafirmação da supremacia do papa, como vigário de Cristo e chefe de toda a Igreja Católica. Assim, estava reconstituída a forma monárquica do governo da Igreja.”¹³

No mesmo sentido vão as afirmações conclusivas de Antônio Carlos Wolkmer: “Temendo a expansão protestante, urgira a reafirmação da integridade da Fé e dos dogmas

¹² FREITAS, Décio. *O socialismo do tipo missionário*. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983. p. 36.

¹³ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 25.

(...) o Concílio de Trento oficializou a divisão de forças, propiciando que a Península Ibérica se convertesse no principal baluarte de reação ao protestantismo.”¹⁴

É questão discutida se a Contra-Reforma teve, apenas, contornos religiosos de reação católica à Reforma:

“A Contra-Reforma não deve ser entendida apenas como uma reação ao protestantismo. Ela aconteceu forçada pela Reforma, mas suas raízes são bem mais antigas, tendo se originado da insatisfação de várias tendências católicas, geralmente consideradas heréticas, com a hierarquia da Igreja. Há alguns anos, papas e cardeais já admitiam que a Igreja necessitava de uma reforma. Alguns historiadores preferem não usar o termo ‘Contra-Reforma’, substituindo-o por ‘Reforma Católica’.”¹⁵

Diante da realidade da Reforma Protestante, a Igreja traçou uma nova geopolítica para fazer frente às perdas sofridas na Europa. Os estudos de Chiavenatto apontam nesse sentido: *“... a Igreja Católica, reagindo à Reforma Protestante na Europa, planejava conquistar espaços em várias partes do mundo e, para isso, organizou a ocupação da América. Chocada com a possibilidade de perder toda a Europa, resolveu conquistar ‘almas’ para preservar a base de seu poder temporal . Em 1622 criou-se a Sagrada Congregação da Propaganda da Fé, que iria apoiar a infiltração da Igreja na América.”¹⁶* O autor conclui: *“... a Igreja se deu conta de que precisava de um domínio temporal para a sua sobrevivência, e tornou explícito o que estava implícito desde o Concílio de Trento: o estabelecimento de ‘repúblicas’, missões ou aldeamentos de índios catequizados, para ter uma base temporal de poder.”¹⁷*

No mesmo sentido vão os estudos de Luiz Felipe Baêta Neves ao analisar as angústias da Igreja européia ante o avanço do protestantismo: *“... uma cristandade que tem que encarar um duplo desafio: o da perda de territórios tradicionais (pela Reforma) e o do aparecimento de novos territórios (pelos ‘Descobrimentos’).”¹⁸*

¹⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 42.

¹⁵ CHIAVENATTO, Júlio José. *Bandeirismo – dominação e violência*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1991. p. 9.

¹⁶ CHIAVENATTO, Júlio José, op. cit. p. 9.

¹⁷ CHIAVENATTO, Júlio José. op. cit. p.12.

¹⁸ NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios - Colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978. p. 30.

Para a tarefa de expansão de seus territórios e da fé católica, a Igreja contou com a ajuda dos jesuítas. No ano de 1540, o Papa Paulo III aprovou a criação da “Ordem dos Jesuítas” ou “Companhia de Jesus” (SJ – *Societas Jesu*), fundada pelo militar espanhol Ignacio de Loyola em 1534. Inspirados na estrutura militar, os jesuítas consideravam-se os soldados da Igreja, sua tropa de elite. O seu objetivo, desde a fundação da ordem, era o de expandir o domínio católico na Europa e nos demais continentes. O seu lema era : “Para a maior glória de Deus.”¹⁹ Integrava os escritos dos superiores jesuítas aos seus subordinados: “*Confio que tudo há de ser para a maior glória de Deus.*”²⁰

Diante do fenômeno estritamente europeu da Contra-Reforma, Luiz Felipe Baêta Neves estudou a questão , enfocando a imediata reação da Igreja Católica: “ *É certo que a Cia. de Jesus foi criada em uma época em que o cristianismo se sentia ameaçado espiritual e territorialmente por forças inimigas – as da Reforma protestante. E é evidente que os ideais E de milit,ncia de luta em todas as frentes são caros ao catolicismo do século XVI. Mas a Contra-Reforma é um fenômeno especialmente europeu visa a manter suas as áreas já católicas e reconquistar áreas perdidas para os protestantes.*”²¹

Os jesuítas foram reconhecidos pelo seu esforço de divulgação da fé católica: “ *A Companhia de Jesus foi a primeira multinacional ideológica do mundo. (...) os jesuítas inauguraram o imperialismo espiritual dos tempos modernos.*”²²

Em outro estudo, Back aprofunda a questão da influência jesuítica após a Contra-Reforma: “ *Arautos da Contra-Reforma os inicianos buscavam na massiva e org,nica evangelização do ‘selvagem’ e embasados num ideário filosófico clássico que pregava novo ser/nova urbe um antídoto para contrapor-se aos ventos moralizadores (e capitalistas) dos ‘protestantes’ da Europa. Na América mais que na África Índia e China as missões assumiram a face visível dessa recuperação da pureza teológica perdida da Igreja Católica de Roma.*”²³

¹⁹ “*Ad maiorem dei gloriam*” - tradução livre do autor.

²⁰ SEPP, Antônio. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p. 224. Consta em documento do Pe. Simão de León, Provincial, apresentando um auxiliar ao Pe. Sepp para as reduções de São Miguel e São João Batista.

²¹ NEVES, Luiz Felipe Baêta. op. cit. p. 71.

²² BACK, Sílvio. *República Guarani*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 37. O Autor é roteirista do filme com o mesmo título, lançado nacionalmente em 1981.

²³ BACK, Sílvio. *Socialismo biônico dos sete povos das missões*. In: Anais da I Jornada de Cultura Missioneira. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1985. p. 112.

Sobre a importância do trabalho dos jesuítas como uma das principais armas da Contra-Reforma, empenhados em conquistar almas para a Igreja Católica, enfraquecida na Europa pela Reforma, há mais informações: *“Falar em missionarismo nos tempos modernos é falar na Companhia de Jesus.”*²⁴ A respeito de sua atuação pós-Reforma e Contra-Reforma: *“... os jesuítas funcionaram como ala nova da Igreja de Roma. Pode-se dizer que na transição do feudalismo para o capitalismo, em termos religiosos, a Companhia de Jesus foi uma instituição facilitadora.”*²⁵ Ainda do mesmo Autor: *“A Companhia era a própria expressão de Trento. A Igreja reformada encontrou na Companhia de Jesus uma nova forma para sua sobrevivência. Tanto em relação aos protestantes como em relação à crise da Igreja, conseguiram os jesuítas dar respostas às expectativas gerais.”*²⁶

Sebe, após análise conjuntural da atuação e influência dos jesuítas no processo de cristianização da América, conclui: *“A Companhia de Jesus, ordem religiosa de seu tempo, com propósitos e objetivos da época, surge como resposta católica à necessidade reformista da Igreja, tendo o fim determinado de lutar, em todas as partes do mundo, pelos ideais de Deus.”*²⁷

Aceita-se, hoje, embasado em estudos e releituras históricas que a missão dos jesuítas em terras americanas não foi, apenas, uma tarefa catequético-evangelizadora: *“Mais decisiva que a disposição do Concílio de Trento foi a dos reis de Espanha e Portugal por entenderem que a conquista dos novos territórios só seria possível com a ajuda dos padres.”*²⁸ Formou-se uma verdadeira “aliança” entre Roma, Lisboa e Madri. As conclusões de Chiavenatto:

“Os reis e Portugal e Espanha (...) providenciaram para que a conquista se fizesse com o apoio dos sacerdotes católicos. Os padres foram usados como força auxiliar da conquista. Com o correr do tempo a Igreja de Roma percebeu que as ‘almas’ perdidas na Europa poderiam ser conquistadas na América, dando-lhe a base para um novo império temporal – alicerce de sua autoridade religiosa, e lhe daria meios de influenciar e lhes granjear a proteção. O medo de perder seu povo na Europa com o progresso metódico dos protestantes, com sua própria transformação da economia modificando os

²⁴ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 56.

²⁵ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 56.

²⁶ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 41.

²⁷ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 33.

²⁸ CHIAVENATTO, Júlio José. op. cit. p. 10.

eixos do poder político, levou a Igreja a pensar numa expansão religiosa. Os índios americanos seriam o seu novo rebanho. Urgia conquistá-los para instalar a base temporal do novo império. Essa 'expansão da fé', apoiada pelos reis de Espanha e Portugal, permitiria sobreviver aos estragos da Reforma.”²⁹

Robert Bolt fala inclusive em “... *direitos especiais concedidos aos jesuítas pela Coroa de Espanha.*”³⁰

Danilo Lazarotto conclui no mesmo sentido: “... *Felipe III, em 1608 encarregava (...) os jesuítas, criando o sistema das reduções pelo qual o rei doava aos índios as terras sob a condição de abraçarem o catolicismo, aceitarem a supervisão dos jesuítas...*”³¹

Desde sua fundação, os jesuítas exerceram grande influência sobre os papas e reis : “... *a Companhia de Jesus é, tanto na América como na Espanha, um grupo de pressão particularmente eficaz.*”³² Serviram como agentes do poder real na Espanha dos Reis Católicos que converteram a Igreja num notável instrumento de poder político, com o intuito de preservar e expandir seu domínio, ameaçado pelos movimentos reformistas protestantes. Daí a importância da participação dos jesuítas no empreendimento de “... *colocar o mundo inteiro sob a regência católico-romana.*”³³

A difusão da religião católica em terras americanas não foi feita somente por jesuítas. É reconhecida, no entanto, a sua destacada atuação: “*De todas as ordens religiosas, franciscanos, capuchinhos, beneditinos, carmelitas, oratorianos, (...), nenhuma desempenhou (...) o papel dos jesuítas e representou (...) a moral romana e européia, enrijecida pelo Concílio de Trento, no espírito da Contra-Reforma.*”³⁴ Pode afirmar-se que o objetivo era o de impor uma “... *mentalidade senhorial orientada para servir a Deus e ao Rei.*”³⁵

²⁹ CHIAVENATTO, Júlio José. op. cit. p. 10.

³⁰ BOLT, Robert. *A Missão*. São Paulo: Best Seller, 1987. p.181. O livro serviu de roteiro para filme com o mesmo título.

³¹ LAZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1982. p. 12.

³² HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Cia. das Letras/Círculo do Livro (1986). p. 223.

³³ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 67.

³⁴ FAORO, Raymundo. op. cit. p. 198.

³⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p. 42.

Décio Freitas lança o questionamento sobre o porquê da escolha dos jesuítas pelos Reis de Espanha para o empreendimento de conquista e conversão da América: “*Aos olhos da Coroa, representavam o elemento humano e religioso ideal para a empresa. Constituíam uma elite internacional, dotada de cultura consideravelmente superior à dos funcionários da Coroa e dos colonos. Recomendavam-se pelo seu desprendimento, sua organização e sua disciplina, em contraste com o resto do clero...*”³⁶

Arno Álvarez Kern, analisando a atuação dos jesuítas entre os ameríndios, conclui : “*... os jesuítas foram líderes carismáticos e ‘heróis-civilizadores’ dos Guaranis, ao mesmo tempo que representantes da monarquia absolutista espanhola, da Santa Sé e da Companhia de Jesus.*”³⁷

Em outra obra, Kern interpreta a verdadeira união entre a monarquia espanhola e a Igreja católica operada em solo hispano-americano quando afirma: “*Esta aliança entre o trono e o altar explica porque a conquista da América espanhola foi feita por um duplo sistema, de maneira concomitante. Um sistema religioso, preponderantemente fundado sobre a força espiritual (...). O outro, um sistema laico...*”³⁸

José Oscar Beozzo denomina a atuação dos jesuítas de “*... dupla articulação entre dominação política e imposição religiosa...*”³⁹

Era notório, desde a sua fundação, o esmero intelectual e moral dos jesuítas. Nesse sentido, Alberto Armani analisa a atuação político-religiosa dos jesuítas, reconhecendo seu preparo para a tarefa: “*... a Companhia de Jesus aceitou converter-se no braço secular para a conquista do Paraguai oriental – foram sempre puros instrumentos. Os jesuítas constituíram, na verdade, o melhor que a força organizada da Igreja podia oferecer, tanto por sua rigorosa seleção como por sua preparação garantida por longos anos de estudo.*”⁴⁰

³⁶ FREITAS, Décio. op. cit. p. 39.

³⁷ KERN, Arno Álvarez. O “modelo político” das missões jesuíticas. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1993. p. 16.

³⁸ KERN, Arno Álvarez. Missões: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 87.

³⁹ BEOZZO, José Oscar. Os nativos humilhados e explorados. In: CONCILIUM. Petrópolis: Vozes. dez. 1990. p. 83.

⁴⁰ ARMANI, Alberto. Ciudad de Dios y ciudad del sol – El “Estado” jesuita de los guaraníes (1609-1768) México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 108. Textualmente: “*La Compañía de Jesús aceptó convertirse en el brazo secular para la conquista del Paraguay oriental – fueron siempre puramente instrumentales. Los jesuitas constituían en verdad lo mejor que podía ofrecer la fuerza organizada de la Iglesia, tanto por su rigorosa selección como por su preparación garantizada por largos años de estudio*” - tradução livre do autor.

Thaís Luzia Colaço refere que “... a presença dos representantes da Igreja Católica seria cada vez mais acentuada e organizada na América. Com a dupla missão de ‘cristianizar e civilizar’, vieram para cá diversas ordens religiosas. Inicialmente, veio o clero secular, mas não obteve êxito, sendo substituído pelo clero regular. Os franciscanos foram os primeiros a chegar, depois vieram os dominicanos, os agostinianos, os mercedários e, finalmente, os jesuítas.”⁴¹

Ao analisar a atuação específica dos jesuítas, diz:

“Na América, os jesuítas servem aos interesses coloniais das monarquias ibéricas, ocupando o território, ampliando e defendendo as suas fronteiras, ‘pacificando’ os indígenas e, principalmente, exercendo o poder tutelar e atuando como eficiente veículo de divulgação da cultura cristã ocidental.

Com relação à autoridade do Papa, os jesuítas deviam respeito à hierarquia da Igreja e à da própria Companhia, na figura do Padre-Geral e de seus provinciais. Encontravam-se igualmente submissos às autoridades que representavam o Estado Espanhol na América, pois as reduções estavam localizadas dentro do espaço jurisdicional, além de que, eram mantidas financeira e militarmente por ele.”⁴²

O objetivo maior, portanto, era claro: “... pregar discursos evangélicos, no seu empenho secular de alcançar a cristianização pela europeização dos povos indígenas.”⁴³

Deonísio da Silva, co-roteirista do filme República Guarani, sintetiza o panorama europeu na época da conquista da América Hispânica e a atuação dos jesuítas:

“Em linhas gerais, o papel dos jesuítas, na forma como é visto pela Coroa de Portugal e Espanha, será o de tornar índios brabos em índios mansos (...). Embora não se possa dizer que todos os padres da Companhia de Jesus tenham endossado essa posição, é certo que a Cia., como instituição, prestou-se a esse serviço e apoiou a política colonizadora dos dois impérios (...). Como entender, por exemplo, que uma multinacional religiosa como

⁴¹ COLAÇO, Thaís Luzia. “INCAPACIDADE” INDÍGENA – tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2000. p. 107.

⁴² COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 109.

⁴³ RIBEIRO, Darcy. O povo latino-americano. In: CONCILIUM. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 24.

*a Companhia de Jesus, fundada com o objetivo declarado de postar-se em defesa do reacionarismo da Contra-Reforma, pudesse, uma vez desembarcada nas terras do Novo Mundo, suscitar e fundar uma sociedade liberal, despida dos ranços que ela prometera conservar e defender as mudanças?”*⁴⁴

A história dos povos, em geral, foi de opressões, resistências, lutas. Assim, também, a América Hispânica passou pela dominação político-religiosa européia. Neste continente cita-se, a toda hora, a luta histórica dos oprimidos a caminho da libertação. Onde houve oprimidos, houve opressores (inclui, inevitavelmente, esbulhos, torturas, assassinatos, prisões e desaparecimentos). Na época (séculos XV a XVI) não havia alternativas. O mundo era pensado pela Europa.

Por isso, a releitura da história hispano-americana faz restrições à ação da Igreja Católica: “*A Igreja foi o principal agente desintegrador do indígena na América.*”⁴⁵ Foi uma Igreja menos evangelizadora do que colonizadora. O projeto de colonização e cristianização imposto por um plano conjunto da Espanha e da Igreja deixou marcas profundas nos rostos e na cultura. Sem poder resistir, ainda hoje é um continente submisso e dependente, em busca da libertação de seus países e de seu povo do domínio multinacional.

Como passavam por uma crise religiosa na Europa, Igreja e Reis, numa aliança estratégica, trataram de conseguir novas terras para explorar e almas para catequizar/salvar. A Reforma protestante subtraiu territórios e fiéis. A nova geopolítica conduziu para a América. Os jesuítas foram auxiliares nesse projeto de conquista-submetimento: tomar posse do território e dominar os índios (ameríndios), primeiro seus corpos com a espada, posteriormente impondo a cruz, civilizar, cristianizar. Foi esse o propósito claro da ação européia, com o apoio decisivo dos jesuítas.

⁴⁴ SILVA, Deonísio da. *Do índio, pelo jesuíta ao rei: o enigma da república dos guaranis*. In: *VERITAS*. Porto Alegre: mar. 1983. p. 78.

⁴⁵ BACK, Sílvio. op. cit. p. 120.

1.2 O projeto de conquista e conversão dos ameríndios

De acordo com os manuais tradicionais de História, o descobrimento da América resumiu-se a uma narração épica. Tudo começou numa bem sucedida viagem de três caravelas e alguns tripulantes visionários. Segundo essa visão, os espanhóis “descobriram” a América. O conceito “descoberta” reflete uma visão europeizante que pressupõe a superioridade de sua civilização. Desse modo, mesmo que já povoassem outras regiões há milhares de anos, eles (os ameríndios) precisavam ser “descobertos”, reconhecidos pela civilização européia. Assim, dominaram todo o continente: “*A partir do ‘eu conquisto’ ao mundo asteca e inca, a toda a América.*”⁴⁶

Restaram, no entanto, aspectos obscuros, geralmente omitidos e que não mereceram análise crítica:

“A grande questão que sempre se levanta é: como puderam alguns poucos homens dominar e vencer a populações tão numerosas? Há uma grande variedade de respostas, mas, sem sombra de dúvida, quem melhor sintetizou esse tema foi Pablo Neruda. Disse ele:

‘A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.’ A espada – o enorme poder de fogo das armas européias, às quais os indígenas só podiam contrapor arcos, flechas, lanças, tacapes. A cruz – O trabalho de catequese efetuado pela Igreja Católica. Apesar de alguns religiosos terem se destacado como ardorosos defensores dos indígenas (o caso mais famoso é o do jesuíta Bartolomé de las Casas), de modo geral a catequese esteve intimamente associada a mecanismos de conquista e dominação política e econômica. A fome – Consequência inevitável das mudanças operadas (...) escravização, além das doenças adquiridas no contato com os brancos, principalmente a varíola, doenças venéreas (...) lepra, tifo.”⁴⁷

⁴⁶ DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977. p.14.

⁴⁷ “*La espada, la cruz y el hambre iban diezmando la familia salvaje*” - tradução livre do autor. – FARIA, Ricardo, MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio Costa. op. cit. p. 66-67.

A releitura da História da América Hispânica autoriza a deduzir que a “descoberta” foi, na verdade, um bem arquitetado plano de conquista: “*A conquista da América é a expressão dialético-dominadora...*”⁴⁸

Toda conquista, mormente nos tempos do descobrimento da América, trouxe conseqüências nefastas para os habitantes da terra. O resultado, em geral, foi de opressão e submetimento. Leonardo Boff faz uma análise do que ocorreu com os povos ameríndios: “*A conquista e a colonização constituem um ato em si de grandíssima violência. Implicam que uma nação com sua cultura, memória, história e religião se submeta a outra, perdendo seu caráter de sujeito histórico. Tem de aceitar um bloqueio em seu desenvolvimento autônomo. Deve aderir à lógica do outro. Deve assumir formas políticas, hábitos culturais e expressões religiosas e a língua do dominador.*”⁴⁹

A conquista da América já foi comparada a “... *uma guerra de ocupação – antecedida pelo pretenso inocente ‘descobrimento’ ou ‘exploração’ propriamente dita.*”⁵⁰ Dussel aponta os autores da guerra e compara o descobrimento a uma “invasão”: “... *o capital ‘monetário’, o Estado (na Espanha) e o ‘Estado das Índias’, os conquistadores, os missionários e quem sofreu as conseqüências. A partir da perspectiva do índio, o ‘descobrimento’ e a ‘conquista’ foram um só e mesmo movimento: uma ‘invasão’. A ‘invasão’ de ‘nosso’ mundo (para os europeus ‘América’), que passou a ser ‘deles’ e o habitante autóctone, o ‘excluído’.*”⁵¹

Essa invasão provocou marcas indeléveis na América, deixando mais vencidos do que vencedores. Raras vezes se deu voz à versão dos vencidos. Ela existe: “... *nossas religiões, nossas terras, nossas minas, nossas sementeiras foram saqueadas, profanadas, e passaram às mãos de quem não as havia trabalhado. O resto de nossos avós que não havia sido eliminado preferiu viver ‘como cristãos’, obedecendo à violência dos encomendeiros (...), aceitando as imagens cristãs.*”⁵²

⁴⁸ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 58.

⁴⁹ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 19.

⁵⁰ DUSSEL, Enrique. *As motivações reais da conquista*. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 39.

⁵¹ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 45.

⁵² WAGUA, Aiban. *Conseqüências atuais da invasão na América. Visão indígena*. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 54.

O processo de conquista e a implacável busca do ouro tirou dos ameríndios sua autodeterminação e a condição de sujeitos de sua história, “... fazendo-os curvar-se ao mando e arbítrio de outrem.”⁵³ Beozzo enumera as conseqüências do processo de conquista:

“1 – Não houve o tal descobrimento e evangelização autêntica como se tem querido apresentar, mas sim uma invasão com as seguintes implicações: a) Genocídio pela guerra de ocupação, pelo contágio com enfermidades européias, morte por sobre-exploração e pela separação entre pais e filhos, provocando a extinção de (...) milhões de irmãos nossos. b) Usurpação violenta de nossos domínios territoriais. c) Desintegração de nossas organizações sócio-políticas e culturais. d) Sujeição ideológica e religiosa em detrimento da lógica interna de nossas crenças religiosas.”⁵⁴

Sobre a destruição de lugares, livros e objetos religiosos pelos europeus, há esta afirmação de Darcy Ribeiro: “... desmontaram templos mais majestosos que os europeus de então, queimaram como diabólicos os mil livros de sabedoria Maia, de que nos restam uns poucos códices preciosos pela beleza, pelo fervor e pela sabedoria que revelam. O mesmo destino tiveram os inumeráveis quipos incaicos. Suas obras de arte, acusados de serem pecados de idolatria, foram destruídos ou fundidos em ricos lingotes, quando feitas de ouro, prata ou platina.”⁵⁵

Esse processo histórico de invasão, conquista e submetimento teve claros objetivos de expansão territorial com fins lucrativos e representou a substituição do modelo religioso com a conseqüente imposição do cristianismo. Importava “... acentuar a interdependência – mais uma – amigável, mas sempre existente – entre Fé e Império quanto à necessidade de anunciar o Evangelho onde ele não era conhecido ou de impô-lo onde Ele havia sido renegado. Onde quer que fosse.”⁵⁶

É o que Arno Álvarez Kern denominou de “... relação dialética entre a cruz e a flecha, o homem branco europeu e o indígena americano.”⁵⁷

⁵³ BEOZZO, José Oscar. op. cit. p. 39.

⁵⁴ BEOZZO, José Oscar. op. cit. p. 78. Reproduz conclusões da II Consulta Ecomênica de Pastoral Indígena, do México.

⁵⁵ RIBEIRO, Darcy. op. cit. p. 22.

⁵⁶ ELIZONDO, Virgil, BOFF, Leonardo. A voz das vítimas: quem as escutará? In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 6-7.

⁵⁷ KERN, Arno Álvarez. Introdução às III Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuítas. In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n. 1, jun. 1989. Porto Alegre: PUCRS. p.5.

José Aldunate também analisou mais especificamente a ocupação religiosa : “A Igreja chegou às Índias Ocidentais nas caravelas dos conquistadores e dos comerciantes ibéricos (...). A cruz era implantada ali onde a espada abria caminho e criava espaço. Era implantada portanto numa terra regada com o sangue do índio. Esta foi a contradição que viveu a Igreja latino-americana desde o começo de sua empresa evangelizadora.”⁵⁸

Os ibéricos viram nos descobrimentos a oportunidade de conquistar almas para o cristianismo. Isso, por si só, representou uma violência cultural. O método não era novo: “... a conquista religiosa muitas vezes consiste em tirar de um lugar certas imagens e colocar outras em seu lugar.”⁵⁹ O intuito era fazer desaparecer a religião antiga e impor a sua, a dos europeus, brancos e católicos: “... o importante era preencher o vazio do paganismo, aumentando o espaço da doutrina cristã.”⁶⁰

Houve, realmente, uma descoberta ou foi uma invasão, uma conquista? Todorov faz clara distinção entre os termos: “O encontro entre o Velho e o Novo mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra, ou melhor, como se dizia então, a Conquista. Um mistério continua ligado à conquista, tratando-se do resultado do combate. Por que esta vitória fulgurante, se os habitantes da América são tão superiores em número a seus adversários, e lutam em seu próprio solo?”⁶¹

As conclusões de Arthur Rabuske reafirmam a tese da conquista:

“É que, no mundo cultural hispano-americano, o termo ‘conquista’ como aliás o de ‘reconquista’ era como que uma palavra ‘chave’ ou ‘força’, precisamente para expressar a tomada de boa parte do Continente Americano à força de armas e valentia. No Novo Mundo todo espanhol que se prezava, tinha de ser ‘conquistador’ ou descendente de conquistadores, sendo isso seu máximo orgulho. Também o missionário queria ser um conquistador na América Espanhola, embora ‘diferente’, ou seja, no campo espiritual, pela ampliação das fronteiras do Reino de Cristo.”⁶²

⁵⁸ ALDUNATE, José. *Direitos humanos, direitos dos pobres*. Trad. de Jaime A. Clasen. São Paulo: Vozes, 1991. p. 55. *Apud* : CORREA, Darcisio. *A construção da cidadania- reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999. p. 198.

⁵⁹ TODOROV, Tzveti. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins fontes, 1983. p. 58.

⁶⁰ FLORES, Moacyr. *op. cit.* p. 13.

⁶¹ TODOROV, Tzveti. *op. cit.* p. 51.

⁶² RABUSKE, Arthur. *Subsídios para a leitura da “Conquista Espiritual” de Montoya*. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 75.

Os países da América teriam sido ora descobertos, ora achados, apossados ou inventados. Como definir? Colombo descobriu a América, mas não os americanos.

Aceitou-se, por muito tempo, ora por modelo de formação, ora por imposição cultural, a versão do descobrimento e conquista da América sob a ótica e na perspectiva do poder dominante: “*Falam os vencedores.*”⁶³ Sob o viés dos colonizados e cristianizados, vítimas desse processo iniciado no século XV com a descoberta da América, o entendimento é outro, traduzido na exclamação do profeta maia ante a chegada do colonizador e do missionário: “*Ai! Entristeçamo-nos porque chegaram. Entre nós introduziu-se a tristeza, introduziu-se o cristianismo. Esse foi o princípio de nossa miséria, o princípio de nossa escravidão.*”⁶⁴ Esse desabafo revela a preocupação com a perda do modo de ser religioso característico das civilizações que aqui floresciam.

Ironicamente, a evangelização, como acreditavam os missionários europeus, seria a “salvação” dos nativos. Tal desrespeito, por ignorância, foi fatal. A pilhagem em nome de Deus era justificada, eis que os ameríndios não eram considerados filhos de Deus e a rapina era considerada uma cruzada. Ao instalar-se, o colonizador e o missionário montavam o seu próprio universo cultural. Agiam segundo o princípio renascentista de que tudo o que havia na natureza estava sujeito ao homem, e por considerar o índio um selvagem, um ser sem cultura e, conforme os seus conceitos de cultura e civilização, passou a “colonizar” esta terra. A Colônia era um espaço que se estava ocupando, terra e povo que se podiam trabalhar e sujeitar.

Na verdade, ocorreu um processo de conquista-submetimento. O que o espanhol festejou como descobrimento, para o ameríndio foi o começo da destruição. Enrique Dussel retrata o fato histórico: “*Em nome da um projeto de dominação mundial saiu o homem europeu com Colombo e suas caravelas do insigne porto de Palos, na Andaluzia, em 1492.*”⁶⁵ O Autor aponta os efeitos desse empreendimento: “*Os espanhóis imolam a seu deus, que é o ouro, grande quantidade de índios...*”⁶⁶

⁶³ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 9.

⁶⁴ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 10.

⁶⁵ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 154.

⁶⁶ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 104.

Sobre o tema, a contribuição de Raymundo Faoro: “... *entre o mar e o indígena havia um mundo novo.*”⁶⁷ Qual o sentido da expressão “Novo Mundo”?: “*Novo, não só porque ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu. Fora ‘novamente’ encontrado.*”⁶⁸

O projeto europeu de conquista da América excluiu o elemento humano de seus empreendimentos, subjugando-o. Se o objetivo era rasgar a terra em busca do ouro e de outros metais, destruiu culturas e matou o corpo do nativo. Os estudos apontam para um verdadeiro genocídio:

*“A invasão da América significou o maior genocídio da história humana. A destruição foi da ordem de 90% da população. Dos 22 milhões de astecas em 1519, quando Hernán Cortés penetrou no México, só restou um milhão em 1600. Estamos habituados a ouvir a versão da conquista da América (...) da perspectiva do poder dominante (...). Que seria se escutássemos a voz das vítimas? Como seria sua versão? Que reclamos fariam à nossa geração? Tentemos captar ecos de sua voz (...) as vítimas denunciam a injustiça histórico social do processo de colonização e de cristianização.”*⁶⁹

A América entrou, pois, para a história do Ocidente no final do século XV (1492) por esse processo de conquista. É sintomático que os próprios europeus tinham consciência do processo: “*A legislação real de 1556 mandou substituir a palavra ‘conquista’ por ‘descobrimento’ como se a forma corrigisse o fundo.*”⁷⁰

A dependência provocada nos países da América por esse processo foi grande, resultante da dominação e da opressão: “*Os espanhóis vieram para cá com o único objetivo de espoliar.*”⁷¹

Sob esta mesma ótica colonialista em que sempre um povo mais forte se impunha ao mais fraco, Moacyr Flores traz esta conclusão: “*O poder é para dominar. E dominar para lucrar. Esta lógica se aplicou ferozmente na América Latina e no Caribe. Em razão disso*

⁶⁷ FAORO, Raymundo. op. cit. p. 154.

⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 210.

⁶⁹ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 10.

⁷⁰ RUSCHEL, Ruy Ruben. O direito de propriedade dos índios missionários. In: *Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização*. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 98.

⁷¹ LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 26.

destruíram culturas milenares. Restaram rostos desfigurados. Não dialogaram com as religiões que são a alma de uma cultura (...), dominaram os corpos. Os missionários conquistaram as almas.”⁷²

Instituiu-se verdadeiro processo de luta entre o europeu conquistador e a ameríndio subjugado, uma violência contra o autóctone, com a exploração-colonização efetuada pelos ibéricos determinando sua total exclusão do processo decisório: *“Para o índio, após o contato com o europeu, restavam duas ‘opções’: ou ter o corpo massacrado pelo chicote do trabalho escravo para os colonos, ou ter o espírito transtornado pela ameaça de um inferno, até então desconhecido, nas mãos da Igreja.”⁷³*

Se para alguns o descobrimento da América significou a incorporação de novas terras à cultura européia, para outros foi invasão e conquista violenta. Ficou um passado que dá conta da dizimação de dezenas de nações indígenas que aqui habitavam. A visão europocêntrica deixou em segundo plano os verdadeiros donos da terra: os índios. Gerou uma relação desigual, de reprodução de modelos europeus, de dependência entre as potências colonizadoras e os espaços ocupados. A implantação da sua cultura resultou na sufocação da do autóctone e na sua conseqüente perda de identidade enquanto grupo humano.

Sabe-se, hoje, que uma cultura milenar foi sufocada, os corpos e as almas de um povo foram submetidos:

“A implantação da cultura do colonizador implicou a sufocação da cultura autóctone. Ora, se dominar completamente um povo implica sufocar a cultura desse povo, isso implica necessariamente em também sufocar a identidade de um grupo humano. A conseqüência óbvia desse modo de ver é que a América, olhada pelo prisma do europeu, carecia de atributos asseguradores da história, de organização social, de modos de viver e de passado. Viu-se, porém, que a terra encontrada não se constituía num vazio humano. Pelo contrário, o que hoje conhecemos como América Latina, que é, no caso, o resultado da colonização ibérica – Portugal e Espanha – não era, em absoluto, um vazio, mas

⁷² FLORES, Moacyr. op. cit. p. 7-8.

⁷³ VIEIRA, Otávio Dutra. Colonização portuguesa, catequese jesuítica e Direito Indígena. In: *Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização*. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 179.

um espaço que possuía culturas, sociedades e, por extensão, uma 'memória coletiva'.”⁷⁴

Os habitantes da América não queriam passar por essa “circuncisão” européia: “... queriam ser cristãos, mas sem deixar de ser guaranis, quíchuas, aimaras, mais ou astecas.”⁷⁵ Resultou uma evangelização sob o signo da sujeição, um cristianismo colonizado, que reproduziu os modelos religiosos das metrópoles ibéricas, cujas conseqüências são conhecidas: “... a alteridade latino-americana é encoberta por uma cultura eurocentrista, nossa herança indígena é ignorada, espezinhada por uma configuração cultural de marginalização.”⁷⁶

O desabafo indígena vai no mesmo sentido:

*“Nossa história como povos indígenas tem raízes num passado milenar. Mas há 500 anos os conquistadores chegaram (...) com a cruz numa mão e a espada na outra. Até então, no sangue de cada nação indígena corriam a voz dos sábios, o cheiro das plantas que curavam, a nossa mãe terra, nossos cantos rituais. Mas os conquistadores utilizando o nome de Deus nos roubaram e destruíram a nossa forma de vida. Saquearam nossas riquezas naturais e nos deixaram na pobreza. O que descobriram foi nossas riquezas e desde então nos roubaram e destruíram nossa cultura. Destruíram a cultura de vários povos indígenas: mataram-nos e levaram tudo. Abalaram a nossa cultura. Impuseram aos nossos antepassados uma cultura dominadora que não respeita a nossa cultura antepassada.”*⁷⁷

Gustavo Gutiérrez resumiu esse sentimento indígena quando analisa : “... a imensa destruição de pessoas, povos e culturas, bem como de seus laços vitais com o mundo natural.”⁷⁸

O desenrolar dessa dupla submissão – conquista e conversão – integrava o plano espanhol. Enrique Dussel sinaliza com esta informação: “Na Espanha existia, então, algo

⁷⁴ SPAREMBERGER, Alfeu. *América 500 anos. As vozes dos vencidos*. In: Anais do 1º Encontro Internacional de Cultura Ameríndia. URI: Campus de Santo Ângelo/RS, 1992. p. 67.

⁷⁵ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 78.

⁷⁶ SILVA, José Carlos Moreira da. Da “invasão” da América aos sistemas penais de hoje: o discurso da “inferioridade” latino-americana. In: *Fundamentos da História do Direito*. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 208.

⁷⁷ SALES, Juvino Pchô. *500 anos de repressão*. In: Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1991. p. 220.

⁷⁸ GUTIÉRREZ, Gustavo. *O quinto centenário*. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 11.

assim como um 'messianismo temporal', pelo qual se unificava o destino da nação e da Igreja, a cristandade hispânica, sendo a nação hispânica o instrumento escolhido por Deus para salvar o mundo. Esta consciência de ser nação escolhida – tentação permanente de Israel – está na base da política religiosa de Isabel, de Carlos e Felipe.”⁷⁹

Todo esse processo de conquista e subjugação dos povos ameríndios aconteceu com o aval da Igreja Católica através do “Padroado” em Portugal e do “Real Patronato” na Espanha: *“O garante dessa ordem é o papa, representante de Deus, lugar-tenente de Cristo e sucessor do poder das chaves de Pedro. É ele que confere aos reis de Portugal (1454) e de Espanha (1493), pelo patronato, o direito de invadir, conquistar, subjugar e submeter todas aquelas pessoas à perpétua servidão, que se situarem fora dos limites do orbe cristão.”⁸⁰*

Enrique Dussel define assim o Padroado: *“Sistema jurídico pelo qual a Coroa de Espanha possuía o direito de escolher e apresentar os bispos, propor e dividir as dioceses e as paróquias, arrecadar o dizimo, construir conventos, igrejas, etc. , além de enviar missionários, criar missões, etc.”⁸¹*

Raymundo Faoro também descreve o Padroado: *“... consistia praticamente no controle das nomeações das autoridades eclesiásticas pelo Estado e na direção, por parte deste, das finanças da Igreja. Mas, na verdade, de toda maneira estava a administração eclesiástica entrosada na máquina administrativa do governo civil, que seria difícil ao vulgo ver nela não um departamento do Estado, mas um poder autônomo.”⁸²*

O fato histórico específico sobre a América:

“Em 1508, duas bulas do Papa Júlio II instituíram o Padroado Régio sobre a Igreja das Índias, o que, na prática, significava que o Vaticano abdicava do controle sobre o clero no Novo Mundo em favor do Rei, contribuindo, assim, para transformar a Igreja em uma repartição governamental na América. As

⁷⁹ DUSSEL, Enrique. *Historia de la iglesia en la America Latina*. Bogotá: USTA (Universidade Santo Tomás de Aquino), 1978. p. 86. O texto em espanhol: *“En España existía, entonces, algo así como un 'mesianismo temporal', por el cual se unificaba el destino de la nación y de la iglesia, la cristandad hispánica, siendo la nación hispánica el instrumento elegido por Dios para salvar el mundo. Esta conciencia de ser la nación elegida – tentación permanente de Israel – está en la base de la política religiosa de Isabel, de Carlos y Felipe”* - tradução livre do autor.

⁸⁰ BOFF, Leonardo, op. cit. p. 52.

⁸¹ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 418. O texto original: *“Patronato. Sistema jurídico por el que la Corona de España poseía el derecho de elegir y presentar los obispos, proponer y dividir las diócesis y las parroquias, recaudar el diezmo, construir conventos, iglesias, etcétera; además enviar misioneros, crear misiones, etc.”* – tradução livre do autor.

⁸² FAORO, Raymundo. op. cit. p. 197.

tarefas espirituais que ela exercia foram enquadradas nas necessidades do colonialismo espanhol: convertia os índios para fazê-los dóceis ao trabalho, conferia uma aura de respeitabilidade cristã às extorsões do colonizador, mistificava o genocídio em nome de uma suposta missão civilizatória e condicionava os indivíduos em geral a uma obediência passiva das estruturas vigentes. Enfim, foi o elo entre o poder das classes dominantes e a submissão das classes dominadas.”⁸³

Enfraquecida com a perda de almas para o Protestantismo, ameaçada de perder território na Europa, a Igreja lançou-se a novos projetos, em busca de novos domínios. Com o aval do Papa e dos Reis, os jesuítas chegaram ao Paraguai em 1548, oficialmente para uma missão catequético-missionária entre índios guaranis: *“O cristianismo que veio para a América Latina é aquele inculturado nas matrizes européias greco-romano-germânicas. Transportou para cá uma instituição religiosa que fazia parte de um imenso projeto colonial de ocupação militar e exploração econômica de mundos a serem dominados.”*⁸⁴

Muitos fatores contribuíram para a chegada dos ibéricos à América. O cristianismo é um deles, talvez o elemento amalgamador de todos. É a conclusão de Moacyr Flores: *“Tanto as autoridades espanholas como os missionários consideravam o espaço indígena como vazio, porque os índios não conheciam Nosso Senhor Jesus Cristo.”*⁸⁵

O empreendimento de cristianização operou-se através dos jesuítas, em forma de “reduções”. Na época, considerava-se civilizado quem morava na cidade (*civitas* – em latim – espaço urbano). Era tido como bárbaro quem morasse na selva (*silva* – em latim – daí “silvícola”), um selvagem, antítese do civilizado. O propósito era claro: *“O jesuíta filtra, via missão, os valores da sociedade européia, onde o índio, via de regra, deveria ser o objeto da europeização. Almejava-se que ele fosse fiel vassalo do rei na defesa dos interesses do rei...”*⁸⁶

⁸³ LOPEZ, Luiz Roberto. op. cit. p. 47.

⁸⁴ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 119.

⁸⁵ FLORES, Moacyr. *Reduções jesuíticas dos guaranis*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 95.

⁸⁶ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *Rio Grande do Sul. Aspectos das Missões (em tempo de despotismo esclarecido)*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor. 2. ed. 1997. p. 124.

Eram europeus, brancos, religiosos. Foram usados como força auxiliar de conquista da América Hispânica. Colaboraram para a imposição de uma herança cultural, um sentimento de inferioridade em relação à Europa:

“De modo geral aceitamos, como pressuposto indiscutível, a superioridade da civilização européia sobre as demais – e não somente sob o aspecto técnico, como também cultural e filosófico. Torna-se, por isso, natural acreditar na submissão passiva dos povos ditos ‘selvagens...’

Sem atentar para os aspectos ideológicos contidos em procedimentos desse tipo, muitos investigadores acham desnecessário tentar situar os fatos históricos, decorrentes dessa situação, sob a perspectiva dos vencidos. (...) tal atitude reflete, na verdade, omitir-se o aspecto ideológico e o peso de mais de quatro séculos de dominação européia sobre a América Latina.”⁸⁷

O seu denodo e fidelidade aos objetivos traçados em conjunto com o governo da Espanha e a eficácia de seu método foram indiscutíveis: *“Enquanto uns surripiavam o corpo do indígena, para aproveitar sua força de trabalho e limpar o terreno para a ampliação das fronteiras (...), os padres procuravam salvar a alma do gentio na esteira da colonização espanhola, pois estavam ‘a serviço de Deus, Nosso Senhor, e também, serviam a Sua Majestade, o Rei de Espanha’, como se dizia àquela época em que Igreja e Estado formavam uma só instituição política.”⁸⁸* A motivação religiosa de catequese e evangelização justificava a conquista e a “domesticação” dos guaranis. Aos olhos da Coroa Espanhola, os jesuítas representavam o elemento humano ideal para a tarefa: por seu preparo intelectual e sua fidelidade ao projeto.

Militaram ativa e intensamente nessa conexão político-religiosa, fundando e dirigindo reduções em território do atual Paraguai, Argentina e Brasil. Dirigiram o projeto catequético-missionário (pois consideravam o indígena um ser-sem-religião) para fazer com que os habitantes desta terra estivessem mais próximos daqueles que se consideravam os mais próximos de Deus: os cristãos-católicos europeus. Sua cultura eurocêntrica não lhes permitia adequar-se à visão do mundo guarani. Não assumiram, nem respeitaram a organização tribal, a religiosidade e as festas indígenas. Organizaram a sociedade política e

⁸⁷ GADELHA, Regina Martins. *O guarani: cultura e conflito*. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 67.

⁸⁸ BACK, Sílvio. op. cit. p. 28.

administrativamente ao modo europeu; implantaram um sistema judicial; criaram empreendimentos comerciais, adestrando os guaranis militarmente, enquanto cultivaram extensas áreas de terra para o sustento dos guaranis; introduziram e desenvolveram a pecuária. Tudo aconteceu dentro do sistema econômico, político-social e religioso da época. O seu discurso religioso funcionou como instrumento de dominação do índio reduzido, empreendimento “sui-generis”, que durou de 1610 a 1768 em solo hispano-americano, “... *nas imensidades de terras de que iriam se apropriando em nome de Deus e da Lei.*”⁸⁹

⁸⁹ RIBEIRO, Darcy. op. cit. p. 48.

1.3 O modelo e a fundação de “reduções”

A experiência catequético-civilizatória dos jesuítas entre os guaranis deu-se na forma de “reduções”. Entre 1610 e 1707 foram fundadas cinquenta e quatro, das quais trinta prosperaram. Oito no Paraguai: Santo Inácio Guaçu, Itapuã, São Cosme, Santa Maria, Santiago, Jesus, Santa Rosa e Trindade; quinze na Argentina: Loreto, Santo Inácio Mini, Conceição, Corpus, Santa Maria Maior, Candelária, Japeju, Santa Cruz, São Francisco Xavier, São Carlos, Apóstolos, São Tomé, Sant’Ana, São José, Mártires; sete no Brasil: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo.⁹⁰

Das vinte e quatro que não prosperaram, algumas foram destruídas. Outras, abandonadas ou reinstaladas em outro local, havendo, às vezes, denominação repetida. Constam no Mapa Histórico-geográfico de la Provincia de Misiones – 1585-1896, editado pelo Instituto Superior del Profesorado “Antonio Ruiz de Montoya”, de Posadas, Misiones, Argentina, estas: Santa Ana, Yaguapoha, Natividade da Santíssima Virgem de Acaray, São José, Encarnación, São Paulo, São Xavier de Yaguaraites, Candelária do Ibicuí, Conceição, São Pedro, Arcanjos, Santo Tomás, Jesus Maria, Assunção do Ijuí, Assunção de Acaraguá, São Xavier de Tabati, São Miguel, Santa Teresa, Natividade, Jesus Maria, São Joaquim, Visitação, São Cristóvão, Santa Maria da Fé.

Em lugar da denominação “reduções”, são usados os nomes “povos”, “missões”, “doutrinas”.⁹¹ Ou esta informação de Ignacio Dalcin: *“Foram usadas diversas denominações para as reduções, conforme a região, o estágio e sua finalidade, tais como: doutrinas, conversões, aldeamentos, paróquias, povos, povoados e missões.”*⁹²

⁹⁰ BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos Guaranis**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978. p. 29-30.

⁹¹ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. **Gloria y tragedia de las misiones guaranis**. Bilbao: Ediciones Mensajero (s/data). p. 35. Textualmente: “En otra Cédula Real de Felipe V, de 1743, en el título mismo lleva el nombre de ‘Pueblos’ de misiones y en el texto usa indistintamente las palabras ‘Pueblos’, ‘Misiones’, ‘Reducciones’ y ‘Doctrinas’.”

⁹² DALCIN, Ignacio. **Em busca da terra sem males**. Porto Alegre: EST, 1993. p. 31. *Apud*: COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit., em nota na p. 118.

Por que “reduções”? Silvio Back lança este questionamento: “ *O que era, afinal, uma ‘redução’ jesuítica, como projeto religioso, sócio-econômico e político-ideológico?*”⁹³ Uma explicação abrangente:

“O reducionismo fazia parte da política oficial da Coroa desde o início da ocupação da América, pois era um projeto político de integração do índio ao sistema colonial . A intenção era concentrar num mesmo local aldeias indígenas dispersas, com o objetivo de facilitar, através da sedentarização e do contato diário com os missionários, a conversão e a evangelização. Era uma forma de ‘civilizar’ o indígena, urbanizando-o, pela concentração e pelo isolamento em determinado espaço físico, favorecendo a tutela através da organização administrativa missional.

*A redução também era uma maneira de garantir a submissão dos índios à Espanha através da organização dessas comunidades. Sua eficácia requeria a exclusão do nomadismo para que reinassem somente as leis espanholas, colocando os índios sob a hierarquia administrativa imperial, subjugando-os duplamente: ao Estado e à Igreja.”*⁹⁴

Sobre a nova experiência assim se expressa Capdequi: “*Os índios (...) viveram agrupados em núcleos de população, ilhados dos espanhóis, com uma certa autonomia administrativa (...). Estes povos de índios foram designados primeiramente com o nome de reduções (...)*”⁹⁵

As reduções constituíram uma experiência diferente no panorama colonial hispano-americano, assim descrito por Bartolomeu Meliá:

“Tudo começou por uma missão: a missão de jesuítas entre os guarani do Paraguai colonial. Dois padres foram enviados às terras do cacique Arapysandú em direção ao sul do Paraguai; outros dois iriam mais longe, além dos saltos do Guairá, rumo a terras que hoje fazem parte do sul do Brasil (...). Era o ano de 1609. Anos antes tinha havido já missões itinerantes. Milhares de índios haviam sido batizados. Porém essas missões, nas quais o missionário passava de uma aldeia a outra (...) não

⁹³ BACK, Silvio, op. cit. p. 42.

⁹⁴ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 118.

⁹⁵ CAPDEQUI, J.M. Ots. *El estado español en las Indias*. México.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 28. Originalmente: “ *Los indios (...) vivieran agrupados en núcleos de población, aislados de los españoles, con una cierta autonomía administrativa, (...). Estes pueblos de indios se designaron primeramente con el nombre de reducciones (...)* - tradução livre do autor.

*deram nenhum resultado; os índios haviam recebido um nome cristão apenas como sinal de haver estado em contato com o espanhol. Agora (...) o método seria outro. Missão sim, mas por redução.”*⁹⁶

O sistema reducional modificou o modo de vida do guarani. Constituiu a criação de um espaço próprio dentro do colonialismo espanhol na América, de acordo com o plano previsto nas Leyes de Índias: *“O reducionismo tinha sido a política oficial da Coroa desde os primórdios da colonização do Novo Mundo. Consistia em juntar várias aldeias indígenas dispersas em um centro único, mais cômodo para o exercício do controle das autoridades coloniais e da catequese da Igreja. A palavra vem do latim re + ducere, isto é, reconduzir, e decorre da idéia: ad ecclesiam et vitam civilem reducti.”*⁹⁷

Civilizar na época *“... significava tirar o índio da barbárie, colocando-o numa redução para colonizar e manter um território espanhol vasto e ignorado. Civilizar tinha também o sentido de salvá-los da escravidão odiosa do colono espanhol ou português. Civilizar subentendia o rompimento das estruturas tribais.”*⁹⁸

A vida devia reger-se segundo a lei espanhola. O que isso significou na prática, especialmente no que tange à influência das “Leyes de Índias”, foi bem resumido por Nestor Torelly Martins:

“A primeira condição para o jesuíta introduzir o sistema de reduções na estrutura material e espiritual da sociedade guaranítica era gerar um novo espaço físico e comunitário. Para isso, foi utilizada a legislação vigente na época, como a denominada ‘Ordenanzas sobre descubrimiento nuevo y población’, editado por Felipe II em 1653 (...). Regulava os mais variados aspectos, como a forma mais adequada de tratamento dos índios para se conseguir sua conversão religiosa. Outras ‘ordenanças’ foram editadas para adaptar as normas gerais à realidade local das reduções. Em 1681, essa legislação esparsa, constituída de

⁹⁶ MELIÁ, Bartolomeu. *Missão por redução*. Estudos Leopoldenses, v. 2. n. 110, 1989. p. 21-36. *Apud*: MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Os guarani e a economia de reciprocidade*. São Leopoldo: UNISINOS, 1991 – Dissertação (Mestrado em História – Estudos Ibero-americanos). p. 22.

⁹⁷ “reconduzir”; “reconduzidos à igreja e à vida civilizada” – tradução livre do autor. RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 100.

⁹⁸ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 26.

*cédulas reais e ordenanças de governo, foi reunida sob o título 'Recopilación de Leyes de Índias'.*⁹⁹

A dupla missão de catequizar e civilizar os guaranis é corroborada por Clóvis Lugon: *“Julga-se, vulgarmente, que o nome de reduções dados às comunidades (...) proveio do fato de que elas estavam assim convertidas em redutos à margem do mundo colonial. Na realidade, em todas as colônias espanholas, os agrupamentos indígenas que tinham renunciado à vida nômade formavam ‘reduções’: tinham sido levadas ou ‘reduzidas’ a viver segundo a lei, ad ecclesiam et vitam civilem reducti.*”¹⁰⁰

O padre Antônio Sepp, jesuíta que atuou nas reduções brasileiras, contribui para explicitar essa denominação: *“... a situação destas reduções, assim chamadas porque todos esses índios são por nós ‘reduciret’ (conduzidos) à fé cristã. Em alemão chamaríamos esses povos de comunidades ou aldeias.*”¹⁰¹

No mesmo sentido, a definição dada por Mansueto Bernardi: *“... fundar a ‘redução’ (povoado de índios já cristianizados ou ‘reduzidos’ à vida cristã).*”¹⁰²

Para a divergência de denominações, há uma explicação:

“Obra missionária entre infiéis, e portanto ‘misiones’, foram igualmente denominados ‘reducciones’ na medida em que tinham por objetivo reduzir os indígenas à vida civilizada. Entretanto, a partir de 1655, foram transformados em ‘doctrinas’, ou paróquias, sob a jurisdição diocesana local. (...) Na documentação (...) estas diferenças nem sempre são claras, e os termos ‘misiones’, ‘reducciones’ e ‘doctrinas’ podem ser encontrados lado a lado no mesmo documento.”¹⁰³

Os fundadores das reduções entre índios guaranis foram padres jesuítas. Seu espaço geográfico: *“Em 1607 é criada a Província Jesuítica do Paraguai, que seria ocupada pelos integrantes da Companhia de Jesus até 1768, data da sua expulsão da região platina. Entre 1609 a 1706 os inacianos fundaram as chamadas ‘Missões Jesuíticas do Paraguai’ ou os*

⁹⁹ MARTINS, Nestor Torelly. O legado arquitetônico. In. DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). *Missões jesuítico-guaranis*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 112.

¹⁰⁰ LUGON, Clóvis. *A república “comunista” cristã dos guaranis*. 3. ed. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 30.

¹⁰¹ SEPP, Antônio. op. cit. p. 124.

¹⁰² BERNARDI, Mansueto. *Missões, índios e jesuítas*. Porto Alegre: Sulina, 1982. p. 11.

¹⁰³ KERN, Arno Álvarez. p. cit. p. 9.

'Trinta Povos das Missões', estendendo-se do Guairá no Paraná, sul do Mato Grosso do Sul, Paraguai, nordeste da Argentina, Rio Grande do Sul e Uruguai."¹⁰⁴ As fronteiras das reduções nem sempre estavam bem definidas:

*"No imaginário popular, o espaço físico das reduções é formado pelo território dos trinta povos abrangendo o Paraguai, Argentina, sul do Mato Grosso, oeste do Paraná, Rio Grande do Sul e parte da República do Uruguai, conforme a maioria dos mapas e livros didáticos. No entanto, o espaço missioneiro variou ao longo do tempo histórico, apresentando descontinuidade, ampliando e recuando fronteiras, abandonando regiões, desbravando novas áreas, alterando a própria paisagem."*¹⁰⁵

Arthur Rabuske refere-se, também, à geografia das reduções:

*"... explicita-se a geografia dessa conquista espiritual, com a indicação das diversas 'Províncias' em que ela se deu (...) assinala-se que se trata do que hoje denominamos o 'Antigo Paraguai', muito mais amplo em seus limites do que a atual república desse nome. Isso faz lembrar que, nos mapas da época, o território hoje gaúcho-brasileiro do Rio Grande do Sul se chamava, v.g., 'Adjacências do Paraguai'. De 1617 em diante, por falta de conhecimentos geográficos mais corretos, o Rio Grande do Sul atual fazia parte da Província do Uruguai, em sua banda oriental, da Província do Tape..."*¹⁰⁶

As conclusões de Arnaldo Bruxel sobre a área total das reduções: *"Julgamos que a área total dos Trinta Povos andaria por 600 ou 700 mil quilômetros quadrados..."*¹⁰⁷

Sobre o número de famílias e população das reduções há indicações claras na bibliografia: *"Cada redução possuía de 1.000 a 1.400 famílias, em média ..."*¹⁰⁸ Também o Pe. Sepp informa: *"As aldeias (...) estão quase todas localizadas no alto dos barrancos dos rios muito piscosos Uruguai ou Paraná e contam com 700, 800 e 900, e muitas vezes até, com*

¹⁰⁴ COLAÇO, Thais Luzia. op. cit. p. 108.

¹⁰⁵ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 55.

¹⁰⁶ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 75.

¹⁰⁷ BRUXEL, Arnaldo. *Os sistema de propriedade das reduções guaraníticas*. In: *PESQUISAS*. N. 3. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1959. p. 31.

¹⁰⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Economia e sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 94.

*mais de 1000 famílias ou moradias.”*¹⁰⁹ Ainda: *“Organizaram-se à razão de dois a três homens em cada missão com três ou quatro mil indígenas, vivendo ali na mesma redução.”*¹¹⁰

No filme “República Guaraní”, Ernesto Maeder responde à pergunta sobre o total de habitantes das reduções: *“A população das missões jesuíticas sofreu uma série de flutuações. Um primeiro momento se dá entre os anos 1690 e 1733, em que a população cresce de 70 mil, aproximadamente, para 141 mil habitantes, que é o máximo que se consegue alcançar. Um segundo momento é de declínio: de 1733 a 1740.”*¹¹¹

Arno Álvarez Kern também informa sobre a localização dessas reduções: *“Inicialmente as fundações de aldeias de índios reduzidos foram realizadas no Itatim (sul do Mato Grosso), no Guairá (atual estado do Paraná) e no Tape (centro do atual Rio Grande do Sul). Posteriormente, concentraram-se na ‘mesopotâmia’, entre os vales dos rios Paraná e Uruguai, tendo alguns povoados sido estabelecidos no sul do Paraguai e outros no noroeste do Rio Grande do Sul.”*¹¹²

As reduções de guaranis já foram denominadas de *“... uma experiência única na história da humanidade – a união entre um mundo civilizado e um mundo selvagem.”*¹¹³ Eram descritas em literatura considerada utópica muito antes de sua implantação: *“... em tempos vindouros deveriam chegar a suas terras uns padres (...), a ensinar-lhes a palavra de Deus (...). Esses mesmos cuidariam de juntar os índios em povoações grandes, onde viveriam em ordem (...), amando-se uns aos outros e tendo cada qual só uma mulher. Trariam cruzeiros os novos pregadores e, por obra deles, tupis e guaranis se amariam sem diferença de nações...”*¹¹⁴

O sistema de reduções não foi um experimento inédito dos jesuítas. Outras ordens religiosas, mesmo antes deles, adotaram a prática reducional na América. São claros os indicativos:

¹⁰⁹ SEPP, Antônio. op. cit. p. 131.

¹¹⁰ MERCADER, Antônio. **Discurso de abertura das I Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas**. Montevideo: Ed. Grafis Ltda., 1994. p. 18. O texto espanhol: *“Se organizaron a razón de dos o tres hombres en cada mision con tres o cuatro mil indígenas, viviendo alli en la misma reducción”* - tradução livre do autor.

¹¹¹ BACK, Silvio. op. cit. p. 98.

¹¹² KERN, Arno Álvarez. **Utopias e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994. p. 42.

¹¹³ DALTO, Renato. O mundo missionário. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.) . **Missões jesuítico-guaranis**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 16.

¹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. 126.

“É necessário reconhecer (...) que as Missões junto a indígenas não é uma criação dos jesuitas (...), já em 1503 se declarava expressamente que os indígenas deveriam ser repartidos em ‘pueblos’ e que deixassem de perambular em pequenos bandos pelas selvas, como única maneira de se atingir um dos objetivos da colonização: ‘... la salvación de los ánimas de los dichos indios...’ Desde o início da colonização na América, no século XVI, surgiram normas para o estabelecimento de povoados indígenas separados das cidades dos espanhóis. Estes ‘Pueblos de Indios’ eram entregues a inúmeras ordens religiosas, muito tempo antes que os primeiros jesuitas viessem para a América. Nos séculos XVI e XVII, a ordem que mais se destacou na implantação destes povoados missioneiros foi a dos Franciscanos. Quando a Companhia de Jesus chegou ao Paraguai, as experiências e vicissitudes dos missionários franciscanos foram de grande valia para nortear a estratégia a ser desenvolvida. Outras ordens tiveram igualmente papel de destaque na administração de Missões junto aos indígenas coloniais e americanos. Destacaram-se os Dominicanos, os Agostinianos, os Mercedários e os Capuchinhos.”¹¹⁵

Há farta literatura sobre o fenômeno chamado de “sistema reducional dos guaranis”. Maria Cristina Serventi contribui com esta explicação: *“O sistema reducional havia sido introduzido no Paraguai pelos franciscanos a partir de 1580. Assim como foi entabulado pelos jesuitas no Guairá, no Paraná, no Uruguai e no Tape a partir de 1609, tentou subtrair o indígena do nefasto sistema de encomendas. Representou uma alternativa eficaz dentro do projeto colonial, como comprova sua continuidade e desenvolvimento e, apesar de fracassos e retrocessos, durante cento e cinquenta anos.”¹¹⁶*

A controvérsia se as reduções foram meramente um projeto catequético-religioso ou tinham finalidade política a serviço dos interesses da Coroa Espanhola é analisada por Dussel quando denomina as reduções de um processo de “ilhamento”, acentuando o aspecto religioso do processo: *“A passagem do paganismo ao cristianismo, a ser realizada em massa, sem*

¹¹⁵ KERN, Arno Álvarez. *Aspirações utópicas da sociedade missioneira*. In: Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: UNIJUI/ Campus de Santa Rosa, 1994. p. 76.

¹¹⁶ SERVENTI, Maria Cristina. Misiones jesuíticas de guaraníes: el período fundacional y el surgimiento de una nueva civilización (1609-1650). In: *Missões Guaraní: Impacto na sociedade contemporânea*. GADELHA, Regina Maria A.F. (ed.). São Paulo: EDUC, 1999. p. 317. O texto original: *“El sistema reduccional había sido introducido en el Paraguay por los franciscanos a partir de 1580. Tal como fue entablado por los jesuitas en el Guayrá, el Paraná, el Uruguay y el Tape a partir de 1609, intentó sustraer al indígena del nefasto sistema de encomiendas. Representó una alternativa eficaz del proyecto colonial, como lo prueba su continuidad y desarrollo, a pesar de fracasos y retrocesos, a lo largo de ciento cincuenta años”* - tradução livre do autor.

*exclusão de nenhum povo, deve durar muitos séculos. Por ele os missionários e o bispos pensaram acelerar o processo 'ilhando' as comunidades índias que aceitavam o cristianismo. Em uma geração, neste caso, se poderia conseguir uma consciência cristã suficientemente clara para ser denominada assim – esta é a explicação das Reduções.”*¹¹⁷

De outro lado, acentua-se o aspecto de que representaram a realização de um projeto meramente político: “... *as trinta cidades do Estado jesuítico marcaram o advento de uma forma de poder político...*”¹¹⁸

Arno Álvarez Kern, numa forma conciliadora, analisa os dois objetivos das reduções, o político e o religioso: “... *transformar os guaranis em homens políticos que ultrapassassem o estágio selvagem e se transformem em habitantes da Polis; provocar a superação dos costumes bárbaros e transformá-los em civilizados dentro dos padrões europocêntricos; transformar os 'pagãos' em cristãos, combatendo radicalmente as influências 'demoníacas' dos hábitos dos indígenas.*”¹¹⁹

No mesmo sentido, a contribuição de Aurélio Porto: “*Erguendo suas aldeias, procuraram os Padres dar-lhes, em linhas fundamentais, a organização social, política e religiosa, de que era padrão a família cristã da época.*”¹²⁰

O sistema não foi uma criação jesuítica para o Paraguai e suas reduções. Aceita-se, hoje, pelas pesquisas históricas, que o modelo foi copiado de experiência anterior em Juli, no Peru: “*Antes de assumir a empreitada guarani, a Cia. de Jesus gozou do ensejo de uma longa experiência reducional no Peru.*”¹²¹ Na mesma conferência, o Autor contribuiu com mais informações: “*Quando os jesuitas receberam a incumbência de criar reduções na área dos afluentes do rio da Prata, foi o modelo peruano que utilizaram no novo campo. Era recomendado, principalmente, o exemplo da organização de Juli, 'pueblo' das margens do lago Titicaca, onde se cristalizara a experiência jesuítica do Peru.*”¹²²

¹¹⁷ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 13. Originalmente: “*El pasaje del paganismo al cristianismo, de realizarse en masa, sin exclusión de ningún pueblo, debe durar muchos siglos. Por ello los misioneros y los obispos pensaron acelerar el proceso 'aislando' las comunidades índias que aceptaban el cristianismo. En una generación se podía en este caso alcanzar una conciencia cristiana lo suficientemente clara como para ser llamada tal – ésta es la explicación de las Reducciones*” – tradução livre do autor.

¹¹⁸ CLASTRES, Helene. *Terra sem mal*. São Paulo: Brasiliense (s/data). p. 79.

¹¹⁹ KERN, Arno Álvarez, op. cit. p. 17.

¹²⁰ PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do uruguai*. v. IV. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. p. 173.

¹²¹ RUSCHEL, Ruy Ruben. *As raízes incaicas do coletivismo missioneiro*. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 235.

¹²² RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 325.

Mais uma vez se faz referência ao termo “pueblo”. Sua origem remonta à organização dos índios mexicanos, pela informação de Dussel: “*Ao norte do México havia diversas comunidades índias que têm sido denominados Pueblos. Mas neste trabalho nos temos referido ao tipo de organização análoga ao das Doutrinas ou Reduções. São Paróquias para índios que incluem as simples comunidades cristãs nos vilarejos índios já constituídos ou criados pelos conquistadores*”.¹²³ Na sequência, define Reduções: “*Desde os primeiros tempos, por inspiração de Vasco de Quiroga e B. de las Casas, viu-se a conveniência de unificar os índios para civilizá-los e evangelizá-los. Dali nasceu paulatinamente um método, até que as reduções guaraníticas ou as de Califórnia conseguiram realizar os protótipos*.”¹²⁴

Arthur Rabuske afirmou taxativamente ser peruano o modelo inicial das reduções guaranis, respondendo ao questionamento se elas tiveram ou não um modelo social, político e econômico pré-construído: “*A Doutrina de Juli, no Peru, deve considerar-se como modelo inicial das Reduções do Antigo Paraguai*.”¹²⁵ Ou esta conclusão em outro estudo do mesmo Autor: “*Na bibliografia histórica de jesuítas e espanhóis e hispano-americanos (...), pode delinear-se, com nitidez crescente e competência convincente, a tese de que o modelo das reduções guaranis em seus inícios deva localizar-se no Peru*.”¹²⁶ No mesmo trabalho : “*... Juli está entre as demais reduções hispano-americanas não jesuíticas e as próprias reduções guaranis como um marco divisor e, sob certos aspectos, possa chamar-se (...) de 'primeira redução jesuítica da América Espanhola'*.”¹²⁷ Desde Juli ficava clara a dupla proposta: “*Tinham essas reduções espanholas, chamadas doutrinas, o feitio de um município espanhol quanto ao civil e o de uma paróquia ou quase-paróquia quanto ao religioso*.”¹²⁸

Juli foi fundada em 1598. Antes disso, dos concílios mexicanos celebrados em 1555, 1565 e 1585, já constava esta disposição: “*É necessário que os índios estejam congregados*

¹²³ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 419. No texto original: “*Pueblos. Al norte de Mexico habia diversas comunidades indias que han sido denominadas Pueblos. Pero en este trabajo nos hemos referido al tipo de organización análoga al de las Doctrinas o Reducciones. Son parroquias para indios que incluyen las simples comunidades cristianas en los villorios indios ya constituídos o creados por los conquistadores*” - tradução livre do autor.

¹²⁴ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 419. Em espanhol: “*Desde los primeros tiempos, por inspiración de Vasco de Quiroga y B. de las Casas, se vio la conveniencia de unificar a los indios para civilizarlos y evangelizarlos. De allí nació paulatinamente un método, hasta que las reducciones guaraníticas o las de California alcanzaron a realizar los prototipos*” - tradução livre do autor.

¹²⁵ RABUSKE, Arthur. **O modelo das reduções guaranis: brasileiro ou peruano?** In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p. 87.

¹²⁶ RABUSKE, Arthur. **A doutrina de Juli, do Peru, como modelo inicial das reduções do antigo Paraguai.** In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975. p.12.

¹²⁷ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 13.

¹²⁸ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 95.

*na aldeia, reunidos e confinados, que não vivam separados nem dispersos por terras e montes e não sejam privados de todo benefício temporal e espiritual; estatuímos e ordenamos que os ditos índios sejam persuadidos a se congregar em lugares convenientes e acomodados em aldeias, podendo ser socorridos nas suas necessidades e doenças, no seu bom governo espiritual e temporal...”*¹²⁹

Para a organização prática da vida e urbanização havia prescrições em detalhes nas denominadas “Cartas Magnas” das reduções. O Pe. Diogo de Torres Bollo, primeiro Provincial do “Novo Reino de Granada e do Paraguai”, nos anos de 1609 e 1610 emitiu duas “instruções”, prescrevendo pormenorizadamente o que, segundo seu tradutor para o Português, Arthur Rabuske, auxilia para entender melhor “... *certas facetas uniformes de quase todas as Reduções do Antigo Paraguai.*”¹³⁰ É mencionado, mais uma vez, que seja seguido o modelo peruano implantado em Juli: “*O povoado se trace segundo o modelo dos do Peru ou como seja mais do agrado dos índios (...), com suas ruas e quadras, dando uma quadra a cada quatro índios, uma residência a cada um, e cada casa tenha a sua hortazinha. Situem-se a igreja e a casa de Vossas Reverências na praça...*”¹³¹

A literatura é uníssona:

*“Devido à similitude existente entre os diversos povoados missioneiros no que diz respeito ao plano, à disposição das quadras e ao traçado das ruas, muitos autores ‘deduziram’ a existência de um modelo que teria servido de projeto inicial e responsável por esta similitude. De fato, todos os povoados missioneiros são um tabuleiro de linhas retas paralelas que se cortam em ângulos retos, ruas paralelas e quadras num sistema de grade. Ao centro, uma praça, em volta da qual se dispõe a igreja, a casa do cabildo, a casa das viúvas, a casa dos padres, etc.”*¹³²

No mesmo sentido, as conclusões de Blas Garay: “*A organização que os jesuítas deram a suas doutrinas ou povos foi completamente uniforme, de maneira que não só*

¹²⁹ HEGAL, José Antônio. *Concilios provinciales de México*. México: 1769. *Apud*: SHWADE, Egidio. *Organização social, política e econômica das missões*. In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975. p. 223.

¹³⁰ RABUSKE, Arthur. *A carta-magna das reduções do Paraguai*. In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p.171.

¹³¹ RABUSKE, Arthur. *op. cit.* p. 174.

¹³² KERN, Arno Álvarez. *op. cit.* p. 17.

*apresentavam o mesmo aspecto, igual ordenamento das casas, idêntico estilo de construção delas, senão levava-se, também, nelas a mesma vida, cuidadosamente regulada de antemão e nelas tudo marchava em tanta conformidade (com o estabelecido), que aquilo parecia uma grande máquina de acabadíssima perfeição.”*¹³³

Ernesto Maeder refere-se à experiência reducional: “... concentração geográfica e o modelo adotado (...) dá aos povos de guaranis uma grande semelhança entre si.”¹³⁴ Ainda: “As missões jesuíticas constituíram um dos exemplos mais interessantes de urbanização e povoamento.”¹³⁵

Continuamente aparece a idéia de que as reduções realizaram um projeto político e civilizatório. Se os padres jesuítas aceitaram a missão de cuidar do bem espiritual e material dos índios pagãos, materializou-se, de outra parte, um processo de transformação do modo de ser guarani:

*“A transformação cultural que leva as populações de índios guaranis ou guaranizados de suas aldeias, inseridas nas florestas tropicais e subtropicais do sul do Brasil, ao novo espaço aberto com a instalação de povoados missioneiros, foi um processo histórico de transição da Pré-História para a História motivado por uma situação criada pelo avanço das frentes de expansão do colonialismo luso-espanhol americano. Esta agressão sócio-política das populações brancas ibéricas gerou um processo de transculturação no qual os jesuítas e guaranis foram os protagonistas principais.”*¹³⁶

O modelo de evangelização também é questionado: “... a evangelização participou do processo global, baseado na violência. Não houve um encontro entre fé cristã e cultura autóctone. Houve um choque cultural que desestruturou e até destruiu as culturas e suas

¹³³ GARAY, Blas. *El comunismo de las misiones jesuíticas*. Asunción: Carlos Schumann Editor, 1988. p. 41. O texto original: “La organización que los jesuitas dieron a sus doctrinas o pueblos fué completamente uniforme, por manera que no solo presentaban todos el mismo aspecto, igual ordenación de las casas, idéntico estilo en la construcción de éstas, sino que también se llevaba en ellas la misma vida, cuidadosamente regulada de antemano, y en la que marchaba todo en tanta conformidad (con lo establecido), que semejaba aquella una gran máquina de acabadíssima perfección” - tradução livre do autor.

¹³⁴ MAEDER, Ernesto J. *La población de las misiones de guaraníes (1641-1682). Reubicación de los pueblos y consecuencias demográficas*. In: III Jornadas Internacionales sobre as Missões Jesuíticas. In: Estudos Ibero-americanos. PUCRS: v. XV. n. 1. jun. 1998. p.55. No original: “... concentración geográfica y el modelo adoptado (...) da a los pueblos guaraníes una gran semejanza entre si” - tradução livre do autor.

¹³⁵ MAEDER, Ernesto J. op. cit. p. 49. Em espanhol: “Las misiones jesuíticas constituyeron uno de los ejemplos más interesantes de urbanización y pobliamiento” - tradução livre do autor.

¹³⁶ KERN, Arno Álvarez. *Das aldeias guaranis às missões jesuíticas: um processo de transformações culturais*. In: I Jornada de Cultura Missioneira. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1985. p. 53.

religiões. O cristianismo foi imposto pela violência dura das armas e do submetimento (...) mediante o qual os indígenas tinham de aceitar a fé cristã, o papa e o rei (...) ou pela violência doce (...) dos aldeamentos ou reduções.”¹³⁷ Boff continua sua leitura crítica acerca da inculturação à força: “*Aí o indígena é destribalizado e desenraizado de sua terra e de suas tradições. Ela passa pela circuncisão cultural ibérica, da língua e dos costumes, da forma de trabalhar e de organizar o lazer. O resultado é que ele deixa de ser índio e jamais será um espanhol ou um português. A violência doce mata tanto quanto a violência crua do genocídio direto que ocorreu nos primeiros enfrentamentos do século XVI.*”¹³⁸

No início, para obrigá-los a permanecer “reduzidos”, os guaranis eram submetidos a castigos, método criticado por Eduardo Hoonaert: “*Aos poucos criou-se no aldeamento a idéia de que o índio recém-chegado é comparável a um lobo, um bicho do mato, um bicho brabo, que tem de ser amansado por castigos e penitências até chegar a ser um cordeiro, um índio manso e cristão.*”¹³⁹

A consequência inevitável foi a modificação do sistema de vida do guarani. Maxime Haubert sintetizou:

*“Os jesuítas modificaram a organização do espaço, obrigando os índios a viver em ‘pueblos’, que tinham um urbanismo completamente diferente daquele das aldeias indígenas primitivas. Ora, a organização do espaço e a organização do espírito são duas coisas estreitamente interligadas. Se você modifica a organização do espaço, você também modifica obrigatoriamente a maneira de pensar, de agir, de se comportar das pessoas. A mesma coisa exatamente para a organização do tempo. Os jesuítas obrigaram os índios a seguir horários de trabalho e de lazer extremamente rígidos, e dos quais era impossível se livrar. Sob este aspecto, o sistema era um pouco totalitário.”*¹⁴⁰

A experiência das reduções não preparou o guarani para uma vida politicamente autônoma:

“A análise do processo de colonização nos leva a constatar que o modelo reducional implantado pelos

¹³⁷ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 21.

¹³⁸ BOFF, Leonardo, op. cit. p. 122.

¹³⁹ HOONAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno*. Petrópolis: Vozes, 1991. *Apud*: BOFF, Leonardo. op. cit. p. 122.

¹⁴⁰ Em depoimento no filme “República Guarani”. BACK, Silvio. op. cit. p. 88.

jesuítas no Paraguai e no Rio da Prata, apenas preservou fisicamente os Guaraní missioneiros, tendo se revelado incapaz para prepará-lo, de forma mais adequada, aos riscos de um enfrentamento social ou político. De fato, para ser efetiva, a educação jesuíta deveria ter sido capaz de oferecer, aos filhos dos índios missioneiros, condições que lhes possibilitassem uma integração cultural e profissional na sociedade. Parece-nos, porém, que a resposta não pode ser dada pela simples contestação aos métodos educacionais e de evangelização utilizados pelos jesuítas, pois fatores históricos e a mentalidade da época também atuaram no processo 'civilizador' e 'evangelizador' a que foram submetidos os Guaraní reduzidos.”¹⁴¹

Os iluministas, na Europa, criticaram a experiência das reduções jesuíticas entre guaranis na América, atribuindo-lhes, ora fantásticas riquezas, ora um sistema de governo denominado de “Estado Jesuítico” independente. O porta-voz da antipropaganda jesuítica foi Voltaire:

“... escreveu a novela ‘Cândido’, que narra um episódio que se passa no Paraguai nos tempos jesuítas. O criado Cacambo convida Cândido para irem ao Paraguai combater pelos jesuítas, que ficariam encantados por ter um capitão que soubesse fazer exercícios à moda búlgara. Cândido faria então, uma fortuna prodigiosa. Voltaire coloca na boca de Cacambo a descrição de um reino fabuloso, com mais de 300 léguas de diâmetro, dividido em 30 províncias, onde os padres têm tudo e o povo nada...”¹⁴²

Os jesuítas teriam constituído um Estado dentro do Estado Espanhol: ora teria sido “República”, ora “Reino”, “Império” ou “Estado Teocrático”. Sobressai sempre a descrição de sua total independência de Espanha, com planos ocultos para dominar o mundo.

¹⁴¹ GADELHA, Regina Maria A.F. Jesuítas e guarani: a experiência missional triunfante. In: **Missões Guaraní: impacto na sociedade contemporânea**. GADELHA, Regina Maria A. F. (ed.). São Paulo: EDUC, 1999. p. 235.

¹⁴² FLORES, Moacyr. op. cit. p. 132.

1.4 “Estado Jesuítico” independente

Na literatura, há inúmeras alusões a um pretenso “Estado Jesuítico” que teria sido implantado nos Trinta Povos Guaranis de “...independência dos jesuítas em relação aos impérios absolutistas representados pelas coroas ibéricas.”¹⁴³ O Autor denomina isso de mais um dos “mitos” que rodeiam o imaginário sobre as reduções e foi a primeira denominação para as diversas formas de governo que teriam sido implantadas nas reduções guaranis.

Para os entrevistados no filme “República Guarani” Silvio Back elaborou um elenco de 89 perguntas. A de n. 60, textualmente: “ *O conjunto das ‘reduções’ constituía um projeto (econômico e político) autônomo – ou, segundo Pablo Hernandez, o chamado ‘Estado jesuítico’ estava baseado, em realidade, sobre a legislação espanhola e as decisões das autoridades espanholas?*”¹⁴⁴

Foram dadas as mais diversas respostas. Moysés Vellinho: “*Até hoje ninguém provou que tenha havido um sonho de império guaranítico. Mas também ninguém provou o contrário.*”¹⁴⁵ Clóvis Lugon: “*Eu acredito que os jesuítas tinham, no início, um projeto evangélico e por acréscimo, realizaram uma organização social sui-generis. Mas seu propósito não era criar uma alternativa em oposição ao mundo espanhol e português.*”¹⁴⁶ Juan Villegas: “*Existe a idéia de que os índios ‘pertencem’ aos jesuítas, como se eles fossem patrimônio dos jesuítas, e se produz o rumor e a lenda de que há uma república guarani, um enclave no meio de todo o sistema político-administrativo espanhol. A Coroa de Espanha julga que todos os índios e as ‘reduções’ jesuíticas, todo o comportamento dos jesuítas, significam uma ameaça, um quisto e determinam a sua retirada das Américas, em 1767.*”¹⁴⁷

¹⁴³ SALA, Dalton. Arquitetura e conflito político. In: *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. GADELHA, Regina Maria A.F. (ed.). São Paulo: EDUC, 1999. p. 85.

¹⁴⁴ BACK, Silvio. op. cit. p. 47.

¹⁴⁵ BACK, Silvio. op. cit. p. 104.

¹⁴⁶ BACK, Silvio. op. cit. p. 81.

¹⁴⁷ BACK, Silvio. op. cit. p. 103.

Ernesto J. Maeder, em sua resposta, já informa sobre a origem da discussão: “Os portugueses, principalmente num panfleto que circulou na Europa chamado de ‘A Relação Abreviada’, dizem claramente que dentro do império espanhol existia toda uma organização de indígenas armados, governados pelos jesuítas, que dependiam de seu padre provincial e do seu superior que estava em Roma e constituíam algo assim como um Estado dentro do Estado.”¹⁴⁸

O que Maeder denominou “Relação Abreviada” foi um libelo escrito em 1757 por Sebastião José Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, originalmente com o título completo de “Relação abreviada da República que os religiosos jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias, e da guerra, que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses; formada pelos registros das secretarias dos dois respectivos comissários e plenipotenciários, e por outros documentos autênticos”. Foi publicado no Brasil com o título mais conciso: “República jesuítica ultramarina”.¹⁴⁹ A edição brasileira é apresentada com estas informações:

*“Nas páginas escritas por Carvalho e Melo está a essência do pensamento anti-jesuítico, norteador do despotismo esclarecido em Portugal do século XVII. O jesuíta missionário é aqui apresentado como o anti-herói, o infiel súdito dos Soberanos ibéricos. Para consubstanciar tal idéia, o autor atribui aos missionários a construção e organização de um poderoso Estado, de regime republicano, nos domínios ultramarinos, localizado na Bacia do Prata. Isso representa uma conspiração frente ao regime monárquico, do Estado Absolutista.”*¹⁵⁰

Sobre essa “República”, as informações contidas na obra de Carvalho de Melo: “Nos sertões dos referidos Uruguai e Paraguai, se achou estabelecida uma poderosa República, a qual só nas margens e territórios daqueles dois rios tinha fundado não menos de trinta e uma povoações, habitadas de quase cem mil almas; e tão ricas, e opulentas em frutos, e cabedais para os ditos Padres, como pobres, e infelizes para os desgraçados índios, que nelas fechavam como escravos.”¹⁵¹ Acusa, ainda, os padres de que “... se tinham feitos absolutos senhores da liberdade, do trabalho, e da comunicação dos índios, sem os quais nada se podia

¹⁴⁸ BACK, Silvio. op. cit. p. 103.

¹⁴⁹ CARVALHO e MELO. *República jesuítica ultramarina*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

¹⁵⁰ CARVALHO e MELO, Sebastião José de. op. cit. contracapa.

¹⁵¹ CARVALHO e MELO, Sebastião José de. op. cit. p. 7-8.

fazer em termos competentes...”¹⁵² A respeito do domínio dos padres sobre os índios: “*Pois ignorando os miseráveis índios, que havia na terra poder que fosse superior ao poder dos padres, criam que estes eram soberanos despóticos, dos seus corpos e almas, ignorando que tinham Rei a quem obedecer...*”¹⁵³

Fica evidenciado o menosprezo contra os padres jesuítas missionários atacando sua atuação através de uma “... *pretensa força e unidade deste ‘império jesuíta espanhol’, fruto de uma campanha ideológica (...) na Europa.*”¹⁵⁴

Maxime Haubert também informa sobre essa campanha de difamação: “*Muitos iam ainda mais longe, dizendo que a Companhia de Jesus adquirira uma espécie de ‘estado no Estado’, sob a máscara da religião.*”¹⁵⁵

No mesmo sentido esta conclusão de Helene Clastres: “... *se inaugurou uma realização surpreendente: o que viria a ser chamado o ‘reino de Deus na Terra’, a ‘república comunista católica’, ou, mais simplesmente, o ‘Estado jesuítico do Paraguai’. Durante mais de um século e meio (...) as trinta cidades desse Estado próspero e praticamente autônomo...*”¹⁵⁶

Silvio Back comenta a atuação dos jesuítas dizendo que o “... *seguidor de Inácio de Loyola promovia o controle temporal e espiritual sobre toda a ‘redução’...*”¹⁵⁷ Descreve-a pormenorizadamente:

“O cura quem impunha o código penal castelhano (aplicação de castigos corporais e da pena de prisão); instruía os turnos de trabalho (o que, como e quando plantar e colher), construir (casas, igrejas, fortes, oficinas, barcos, etc.) e esculpir, etc.; determinava os horários de culto e de lazer (importantíssimos e básicos para a conformação do índio); as regras morais (censura) e de convivência (policiais); era ele quem decidia sobre a organização das milícias (infantaria e cavalaria) e

¹⁵² CARVALHO e MELO, José Sebastião de. op. cit. p. 19-20.

¹⁵³ CARVALHO e MELO, José Sebastião de. op. cit. p. 8.

¹⁵⁴ GADELHA, Regina Maria A.F. op. cit. p. 79.

¹⁵⁵ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 291.

¹⁵⁶ CLASTRES, Helene. op. cit. p. 9-10.

¹⁵⁷ BACK, Silvio. op. cit. p. 114.

*nomeava o ameríndio 'capitan general'; e a quem guerrear...*¹⁵⁸

O mesmo Autor conclui: “... os jesuítas montaram – sem em momento algum transferir ou abrir mão de sua superioridade político-religiosa e tecnológica - um fantástico ‘Estado’ totalitário, triste, amorfo e castrador, como todos, afinal, - mas produtivo, ordeiro e modernizante (...) para aqueles tempos.”¹⁵⁹

Sobre as versões de que teria havido um “estado” independente nas reduções, cabe uma informação histórica fornecida por Décio Freitas: “*Por esse tempo, atingia o auge a hostilidade das coroas católicas da Europa contra os jesuítas; o poderio da Companhia de Jesus passara a ser visto como uma ameaça ao Estado. Em 1759, a coroa portuguesa expulsara os jesuítas de todos os seus domínios; em 1764, a França adotara idêntica medida; em 1767, um decreto real expulsou os jesuítas de todos os domínios da Espanha.*”¹⁶⁰

O anticlericalismo sustentava que havia um plano oculto dos jesuítas para dominar o mundo. Na mesma época foi escrito, no Brasil, o poema “Uruguai”, de Basílio da Gama, que “... termina com a descrição de um afresco pintado no teto da igreja de São Miguel, que tem como tema a conquista do mundo pelos jesuítas.”¹⁶¹

Júlio José Chiavenato também atribui aos jesuítas a formação de um império temporal: “*Tudo conseguido à custa da domesticação dos índios, que eram ‘reduzidos’ às suas missões, onde trabalhavam sob uma disciplina militar (...). Como veremos, não faltou a esse império temporal sequer um exército bem organizado. O império temporal não foi um sonho: realizou-se.*”¹⁶²

Jesus Antônio de la Torre Rangel cita esta “peculiar civilização”:

“Uma experiência singular (...) foi aquela constituída pelo ‘Estado Jesuíta’ dos guaranis, que desde o início do século XVII até metade do século XVIII (1609-1768) vigorou numa ampla região, hoje dividida entre Argentina, Brasil e Paraguai. Através

¹⁵⁸ BACK, Silvio. op. cit. p. 115

¹⁵⁹ BACK, Silvio. op. cit. p. 121.

¹⁶⁰ FREITAS, Décio. *O socialismo missioneiro*. Porto Alegre: Movimento, 1982. p. 76.

¹⁶¹ FLORES, Moacyr. *O poema Uruguai, de Basílio da Gama*. In: *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 186.

¹⁶² CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 19.

de um complexo sistema de povoados ou 'reducciones', onde os indígenas nômades foram reduzidos à vida sedentária, e os jesuítas conseguiram uma peculiar civilização, na qual conjugaram um avançado progresso material e com benefícios sociais, culturais e até militares..."¹⁶³

Alberto Armani chegou a incluir no subtítulo de seu livro "El 'Estado' jesuíta". Sobre a organização política das reduções, diz: "*Por suas dimensões e duração, este experimento resultou absolutamente único na história, e é conhecido (ou desconhecido) com o nome de 'Estado' jesuíta do Paraguai ou, mais corretamente, dos guaranis.*"¹⁶⁴

Os jesuítas foram acusados de totalitários. Deonísio da Silva, analisando a chamada "República dos Guaranis", faz esta descrição: "*Ali, o totalitarismo dos padres havia falquejado os bons selvagens: demovidos da guerra, inculcados da paz, submetidos ao jugo da autoridade total...*"¹⁶⁵ No mesmo sentido: "*... uma concepção extremamemnte hierárquica e mesmo totalitária da ordem social.*"¹⁶⁶

O tema é polêmico, havendo igual número de informações desautorizando as conclusões sobre a possível existência de um Estado jesuítico independente na América. Quem levantou o questionamento foi Arno Álvarez Kern, ao analisar os "*... verdadeiros vãos de imaginação e invenções fantásticas: o pretenso 'Modelo Político' missioneiro. Qual teria sido este modelo, se realmente ele existiu? Teria se corporificado ou não num 'Estado Jesuítico'? O que teria caracterizado este modelo? Terá sido um Império, uma República, um Reino, uma Tecocracia, um Socialismo ou um Comunismo? Ou, talvez, nenhuma dessas alternativas?*"¹⁶⁷ Kern é enfático em suas conclusões:

"Nenhum documento comprova a autonomia deste 'Estado'. Pelo contrário, somente em 50 anos no século XVII (1641 a 1700), doze governadores de Assunção e Buenos Aires visitaram as Missões fazendo o censo e tratando dos impostos, o que

¹⁶³ RANGEL, Jesus Antônio de La Torre. Direitos dos povos indígenas na Nova Espanha até a modernidade. In: **Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização**. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 229-230.

¹⁶⁴ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 9. No original: "*Por su dimensiones y duración, este experimento resultó absolutamente único en la historia, y es conocido (o desconocido) con el nombre de 'Estado' jesuíta de Paraguay o, más correctamente, de los guaraníes*" - tradução livre do autor.

¹⁶⁵ SILVA, Deonísio da. **A cidade dos padres**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 99.

¹⁶⁶ HAUBERT, Maxime. **Les réductions guaraníes et la théologie de la libération**. In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, jun. 1989. p. 13. A expressão em francês: "*... une conception extrêmement hiérarchique et même totalitaire d'ordre social*" - tradução livre do autor.

¹⁶⁷ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 16.

configura uma situação bastante estranha para um 'Estado' que se imagina independente. Na mesma época, onze bispos visitaram as Missões e distribuíram os sacramentos, pois os povoados missioneiros pertenciam aos bispados de Assunção e Buenos Aires. Inúmeras vezes o exército guarani foi convocado pelos governadores espanhóis para prestar serviços, muitas vezes para atacar os inimigos da colonização espanhola (...). A vassalagem direta ao rei da Espanha foi mantida durante todo o período histórico das trinta povoações missioneiras, e os caciques anualmente eleitos como cabildantes nos órgãos municipais das Missões foram oficializados nos seus cargos pelos governadores espanhóis, representantes do absolutismo ibérico.”¹⁶⁸

A literatura jesuíta é uníssona em negar as pretensões de implantação de um governo independente nas reduções. Arnaldo Bruzel é um exemplo:

“Alguns autores, usando expressões como ‘República, Reino, Império, Estado Teocrático...’, insinuam que as Missões jesuíticas do Paraguai formavam Estado independente do rei da Espanha. Talvez não se refiram à independência de direito, que caracteriza as nações livres e soberanas, e sim à independência de fato. Haveria dependência apenas nominal, fazendo os jesuitas o que bem entendiam, e não o que o rei mandava. Consta, porém, explícita e implicitamente, de dezenas (talvez centenas) de milhares de textos que as Missões do Paraguai estavam sob verdadeira e efetiva dependência do rei de Espanha e das reais audiências, do vice-rei do Peru e do governador de Buenos Aires.”¹⁶⁹

Guillermo Furlong também refuta a tese: “... todos os autores de libelos e os romancistas da história têm declarado e sustentado que as Reduções Guaranis constituíam um Estado, uma República ou um Império, desligado e ainda oposto ao governo espanhol. Não há a menor prova para apontar uma afirmação tão errada.”¹⁷⁰ Na sequência, é enfático em negar a suposta independência política das reduções: “*Que dependiam do Rei era tão*

¹⁶⁸ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 21.

¹⁶⁹ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 35.

¹⁷⁰ FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos guaraníes*. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1962. p. 357. No original: “... todos los libelistas y algunos novelistas de la historia han declarado y sostenido que las Reducciones Guaraníes constituían un Estado, una República o un Imperio, desligado y aun opuesto al gobierno español. No hay ni la más leve prueba para apuntalar aserto tan errado” - tradução livre do autor.

*evidente que, entre 1610 e 1767, os monarcas espanhóis expediram mais de trinta Cédulas Reais ou Ordens Reais referentes à organização e marcha das Reduções, e os jesuítas, por meio de seus Procuradores, dirigiram memoriais ao Rei ou ao Conselho das Índias, solicitando graças a favor das Reduções.*¹⁷¹

É este também o entendimento de Roberto Armani: “... o ‘Estado’ dos guaranis não foi, com efeito, um verdadeiro Estado, e que a Companhia de Jesus atuou dentro do marco geral da conquista espanhola na América do Sul...”¹⁷² Tão ou mais clara é, ainda, esta conclusão do Autor: “... desde os primeiros tempos, a atividade dos missionários se desenvolveu dentro do âmbito do ordenamento espanhol, em conformidade com suas leis – até quando se tratava de leis especiais – e com o consentimento das autoridades.”¹⁷³

O que constitui qualquer Estado, pela definição da Ciência Política, são um povo, território, governo e a soberania interna e externa. O território das reduções pertencia à Coroa de Espanha, pelas conclusões de Bruxel: “O território dos Trinta Povos nunca foi dado à Companhia como propriedade sua, nem no todo nem na mais mínima parte. E nada do que nele se construiu ou nele se produziu pertenceu jamais à Companhia.”¹⁷⁴

Diante dessa realidade, podemos levantar o questionamento já feito por Arno Álvarez Kern: “Poderiam ter sido os Trinta Povos um Estado? Sabe-se que um Estado é uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado(...) reivindica com sucesso para si o monopólio da violência física legítima.”¹⁷⁵ Ora, diante dessa conceituação, não existiu, na verdade, nas Missões um Estado, no sentido moderno da palavra e de acordo com a contribuição de Antônio Sepp:

“O ‘Estado Teocrático dos Jesuítas’ era tudo, segundo o direito público, menos uma organização política autônoma, como assevera Pombal. As reduções, ao contrário, faziam parte integrante do domínio colonial espanhol, dependiam da coroa e

¹⁷¹ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 357. Em espanhol: “Que dependían del Rey era tan evidente que, entre 1610 y 1767, los monarcas españoles expedieron más de treinta Reales Cédulas o Reales Ordenes referentes a la organización y marcha de las Reducciones, y los jesuitas, por medio de sus Procuradores, elevaron memoriales al Rey o a al Consejo de Indias, solicitando gracias a favor de las Reducciones” - tradução livre do autor.

¹⁷² ARMANI, Alberto. Op. cit. p. 211. O texto original: “... el ‘Estado’ de los guaraníes no fue, en efecto, un verdadero Estado, y la Companhia de Jesús actuó dentro del marco general de la conquista española de Sudamérica...” - tradução livre do autor.

¹⁷³ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 181. Originalmente: “... desde los primerísimos tiempos, la actividad de los misioneros se desarrolló dentro del ámbito del ordenamiento español, de conformidad con sus leyes – incluso cuando se trataba de leyes especiales – y con acuerdo de las autoridades” - tradução livre do autor.

¹⁷⁴ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 52.

¹⁷⁵ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 243.

*dos que a representavam, viam-se obrigados ao serviço de guerra e aos impostos, sendo visitadas regularmente pelos governadores. Faltava-lhes, portanto, aquela qualidade que representa a noção de Estado: o poder do domínio primitivo, não dependendo de ninguém e de nada, e baseando-se em direitos autodeterminados. Nas reduções o poder de domínio deriva do Império Espanhol, dele dependia, e os jesuítas as administravam 'em concordância com as leis e sob o controle do Estado'. É verdade que 'infra legem', possuíam ampla autonomia. Mas isto significava, unicamente, que eram organismos de auto-administração, e não um Estado.'*¹⁷⁶

Mário Simon analisa as reduções sob o aspecto de que tinham diversas dependências em relação à Coroa Espanhola, o que nega terem sido independentes. Os impostos (Estado que paga imposto não é independente); a dependência política do Governador de Buenos Aires e a religiosa que subordinava os jesuítas a bispos não-jesuítas são evidências que desautorizam falar-se em Estado independente nas reduções.¹⁷⁷

Desse modo, não há como continuar afirmando a existência de um Estado nas reduções. No dizer de Kern: *"Inexistindo uma soberania política, um território, um governo e mesmo qualquer forma de reconhecimento externo por parte de outras nações, e estando as decisões sobre o monopólio do uso da força centradas em capitais políticas externas ao conjunto dos povoados missioneiros, inexistente a autonomia de fato e de direito que foi sugerida por diversos autores."*¹⁷⁸

Voltaire, em "Ensaio sobre os costumes", afirmou: *"A essência de um espartano era a obediência às leis de Licurgo e a essência de um paraguaio foi até aqui a obediência às leis dos jesuítas."*¹⁷⁹ Fazia parte da propaganda antijesuítica, imputando-lhe a formação de um poderoso império. Na prática, inexistiram as instituições e a soberania de um estado independente. A polêmica questão sobre a formação de um Estado Jesuítico pode ser derrubada pelo argumento de que as reduções inseriam-se na estrutura colonial montada pela Espanha na América que jamais permitiria a formação de um estado independente com qualquer tipo de autonomia. Aos padres jesuítas, integrando o organograma da administração

¹⁷⁶ SEPP, Antônio. op. cit. p. 24.

¹⁷⁷ Ver: SIMON, Mário. *Os sete povos das missões – trágica experiência*. Santo Ângelo: Gráfica Ed. Santo Antônio, 1984. p. 106-107.

¹⁷⁸ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 46.

¹⁷⁹ *Apud*: HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 243.

colonial espanhola, ligados ao Vice-Rei e, ainda, subordinados aos arcebispos e provinciais, não lhes teria sido tolerado criar um Estado dentro do Estado. Continuamente faziam referência ao poderoso cacique que se encontrava além do mar-oceano, o Rei, monarca absoluto de todo o Império Espanhol. Nesse sentido, é claríssima a conclusão de Furlong: *“Toda a documentação existente nos prova que os missionários tinham instruído os guaranis de que o Governador era o representante do rei de Espanha.”*¹⁸⁰

A realidade histórica foi diferente de algumas afirmações fantásticas que já foram feitas a respeito das reduções guaranis do Paraguai, Argentina e Brasil. Antes de constituírem o “Grande Estado Guaranítico”, dirigido por jesuítas, integravam o governo monárquico, dentro de um projeto colonialista espanhol e de expansão da fé, incentivado pela Igreja Católica. Neste sentido, convém aqui referir a conclusão de Mansueto Bernardi: *“Quem, portanto, (...) ainda ousa falar em usurpação de poderes, em república independente, em ‘Império Jesuítico do Paraguai’, ou falta deliberadamente à verdade ou não sabe o que está dizendo. O que ocorria, no caso do governo das Reduções, por parte dos Jesuítas, era o que, em direito constitucional, se denomina uma simples delegação de poderes...”*¹⁸¹

Confirma esta convicção o texto de Silvio Palacios e Ena Zofoli: *“Aquelas missões espanholas formaram um conjunto de trinta povos, pelo que a denominação mais freqüentemente usada, e aqui também, é a de ‘Os Trinta Povos Misioneiros Guaranis’, organização política, social, econômica, militar e religiosa que pouco ou nada teve a ver com os conceitos de República, Império e Estado Independente; sempre dependeram da Coroa de Espanha, para nascer e morrer, para a glória e a tragédia.”*¹⁸²

O guarani (como todo índio) não tinha noção de poder. Não tinha órgão de poder fora do corpo social da “família extensa” (três gerações: avós, filhos, netos). Quem detinha o poder eram os indivíduos que compunham a sociedade. A tradição era oral. Nesse contexto, apresentar-se como um “poder de fora” era temeroso e indicativo de fracasso iminente. Em consequência, diante dos guaranis, nas reduções, não havia como implantar um governo,

¹⁸⁰ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 358. No original: *“Toda la documentación nos prueba que los misioneros tenían instruido a los guaraníes de que el Gobernador era el representante del Rey de España”* -tradução livre do autor.

¹⁸¹ BERNARDI, Mansueto. op. cit. p. 17.

¹⁸² PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 1 da introdução. O texto original: *“Aquellas misiones españolas formaron un conjunto de treinta pueblos, por lo que la denominación más frecuentemente usada, y aquí también, es la de ‘Los Treinta Pueblos Misioneros Guaraníes’, organización política, social, económica, militar y religiosa que poco o nada tuvo que ver con los conceptos de República, Imperio y Estado Independiente; siempre dependieron de la Corona de España, para nacer y morir, para la gloria y tragedia”* - tradução livre do autor.

tendo, ainda, que prestar contas à Coroa Espanhola. No dizer de Alberto Armani: “... os jesuítas não puderam pensar jamais em fazer-se independentes da Coroa de Espanha.”¹⁸³

A terminologia de “civilização jesuítica” usada por alguns autores é, igualmente, imprecisa:

“... aceitar o conceito de civilização jesuítica, é confirmar a idéia de que o governo das missões era soberano, o que não confere com o processo histórico missioneiro. Parece que os autores esqueceram ser o território das Missões pertencente à Coroa de Espanha, bem como os guarani-missioneiros eram súditos, tendo obrigações com o soberano rei espanhol. Todas essas especificidades são negadas, mediante a aceitação do conceito de civilização jesuítica, reduzindo ainda mais o verdadeiro sentido da experiência missioneira.”¹⁸⁴

O começo e o fim da experiência reducional não foi decidido pelos jesuítas. Por isso, falar de criação de Estado Independente, sem liberdade para tal, fica historicamente desautorizado, principalmente diante dessa afirmação incisiva: “*Uma prova de indiscutível autenticidade e de conteúdo cruel seria o afirmar que o grau de dependência política dos povos missioneiros guaranis foi tão grande que um rei ordenou sua criação e outro rei a sua destruição.*”¹⁸⁵

Fica demonstrado pelas diversas fontes que é uma imprecisão conceitual e falta de objetividade atribuir uma independência política e a instauração de um “Estado Jesuítico” às reduções guaranis. A vinculação à legislação e ao poder central espanhol fica evidenciada, principalmente nas fontes bibliográficas em espanhol, como esta de Silvio Palacios e Ena Zofoli:

“Quando falam de ‘República Guarani’, ‘Estado Teocrático dos Jesuítas’ e outras denominações, parece que desejam dar a entender que o conjunto formado pelos ‘Trinta Povos Missioneiros Guaranis’ era independente e soberano, idéia completamente equivocada. As Leis de Índias, as Cédulas Reais (...), as Cartas Anuas e centenas de

¹⁸³ ARMANI, Alberto. op. cit. p.131. Na obra: “...los jesuitas no pudieron pensar jamás en hacerse independientes de la Corona de España” -tradução livre do autor.

¹⁸⁴ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. op. cit. p. 24.

¹⁸⁵ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 179. Textualmente: “Una prueba de indiscutible autenticidad y de cruel contenido seria el afirmar que el grado de dependencia política de los pueblos misioneros guaranies fue tan grande que un rey ordenó su creación y otro rey su destrucción” -tradução livre do autor.

documentos existentes sobre o assunto provam que nunca existiu, porque não podia existir, uma independência política dessas missões em relação ao poder central do Rei, das altas Instituições civis (Conselho de Índias, Casa de Contratação) e eclesiásticas (Patronato) da Espanha, nem das autoridades da América Hispânica (Vice-Rei, Audiência real, Governador e Bispo).”¹⁸⁶

Além de “Estado Jesuítico Independente”, há, ainda, uma diversidade de denominações para possíveis modelos políticos e formas de governo que teriam sido implantados nas reduções.

O segundo capítulo discute as formas controvertidas de governo nas reduções guaranis. Ora, um governo teocrático, de inspiração religiosa; ora, a realização de alguma das utopias da literatura universal. “Utopia” é sugerido para denominar o território dos Trinta Povos. Há, igualmente, a denominação de Socialismo e Comunismo (uma espécie de socialismo missioneiro-religioso e/ou comunismo pré-marxista). Outra forma de administração teria sido a republicana.

Para todas essas denominações, assim como a de um “Estado dentro do Estado”, analisada antes, não há evidências históricas que as comprovem. Situadas no sul do Paraguai atual, nordeste da Argentina e sudoeste do Brasil, as reduções integravam o reino de Espanha. Jamais formaram um Reino ou Estado jesuítico.

O objetivo central é chegar à conclusão sobre a forma de governo nas reduções guaranis. A problematização, a controvérsia de posicionamentos é a tônica do segundo capítulo.

¹⁸⁶ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 176. O texto em espanhol: “ Cuando hablan de ‘Republica Guarani’, ‘Estado Teocrático de los Jesuitas’ y otras denominaciones, parece que desean dar a entender que el conjunto formado por los ‘Treinta Pueblos Misioneros Guaranies’ eran independientes y soberanos; idea completamente equivocada. Las Leyes de Indias, las Cédulas Reales (...), las Cartas Annuas y centenares de documentos existentes sobre el asunto, prueban que nunca existió, porque no podía existir, una independencia política de estas misiones con referencia al poder central del Rey, de las altas Instituciones civiles (Consejo de Indias, Casa de Contratación) y eclesiásticas (Patronato) de España, ni de las autoridades de la América Hispana (Virrey, Audiencia real, Gobernador y Obispo)” - tradução livre do autor.

II FORMAS DE GOVERNO CONTROVERTIDAS

2.1 “Teocracia” resultante do modelo missionário

Muitas outras formas de governo foram atribuídas às reduções, além de que teriam constituído um Estado jesuítico independente. Já se escreveu muito sobre o “modelo” a partir do qual os jesuítas teriam organizado a vida social e política para conduzir os guaranis à fé cristã. É um tema complexo. Diversos estudos classificam o sistema político e, conseqüentemente, sua forma de governo de Utopia, República, Reino, Império, Socialismo, Comunismo e Estado Teocrático. Há até quem julgue não ter havido nenhuma forma de governo pré-estabelecida e que com o passar do tempo e das necessidades foram estabelecendo instituições de governo apropriadas para as circunstâncias concretas. Uma espécie de organização mais pragmática do que resultante de concepções teóricas anteriores.

A diversidade de denominações está presente na literatura a respeito do assunto, como esta de Silvio Palacios e Ena Zofoli:

“No campo político existe uma diversidade de títulos para dar a entender o tipo de governo que existia no conjunto dos Trinta Povos Misioneiros Guaranis, assim, por exemplo, os de ‘Estado Teocrático dos Jesuítas’, ‘República Jesuítica do Paraguai’, ‘República Comunista Cristã dos Guaranis’, ‘República Guarani’, ‘A República de Deus’, ‘O Estado Jesuítico’, ‘O Império Jesuítico’, ‘República Independente dos Guaranis’, ‘Teocracia Socialista’, ‘Socialismo Cristão’, e devem existir mais nomes diferentes em artigos e livros.”¹⁸⁷

Teriam sido as reduções realmente um pequeno mundo teocrático? Havia informações a respeito na Europa: “*Correm pelas capitais de Espanha, França e Portugal os*

¹⁸⁷ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p.168. Literalmente: “*En el campo político existen una diversidad de títulos para dar a entender el tipo de gobierno que existía en el conjunto de los Treinta Pueblos Misioneros Guaranies, así, por ejemplo, los de ‘Estado Teocrático de los Jesuitas’, ‘República Jesuítica del Paraguay’, ‘República Cristiana de los Guaranies’, ‘República Guarani’, ‘La*

*mais desabusados boatos sobre as Missões, inclusive o mito de que as reduções formam um grande Império Teocrático que ameaça nossa soberania.”*¹⁸⁸

Aurélio Porto também informa sobre o tema: *“Uma das acusações que pesaram sobre os jesuítas era de que haviam fundado um império teocrático, na antiga província do Paraguai, e que o soberano desse vasto domínio seria o índio Nicolau Nanguirú. O império, dizia-se, contava com riquezas fabulosas e minas de prata e ouro, que os padres defenderiam com seus exércitos aguerridos, negando, assim, o preito que deviam ao Rei de Espanha.”*¹⁸⁹

Antônio Sepp relata as dificuldades que os jesuítas enfrentaram para sair da Europa e viajar até a América para assumir o comando espiritual das reduções. Faz detalhadas referências a um longo preparo para a missão acenando, ainda, para a forma de governo: *“Estavam assim capacitados para a missão (...) . Estavam também capacitados para fundar, no Novo Mundo, o Reino Teocrático dos Indígenas.”*¹⁹⁰

Alberto Armani fala de *“... um hipotético ‘Reino de Deus’ na terra, ‘Estado de Deus’ entre os guaranis.”*¹⁹¹

Alfeu Nilson Mallmann, analisando a organização e o funcionamento das diversas atribuições em uma redução, conclui: *“É o regime teocrático, exercido pelo Padre Cura, como autoridade máxima, representante da Igreja e auxiliado pelo Padre companheiro ou coadjutor. O poder civil, representado pelo Cabildo, estava subordinado ao poder religioso e funcionava na prática como órgão executor das instruções recebidas do Padre Cura.”*¹⁹²

Numa análise mais pormenorizada da prática reducional, concluiu: *“ O poder provinha da religião e em seu nome era exercido, tal era a teocracia missioneira. Assim, se a Religião era a finalidade das Reduções, elas sobreviviam exatamente pelo poder coercitivo que ela impunha, formando-se um ciclo contínuo de causa-efeito, onde os Padres representavam, de um lado, o papel de mensageiros e representantes de Deus e da sua Igreja e, de outro, eram os gestores e administradores para que as coisas assim acontecessem.”*¹⁹³

República de Dios’, ‘El Estado Jesuítico’, ‘El Imperio Jesuítico’, ‘República Independiente de los Guaraníes’, ‘Teocracia Socialista’, ‘Socialismo Cristiano’, y deben de existir más nombres diferentes en artículos y libros” – tradução livre do autor.

¹⁸⁸ CHEUICHE, Alcy. *Sepé Tiaraju – romance dos sete povos das missões*. Porto Alegre: AGE Editora. 1993. p. 115.

¹⁸⁹ PORTO, Aurélio. op. cit. p. 219-220.

¹⁹⁰ SEPP, Antônio. op. cit. p. 19.

¹⁹¹ ARMANI ALBERTO. op. cit. p. 12. Textualmente: *“... un hipotetico ‘Reino de Dios’ en la tierra, ‘Estado de Dios’ entre los guaranies.”* – tradução livre do autor.

¹⁹² MALLMANN, Alfeu Nilson. *Retrato sem retoque das reduções guaranis*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p. 259.

¹⁹³ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 295.

Citando Alfred Métraux, Arno Álvarez Kern lembra o combate ferrenho que os filósofos iluministas faziam aos jesuítas, acusando-os de terem criado um império teocrático: *“Quase poderíamos falar em teocracia a propósito da organização social destes indígenas...”*¹⁹⁴ E com base em estudos de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) se diz : *“É possível pensar-se que os jesuítas desejavam construir um império teocrático tendo por sede o Paraguai; pelo menos a instituição de várias províncias existiu, sendo cada uma delas divididas em reduções.”*¹⁹⁵

O padre Antônio Sepp fala ainda, em outra passagem, em teocracia: *“ Durante mais de 150 anos, de 1609 a 1768, existiu em nosso continente uma obra singular e admirável, bem diversa de qualquer outra registrada pela história política e sociológica. Foi o chamado ‘Estado jesuítico do Paraguai’, ou melhor, o ‘Reino teocrático jesuítico-indígena junto ao Paraná e ao Uruguai’...”*¹⁹⁶

As reduções foram fundadas numa época em que a Igreja Católica possuía o espírito missionário, de conquista e conversão dos “gentios” (o que, na América, significava “índios”). Apresentadas como uma conquista espiritual e civilizatória , freqüentemente são denominadas de “Estado Teocrático” independente dentro da América Hispânica. A etimologia do termo vem de duas palavras gregas: *teós* , significa deus, e *cratein*, governar. Designava o regime político em que uma aristocracia, a casta dos sacerdotes, detinha o poder temporal, influenciando todas as decisões administrativas.

Concretamente, teria sido a materialização do império temporal pretendido pela Igreja após a Contra-Reforma: *“Para muitos estudiosos das missões jesuíticas estaria nascendo uma república teocrática (de governo inspirado na religião), com grande poder econômico e político.”*¹⁹⁷

As reduções teriam se convertido em virtuais Estados teocráticos no interior do próprio império espanhol: *“Alguns historiadores, esquecendo as relações entre o Estado e a Igreja no século XVII, caracterizaram as missões do Paraguai como uma república*

¹⁹⁴ MÉTRAUX, Alfred. *Religions et magies indiennes d’Amérique du Sud*. Paris, Gallimard, 1967. P. 23. *Apud*: KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 101.

¹⁹⁵ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1946. p. 184-5. *Apud*: KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 227.

¹⁹⁶ SEPP, Antônio. op. cit. p. 17.

teocrática comunista. Uns quantos consideraram as missões como um Império Teocrático dos jesuítas no coração da América do Sul...”¹⁹⁸

Maxime Haubert também fala em teocracia: “... *ninguém se cansa de observar que a teocracia exercida no Paraguai é infinitamente mais bela do que todos os sistemas cogitados...*”¹⁹⁹

A referência de Raymundo Faoro: “*No trato com o indígena, sem respeito ao colono e a seus imediatos interesses, em desafio às autoridades do mundo, tudo levaria o jesuíta a uma organização teocrática.*”²⁰⁰

Os guaranis estariam sendo preparados para serem habitantes da “Cidade de Deus”, comparando o modelo teocrático das reduções com a obra de Santo Agostinho (354-430), em que é preconizado um governo divino para o mundo, afirmando que o plano da história é sobrenatural, fazendo uma teologia da história. Toda a obra se dedica a erigir a tão sonhada cidade divina, a cidade universal de Deus na terra. Conclui que, diante da dialética entre as duas cidades (terrena e celeste), triunfará a Cidade de Deus.²⁰¹

A catequese nas reduções e, conseqüentemente, a sua “teocratização” foi operada pelos jesuítas. Antônio Carlos Wolkmer lança o questionamento:

“A presença e a função dos jesuítas tem sido matéria de controvérsias: de um lado, a idéia de que o sucesso das reduções foi alcançado graças ao esforço e à rígida disciplina imposta pelos inicianos, que protegeram e defenderam as comunidades de índios contra a exploração administrativa espanhola e contra as investidas devastadoras de bandeirantes luso-brasileiros. De outro, de que as Missões Jesuíticas integraram e serviram aos interesses do colonialismo hispânico, na medida em que a catequese e a evangelização desempenharam a função ideológica de ‘domesticar’ e ‘disciplinar’ as massas de aborígenes pagãos e rebeldes. Por esse viés passa tanto o reconhecimento da cumplicidade de uma prática religiosa com os interesses do poder quanto a

¹⁹⁷ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 16.

¹⁹⁸ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 11.

¹⁹⁹ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 21.

²⁰⁰ FAORO, Raymundo. op. cit. p. 198.

²⁰¹ No original em latim “*De civitate Dei*”, escrito em 413.

*própria pretensão imperialista dos membros da Companhia de Jesus. Até que ponto o governo temporal das Missões não acabou projetando uma república teocrática?”*²⁰²

O que deve ser considerado é que com a vinda dos jesuítas e sua presença nas reduções foram introduzidos novos símbolos, trazidos da cristandade medieval européia: “*Os jesuítas representam, de certo modo, uma espécie de saudade da Idade Média, em que o mundo se fundamentava na fé.*”²⁰³ Foram adotadas novas práticas na vida diária de trabalho em grupo, orações (com destaque para a missa), catequese, sacramentos, procissões, cantos. As rotinas diárias, tanto no espaço urbano como no rural, eram realizadas de acordo com rituais sacralizantes. É certo que isso tudo alterou profundamente o modo de vida do guarani. Neste sentido, as considerações de Ruy Ruben Ruschel:

*“Dai não ser estranho (...) que o índio das missões jesuíticas vivesse exclusivamente, ou principalmente, da religião. Procissões frequentíssimas; missas diárias antes do trabalho; missas solenes e cantadas nos domingos e dias consagrados; estátuas de santos transportadas diuturnamente e, inclusive, colocadas no lugar do trabalho, na roça; o zelo do índio pelas alfaías da igreja; o entusiasmo posto na construção dessas imensas igrejas cujas ruínas ainda se pode admirar em nossos dias; enfim, tudo revela o fundamento do sistema que foi introduzido aqui na América do Sul.”*²⁰⁴

Por terem sido aldeias cristãs indígenas, conhecidas por reduções, desde logo os estudiosos procuraram saber se os jesuítas queriam fundar, ou não, um império temporal de feições teocráticas na América. Na conclusão de Décio Freitas: “*Os jesuítas, nas reduções, tinham instituições próprias, visando à criação de uma sociedade teocrática. A inspiração teocrática era sua força e sua fraqueza: permitia aos guaranis defenderem-se do colonialismo, mas tornavam-se dependentes dos jesuítas.*”²⁰⁵

O modelo de vida implantado nas reduções fazia parte do plano de cristianização dos indígenas: “*A sociedade cristã, criada na América, formava um conglomerado de imagens e*

²⁰² WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralidade jurídica na América luso-hispânica. In: *Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização*. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 86.

²⁰³ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 184.

²⁰⁴ RUSCHEL, Ruy Ruben. O sistema jurídico dos povos missionários. In: *Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização*. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 185.

²⁰⁵ FREITAS, Décio. *História de um genocídio*. Zero Hora, Porto Alegre, 25 out. 97, p. 23.

*símbolos religiosos católicos. As encíclicas papais só reconheciam o novo território descoberto se o rei se responsabilizasse pela conversão de seus habitantes. A legislação espanhola da época deixava bem claro que a redução era uma organização onde os índios deviam ser instruídos na Santa Fé Católica e nas Leis Evangélicas, a serviço de Deus e do Rei.”*²⁰⁶

Enquanto projeto conjunto da Igreja e da Monarquia Espanhola, ficava bem caracterizada a dupla missão, analisada por Dussel: “*É a primeira vez na história que o Papado – ou a Igreja – outorga a uma nação o duplo poder de colonizar e missionar, é dizer, mistura o temporal e o sobrenatural, o político e o eclesial, o econômico e o evangélico, produzindo de fato algo assim como uma teocracia expansiva e militar...*”²⁰⁷

Diante de tantas afirmações sobre a vigência de um regime teocrático de governo nas reduções, Silvio Back lançou este questionamento: “*Pelo fato de as missões jesuíticas, no século XVIII, menos de cem anos após sua criação, terem assumido um caráter de ‘verdadeira economia nacional’ (...), pode-se falar numa idéia preconcebida dos inacianos em organizar um ‘império’ de dimensões continentais ou um Estado teocrático independente dentro da América Hispânica?*”²⁰⁸

A bibliografia divide-se em dois grupos. Diversas afirmações atribuem aos jesuítas a tentativa de formação de um vasto império teocrático em terras americanas(elencadas acima). Outras, questionam (quando não negam) essa tese. Como exemplo: “*... muitos insistem em considerar que a Companhia era um ‘agente do colonialismo’ (...), ou insistem em considerar que a Companhia ‘humanizou a colonização’ ou ficam, com 200 anos de atraso, querendo saber se a Companhia queria fundar, ou não ‘um império temporal teocrático’ na América Latina.*”²⁰⁹

O processo de cristianização do guarani sempre foi motivo de debate entre antropólogos, historiadores, sociólogos e artistas. De um lado, condena-se o induzimento da opinião pública para admirar as maravilhas que teriam sido operadas por alguns padres sobre

²⁰⁶ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 101.

²⁰⁷ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 231. O texto original: “*Es la primera vez en la historia que el Papado – o la Iglesia – otorga a una nación el doble poder de colonizar y misionar, es decir, mezcla lo temporal y lo sobrenatural, lo político y lo eclesial, lo económico y lo evangélico, produciendo de hecho algo así como una teocracia expansiva y militar...*” – tradução livre do autor.

²⁰⁸ BACK, Silvio. op. cit. p. 46.

²⁰⁹ NEVES, Luiz Felipe Baêta. op. cit. p. 164.

milhares de guaranis, de que teria sido implantado nas reduções uma paraíso utópico: a salvação do indígena, catequizado pelo Catolicismo. As ordens religiosas que acompanhavam os colonizadores europeus viam na sociedade primitiva dos índios americanos o elemento humano ideal para a construção da perfeita comunidade cristã, uma “utopia de batina”. Foi dada muita ênfase à presença do jesuíta entre os guaranis que exerceram seu poder através da religião e do saber, símbolos de dominação. Acusa-se o jesuíta de ter distorcido a verdade, a seu favor, nas “cartas anuas” endereçadas à Igreja, aos governadores do Paraguai e à Companhia de Jesus.

O índio é místico por natureza. Retirá-lo de seu ecossistema, a adulteração de sua cultura via imposição de outra, européia, cristã, com todo um aparato pedagógico, obrigando-o a fabricar instrumentos para execução de músicas sacras, estátuas de santos, pias batismais e outros objetos para o culto é denunciado como violência, uma maneira sutil de ocupar corpos e mentes do indígena via imposição religiosa, verdadeira dominação com características teocráticas. Quando os jesuítas foram expulsos das reduções, os índios ficaram desorientados porque não aprenderam a se auto conduzir. Dependiam dos missionários que durante todo o tempo deram a direção política, econômica, social, religiosa ou ideológica ao processo reducional.

A maioria das missões religiosas, também a dos jesuítas entre os guaranis, esteve subordinada a um plano político-econômico mercantil. Sob este argumento, os críticos alegam que a difusão do cristianismo na América não se fez somente por meio da Igreja mas sim do Estado e que, em nome desse, o projeto conjunto foi economicamente explorado, obrigando-se a produzir bens que interessavam ao comércio europeu: erva mate, couro de boi, etc.

De outro lado, há pesquisadores que defendem a obra dos jesuítas, alegando que o historiador precisa observar os fatos a partir do momento histórico em que aconteceram. Sob esse viés, defendem a atuação religiosa nas reduções como alternativa para construir uma sociedade que, em outras circunstâncias, os guaranis não teriam conseguido. Elogiam o desenvolvimento das artes entre os guaranis (mesmo sendo arte sacra). Os guaranis, instruídos e orientados pelos padres em letras, artes, músicas, agricultura, pecuária e artesanato criaram uma forma sua de civilização, notável obra de progresso e de cultura social. Constatam que, a despeito das acusações de imposição cultural, os guaranis mantiveram sua língua, mesmo sob ordens dos reis espanhóis de que fosse falado o castelhano e tão-somente ele. Admiram as

reduções como verdadeiras cidades autônomas, com uma economia estável, auto suficiente e até exportadora, com uma organização política forte dirigida pelos missionários.

Há, igualmente, frontais negações da suposta teocracia: “.... *um grande equívoco que se costuma ouvir ainda em nossos dias, falando-se da existência de um ‘império teocrático guarani ou jesuítico’.* Na realidade, isto nunca existiu aqui. Esses povos eram municípios com a mesma autonomia que gozavam todos os municípios, não só na América Espanhola como também na América Portuguesa daquele tempo.”²¹⁰

No mesmo sentido, as conclusões de Júlio Ricardo Quevedo Santos: “... *no processo de elaboração e afirmação do tratado de Madri (1750), não se encontra qualquer alusão dos plenipotenciários e dos monarcas sobre a necessidade de agilizar um acordo, para dismantelar um suposto Estado teocrático no Prata (...), provando que (...) as autoridades espanholas (...) viam, nas Missões, uma área necessária e para continuidade dos impérios coloniais.*”²¹¹

Um governo teocrático se exerce em um estado independente. Para isso, dever-se-ia comprovar a existência, de fato e de direito, dessa independência.. No caso das reduções, não há provas que permitam essa confirmação. No dizer de Arno Álvarez Kern:

*“As análises políticas exigem historicamente que esta relação entre teocracia e estado independente se comprove. A impossibilidade de evidenciar documentalmente a independência política dos povoados missioneiros, sugere que um termo mais abrangente e mais preciso, tal como ‘hierocracia’, talvez seja o mais apropriado para justificar a predominância da religião e do sagrado sobre essas comunidades indígenas de neófitos cristãos inseridos nos limites dos impérios ibéricos coloniais.”*²¹²

O que pode ser comprovado historicamente é de que o cristianismo foi o fator determinante do processo de colonização do índio. Escolhido o terreno, os missionários

²¹⁰ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 194.

²¹¹ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. op. cit. p. 36.

²¹² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 51.

plantavam a cruz, sempre no intuito de domesticar essa “gente bárbara” através do Evangelho, inserindo-a na sociedade espanhola, fazendo-a adotar novos costumes e a viver uma religiosidade totalmente diferente daquela à qual estava acostumada. Ainda hoje há quem julgue que a experiência social e política das reduções tenha representado uma tentativa de volta da Igreja Católica à origem histórica das primeiras comunidades, à fraternidade sem grandes preocupações materiais. O intuito nunca foi o de implantar qualquer espécie de poder temporal. Clóvis Lugon esclarece: *“Estou persuadido que os jesuítas espanhóis, em particular, estavam bastante satisfeitos com as condições de domínio que se exercia sobre a República Guarani. Eles não aspiravam a uma independência completa.”*²¹³

Pelo efetivo domínio exercido sobre os índios, já se atribuiu o nome de “clericocracia” (governo de padres) ao governo das reduções (o que Kern denominou de “hierocracia” – governo de santos). Todas essas denominações resultaram do fato de que a meta inicial dos jesuítas foi a catequização. Juan Villegas, em seu depoimento no filme República Guarani, confirma:

*“O cristianismo será o veículo para colonizar o índio. O índio entra na etapa colonial hispano-portuguesa através da evangelização e da aculturação. Dessa forma, já não teremos um índio, digamos assim, virgem, um índio autêntico, mas um índio que pelo menos professa uma crença, que é a crença dos colonos. E é por aí que a Igreja também entra no mundo colonial. Como instituição que trazem os colonizadores, ela penetrará também nas selvas e nas margens dos rios. O índio, então, se desnaturaliza, perde sua virgindade, sua idiossincrasia, viverá de outra maneira, terá que adotar os novos costumes que lhe serão impostos pela cristianização.”*²¹⁴

Nessa experiência inédita, em que “... o evangelho e o bacamarte se aliaram para preservar (...) a utopia cristã – a primeira tentativa de organização racional da sociedade na América”²¹⁵, antes de falar no tão propalado “império teocrático” dos jesuítas, deve ser considerado o fato de que as reduções não passavam de meras províncias espanholas de além-mar. Não há como provar de que os jesuítas quisessem formar um Estado teocrático. Em nenhum momento a Coroa Espanhola agiu de modo que se preocupasse com esse intuito. A

²¹³ BACK, Silvio. op. cit. p. 103.

²¹⁴ BACK, Silvio. op. cit. p. 81.

²¹⁵ LUGON, Clóvis. op. cit. contracapa.

tão propalada “teocracia” foi, apenas, resultado do modelo missionário, em que era o padre quem decidia e regulava o dia-a-dia da redução, assumindo uma posição social que o situava, por vezes, acima do poder civil. Sua ascendência sobre o grupo derivava de sua pregação e pela imposição de uma nova cultura.

Para chegar a conclusões e denominar como teocracia ou outra qualquer forma de governo que as reduções teriam adotado, o método histórico-crítico exige examinar se os fatos combinam com a teoria. Caso contrário, “... *as teorias e interpretações resultam sem dúvida parciais e distorcidas por apoiar-se em teses preconcebidas, e, em consequência, pouco válidas no plano histórico.*”²¹⁶ Ou no dizer de Arthur Rabuske: “*Não pode nem deve considerar-se um verdadeiro estudioso da história aquele que julga, anacronicamente, os fatos e pessoas do passado com uma mentalidade atual ou até a partir de uma ideologia de última hora, desconhecida ou inexistente então.*”²¹⁷

Outros tipos de interpretação, com cada autor dando uma explicação diferente, foram dados ao governo das reduções. Frequentemente são denominadas de “Utopia”, que nas reduções teria sido concretizada alguma das previsões utópicas da literatura. A possibilidade de um plano inicial muitas vezes é sugerida pelos autores. Verdadeiras utopias “a posteriori” em grande parte integram uma espécie de literatura mitológica, verdadeiros vôos de imaginação em torno dessa experiência catequético-civilizatória que foram as reduções.

²¹⁶ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 15. No original: “*Las teorías y interpretaciones resultan sin embargo parciales y distorsionadas por apoyarse en tesis preconcebidas, y, en consecuencia, poco válidas en el plano histórico*” – tradução livre do autor.

²¹⁷ RABUSKE, Arthur. As assim chamadas “Bandeiras” Paulistas de 1580-1640 ou busca de um conceito mais adequado delas. In: Anais do IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981. p.113.

2.2 Realização de “utopias” da literatura universal

Os temas utópicos sempre estiveram presentes na literatura política, caracterizando modelos imaginários de uma sociedade, de um Estado, projetando as aspirações e sonhos de uma realidade humana e política ideal e mais justa. Também “... esteve continuamente na imaginação dos navegadores, exploradores e povoadores do hemisfério ocidental. Denunciam-no as primeiras narrativas de viagem, os primeiros tratados descritivos, onde a todo instante se reitera aquela mesma tópica das visões do Paraíso...”²¹⁸

Que é utopia? Etimologicamente, deriva-se do prefixo grego *u* (não, ausência, negação) e de *topos* (lugar). Quer dizer uma negação com referência a lugar, ou um lugar que não existe ainda, uma coisa fora de lugar ou um vir-a-ser. Faz hoje parte do nosso vocabulário como uma coisa praticamente inatingível: uma coisa tão boa que foge das realidades conhecidas. Seria aquele imaginário ideal que não existe, sem lugar concreto ainda: “A utopia se define fundamentalmente pelo modo de alcançar a sociedade ideal (...), é o resultado de um diálogo permanente entre a sociedade existente e a sociedade desejada.”

219

Ao longo da História surgiram diversas obras caracterizadas por imaginar e descrever um novo estado de coisas e um novo modo de ser. O gênero utópico, no ensinamento de Kern, “... exige do utopista um certo procedimento e uma maneira de ser. O procedimento utópico é uma capacidade de imaginar uma ordem diferente das coisas, de modificar o real pela elaboração de hipóteses. Em suma, é um exercício mental sobre as alternativas possíveis em relação à realidade.”²²⁰

O conceito *utopia* foi criado e utilizado pela primeira vez por Tomás Morus, em 1516, em sua obra “A Utopia”. Descreve um Estado imaginário sem propriedade privada, sem dinheiro, preocupado com a felicidade coletiva e a organização da produção. Seu modelo foi a

²¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. X.

²¹⁹ DÁVILO, Beatriz. *Las misiones jesuíticas, un lugar para la utopia colonial?* In: I Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas. Montevideo: Ed. Grafis, 1994. p. 147-148. No original: “La utopia se define fundamentalmente por el modo de acceder a la sociedad ideal (...), es el resultado de un diálogo permanente entre la sociedad existente y la sociedad deseada” – tradução livre do autor.

²²⁰ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 21.

obra “República”, de Platão. A experiência missioneira já foi comparada à obra de Tomás Morus. Foram fundadas 54 reduções. Uma passagem é citada com frequência para justificar as semelhanças entre elas e a ilha imaginária descrita na obra: *“A ilha tem 54 cidades grandes e belas, identificadas pela língua, os costumes, as instituições e as leis. Todas são construídas segundo o mesmo plano e têm o mesmo aspecto, na medida em que o sítio o permite.”*²²¹ As reduções obedeciam todas a um mesmo plano arquitetônico. Por isso, muitas vezes esta outra passagem também é utilizada para compará-las com “A Utopia”: *“Quem conhece uma das cidades conhece todas, porque são muito semelhantes e não se distinguem senão pelo terreno.”*²²² Foi questionado por pesquisadores do tema o quanto essas idéias tiveram influência na atuação missionária dos jesuítas europeus entre os índios guaranis, tentando mostrar que o governo das reduções foi inspirado em modelos utópicos.

João Baptista Herkenhoff refletiu sobre a utopia enquanto consciência antecipadora do amanhã, a trajetória do pensamento utópico:

*“Ele está presente em Moisés, no seu caminho de busca da Terra Prometida; ele está presente em Amenófis IV, o faraó do Egito que sonhou com um mundo de iguais e foi assassinado pelos que detinham os privilégios; ele está na República, de Platão, na Utopia, de Tomás Morus; na Cidade do Sol, de Campanella; na Nova Atlântida, de Bacon; no Contrato Social, de Rousseau; na Cidade da Eterna Paz, de Kant; na Evolução Dialética, de Hegel; no Paraíso do Proletariado, de Marx; na visão do Alfa e Ômega, de Teilhard de Chardin; no Instante Eterno, de Kierkegaard, na Esperança e no Mistério, de Gabriel Marcel; no Princípio da Esperança, de Ernst Bloch; no Projeto Esperança, de Roger Garaudy; no Movimento Pró-Direitos Civis, de Luther King; nas Lutas de Libertação, de Che Guevara; no Mundo sem Prisões, de Michel Foucault; no projeto de um Terceiro Mundo emergindo de suas próprias raízes, de Frantz Fanon; nas Minorias Abraâmicas, de Hélder Câmara.”*²²³

O gênero utópico, enquanto paradigma de modelos globais de sociedades perfeitas, sempre esteve presente no imaginário de escritores em todas as épocas, com maior ênfase a

²²¹ MORUS, Tomás. *A utopia*. São Paulo: L&PM Editores, 1977. p. 71. Título no original em latim: *“De optimo reipublicae statu deque nova insula Utopia”* – A propósito do ótimo estado da república e da nova ilha Utopia – tradução livre do autor.

²²² MORUS, Tomás. op. cit. p. 73.

²²³ HERKENHOFF, João Baptista. *Direito e Utopia*. São Paulo: Acadêmica, 1990. p. 8. *Apud*: CORRÊA, Darcisio. op. cit. p. 31.

partir de 1500. Às reduções já foi atribuída a realização de alguma das várias utopias consagradas pela literatura universal: “A República”, de Platão (segundo Espinoza), “A Utopia”, de Tomás Morus (Franz Schmidt), “Arcádia”, de Sidney (Cunnigghame Graham), “Cidade do Sol”, de Campanella (Gotheim), “Telêmaco”, de Fénelon, “New Atlantis”, de Bacon. Em 1768, após a expulsão dos jesuítas da América, o Padre Peremás escreveu “A República de Platão e os Guaranis”. Todos tentam estabelecer uma relação hipotética entre a realidade histórica das missões e a temática utópica. No dizer de Alberto Armani: “... *uma tentativa válida de traduzir em uma realidade histórica as teorias utopistas; este mito da utopia clássica e renascentista em que se havia baseado o experimento social paraguaio.*” ²²⁴

Arno Álvarez Kern defronta-se desde logo com vastíssima literatura que atribui às reduções a realização de alguma das utopias:

“Não foram poucos os estudos que buscaram descobrir um modelo inicial aplicado à organização sócio-política das Missões (...) ou especialmente às Trinta Missões de Guaranis. Era difícil para muitos estudiosos não se deixar persuadir pela idéia de que os missionários tinham um projeto, um ‘plano audacioso’ para uma ‘experiência social avançada’. As comparações apressadas com as utopias anteriores deram origem a uma série de deformações que transformaram a própria significação histórica das Missões.” ²²⁵

Robert Lacombe definiu as reduções como uma sociedade ideal que até teria dispensado a necessidade de constituir organismos de governo quando transmite sua convicção de que, naquela época, os guaranis cristãos constituíam uma sociedade utópica: *“Os guaranis, uma sociedade sem Estado.”* ²²⁶

Deonísio da Silva descreve as reduções como

“... uma faixa neutra entre os domínios dos dois impérios da península ibérica na América Latina, imiscuindo-se nessa terra de ninguém para fundar a utopia deles, o império deles, o seu domínio(...). O Paraná e o Paraguai assistem no alvorecer do século XVII ao nascimento dessa ‘república guarani’. Tão famosa, ensaiada nas décadas finais

²²⁴ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 12-13. No texto original: “... *una tentativa válida de traducir en una realidad histórica las teorias utopistas; este mito de la utopia clásica y renacentista en que se había baseado el experimento social paraguayano*” – tradução livre do autor.

²²⁵ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 23.

²²⁶ LACOMBE, Robert. *La flûte et l'utopie*. In: Estudos ibero-americanos, v. XV. n. 1. Porto Alegre: PUCRS, jun.1989. p.71. Em francês: “*Les guaranis, une société sans Etat*” – tradução livre do autor.

*do século anterior, com a chegada dos primeiros jesuítas ao Paraguai. A utopia socialista está nascendo sob as normas e formas da famosa companhia...*²²⁷

Clóvis Lugon, citando os estudos de Franz Schmidt, que compara as reduções com a obra de Tomás Morus, diz: *“A República Guarani foi, não só nas grandes linhas mas até nos pormenores, uma aplicação fiel de ‘A Utopia’ de Tomás Morus.”*²²⁸

Enquanto centros turísticos (as ruínas de São Miguel, no Rio Grande do Sul, Brasil, foram declaradas Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO), muitas reportagens jornalísticas sobre as reduções enfocam, também, o seu possível sistema político: *“Utopia é um bom nome para a região onde floresceram as missões jesuíticas entre índios guaranis. O mapa da América Latina está errado. Não deveriam existir o Paraguai e o Uruguai. Os dois formariam Utopia. O Brasil, a Argentina, Bolívia e o Chile seriam menores - teriam parte de seus territórios ocupados pela maravilhosa nação.”*²²⁹

Inseridas num contexto histórico de expansão colonial, as reduções forjaram um novo modelo de sociedade, identificado como “utopia colonial” por Beatriz Dávila:

*“Se a utopia é um modo de forjar uma sociedade ideal, baseada na legislação, a educação e a organização totalizadora, as missões jesuíticas podem ser pensadas como o lugar da utopia colonial. Através do conceito de utopia podemos reunir em uma matriz de idéias modernas as tradições que conduzem os jesuítas a delinear os rasgos de sua ‘sociedade ideal’; (...) as reduções representam o rasgo moderno constitutivo da utopia: uma organização rígida e totalizadora.”*²³⁰

Regina Maria A. F. Gadelha constatou aspectos marcantes que conduziram suas conclusões à aceitação de um sistema utópico nas reduções: *“... a miragem das missões jesuíticas do Paraguai permanece, acenando um passado que aponta para a utopia.”*²³¹

²²⁷ SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 47.

²²⁸ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 168.

²²⁹ A Saga dos guaranis – viagem ao país da Utopia. Revista MANCHETE. Rio de Janeiro: nov. de 1995. p. 34.

²³⁰ DÁVILO, Beatriz. op. cit. p. 155. O texto: *“Si la utopia es un modo de forjar una sociedad ideal, basada en la legislación, la educación y la organización totalizadora, las misiones jesuíticas pueden ser pensadas como el lugar de la utopia colonial. A través del conceptode utopia podemos reunir en una matriz de ideas modernas las tradiciones que conducen a los jesuitas a delinear los rasgos de su ‘sociedad ideal’; (...) las reducciones presentan el rasgo moderno característico de la utopia: una organización rígida y totalizadora”* – tradução livre do autor.

²³¹ GADELHA, Regina Maria A.F. op. cit. p. 233.

Darci Ribeiro estudou as influências das diversas missões religiosas na formação cristã do Brasil e do sistema reducional, analisando o trabalho dos padres: *“Sonham ordenar a vida indigena segundo as regras da Utopia, de Morus, inspirados anacronicamente na indianidade original. Acreditaram, mesmo, que era possível abrir essa alternativa para a conquista, fazendo da expansão européia a universalização da cristandade.”*²³²

Ao lado de tantas afirmações categóricas atribuindo às reduções forma utópica de organização social e política, há análises acenando ao seu “caráter utópico”: *“Os índios guaranis, nômades, foram obrigados a estabelecer-se e a assumir uma existência sedentária; para esse fim foi criado um complexo e vasto sistema de povoados ou ‘reduções’. O que, ainda hoje, desperta a admiração de quem conhece, mesmo que superficialmente, o ‘Estado’ dos guaranis é o caráter utópico do experimento...”*²³³

Décio Freitas analisou o sistema missioneiro de governo. Faz alusão aos clássicos utópicos da literatura histórica universal:

*“A experiência missioneira teve profunda repercussão no pensamento moderno. Malgrado inimigos dos jesuitas, Voltaire, d’Alembert e Montesquieu elogiaram as missões guaranis. Voltaire as considerou um ‘triunfo da humanidade’. Montesquieu comparou o sistema missioneiro à ‘República’, de Platão. Aliás, as utopias de Platão e Tomás Morus são às vezes apontadas como o modelo do sistema missioneiro. Para alguns estudiosos das Missões seria a ‘Civitas Solis’, de T. Campanella. Sabe-se que Babeuf, um radical da Revolução Francesa, admirava a experiência missioneira. Saint Simon se inspirou nela ao preconizar uma sociedade que representasse um ‘novo cristianismo’, místico e hierárquico, chamado a restaurar a unidade das idéias religiosas, solapadas desde a Reforma.”*²³⁴

Para o historiador Moacyr Flores, todas as utopias são destinadas ao fracasso exatamente por serem utopias, partindo de pressupostos irrealis para atingir seus objetivos, geralmente inatingíveis. Nesse sentido afirma: *“Ora, as chamadas Missões Jesuíticas do*

²³² RIBEIRO, Darcy. op. cit. p. 61.

²³³ ARMANI, Alberto. op. cit. contracapa. No original: *“Los indigenas guaranies, nómadas, fueron obligados a establecerse y a asumir una existencia sedentaria; para ese fin fue creado un complejo y vasto sistema de poblados o ‘reducciones’. Lo que, aún hoy, despierta el asombro de quienes conocen, así sea someramente, el ‘Estado’ de los guaranies es el carácter utópico del experimento...”* – tradução livre do autor.

*Paraguai, Argentina e do Brasil foram exatamente isto: uma utopia. Uma grandiosa utopia, não sonhada ou escrita como romance como as clássicas utopias de T. Morus ou de Campanella, mas uma utopia vivida e real, uma utopia encarnada no tempo e no espaço...*²³⁵

O maior estudioso das reduções guaranis sob o viés da utopia é o historiador Arno Álvarez Kern. Suas análises, inicialmente, definem a atuação dos autores: *“Os utopistas são filósofos, é verdade. Mas são igualmente artistas e literatos, que não deixam de ser, em grande parte, arquitetos intelectuais de sociedades imaginadas ao sabor das vicissitudes políticas e econômicas de seus contextos históricos e das aspirações de sua época.”*²³⁶

Conclui sua análise descrevendo a obra dos utopistas em todos os tempos:

*“Buscam comprovar que as utopias não são mera literatura nem sonho irreal, mas sim que elas terminaram por se transformar em realidade, em algum lugar e em algum momento da História. Segundo eles, as utopias deixariam, portanto, de ser não-lugar, para dar origem a uma sociedade localizada no tempo e no espaço das realidades históricas, um não-lugar perfeito e idealizado no passado da idade de ouro, presente distante e isolado ou no futuro ainda inatingível. Esses mundos imaginados se situam sempre em um lugar fora de nosso alcance e longe de nossos olhos. São igualmente os desejos da consciência dos ensaios do utopismo o que os faz viajar em direção a um mundo ideologicamente concebido como ideal, fruto de sua imaginação. As utopias e o utopismo são criação de sonhadores e idealistas.”*²³⁷

Kern contesta a explicação dos utopistas em relação às reduções guaranis de que não se pode procurar nelas as concepções políticas atuais. Obedeciam a regras e padrões ditados pelos impérios coloniais regidos por monarquias absolutas, os seus reais modelos políticos. A situação colonial na América que serviu de cenário às reduções era profundamente outra daquela em que as obras clássicas dos utopistas foram escritas: *“Cada romance utópico deve ser compreendido em sua época e o utopista se insere nas estruturas sociais de uma Europa em profundas modificações históricas. Assim, deve-se situar as utopias elaboradas no século XVI nas condições históricas do Renascimento, sem confundi-las com as utopias escritas no*

²³⁴ FREITAS, Décio. Utopia missioneira. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). *Missões jesuítico-guaranis*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 63.

²³⁵ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 7.

²³⁶ KERN, Arno Álvarez. *O colapso das aspirações utópicas missioneiras*. In: I Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas. Montevideo: Ed. Graphis Ltda., set. 1994. p. 411.

²³⁷ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 412.

final do século XVII ou no XVIII.”²³⁸ Diante dessa análise, questiona: “*As Missões Jesuítico-Guaranis: uma Utopia? Não como a aplicação de um modelo utópico anterior. Nem mesmo como a realização histórica de um possível modelo ideal de utopia, como o pretendeu o utopismo.*”²³⁹

No mesmo sentido, os estudos de Alberto Armani: “*Todas essas teorias são passíveis de críticas. A lado da já assinalada falta de fundamento das hipóteses de que os jesuítas haviam se inspirado em utopias políticas e econômico-sociais de mil e quinhentos, se pode expor diversas considerações que contradizem claramente aquelas teorias.*”²⁴⁰

Silvio Back denomina de “equivoco” denominar de utopia a organização política das reduções: “*Utopia é invenção da má-consciência do Ocidente. Eis o (...) equivoco: a polêmica vertente utópica das missões, pulmão artificial das interpretações quiméricas em torno da ‘República Guarani’ ...*”²⁴¹

São igualmente contrários à interpretação utópica da forma de governo nas reduções os estudos de Arnaldo Bruxel quando afirma:

*“As reduções (...) não partiram de nenhuma teoria preconcebida, por mais que alguns autores, apoiando-se em suas fantasias, procurem encontrar a origem teórica das reduções nas diversas ‘utopias’ e ‘cidades do sol’ e outras que tais (...). Os criadores das reduções olharam simplesmente para a condição do índio que tinham diante dos olhos(...). Viram que o único meio de defender o índio da escravidão pelos brancos e da infra cultura que ele trazia do mato, era metê-lo no sistema em que o meteram. Olharam os meios legais que já existiam da Legislação de Índias, e o que faltava procuraram obter das legítimas autoridades.”*²⁴²

Arthur Rabuske adverte de que o pesquisador não pode ser guiado por hipóteses:

“Se as Reduções apresentaram muitas semelhanças com as diversas utopias, provado está de que elas não estiveram longe do ideal sonhado por grandes

²³⁸ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 30.

²³⁹ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 81.

²⁴⁰ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 177. No original: “*Todas estas teorias son pasibles de critica. Aparte de la ya señalada falta de fundamento de las hipótesis de que los jesuitas se habrian inspirado en utopias politicas y económico-sociales del Quinientos, se pueden exponer diversas consideraciones que contradicen claramente aquellas teorias*” – tradução livre do autor.

²⁴¹ BACK, Silvio. op. cit. p. 117.

²⁴² BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 180.

pensadores, literatos e estadistas. Mas isso não nos autoriza a deduzir que os missionários procuravam transformar em realidades utopias – se é que as conheciam?! – pois tal hipótese é desmentida pela própria evolução dos povos (pueblos). Devem condenar-se, creio eu, expressões como 'República', 'Estado', 'Império', 'Teocracia', etc., como se as Reduções o tivessem sido de fato. Todas não resistem a uma análise histórica ou historiográfica objetiva e realista. Não o foram, como não foram 'utopias'."²⁴³

Freqüentemente são apontadas as contradições entre a literatura utópica e a objetividade dos fatos históricos. Arno Álvarez Kern desponha com esta crítica: *"As discussões sobre as utopias têm evidenciado sempre interpretações extremamente contraditórias, em um terreno minado pelos mitos e ambigüidades originadas no subjetivismo. As contradições se acentuam quando se buscam hipotéticas correlações entre a utopia e a história, ou seja, entre a criação literária dos utopistas e as realidades sociais inseridas no processo histórico."*²⁴⁴ Os críticos das vertentes de literatura utopista são unânimes em assinalar a grande diferença entre a realidade e as construções fantásticas querendo atribuir como perfeitamente possíveis modelos ou projetos nunca testados. Querer destacar como extraordinárias experiências resultantes da aplicação social de modelos utópicos sem comprovação da aplicabilidade das teorias a uma dada realidade, em geral não resiste à crítica. Obras utópicas para servir de modelo político ou para a forma de governo nas reduções guaranis deveriam levar em conta dois fatores básicos: em qual contexto o utopista estava inserido socialmente e a análise da situação colonial hispano-americana, cenário concreto do experimento reducional. Constatariam, de plano, que as reduções integravam um sistema colonial, sob o domínio de uma monarquia absolutista, numa realidade dirigida por padres jesuítas, sendo questão discutível se esses conheciam todas as obras e teorias utópicas que já foram atribuídas ao governo das reduções. Seria bom *"... lembrar que os 'fundadores' da Cidade do Sol platina (os jesuítas Cataldino e Masetta) já estavam estabelecendo as missões entre os Guaranis muito antes da publicação da obra de Campanella."*²⁴⁵

Há uma vasta bibliografia já escrita sobre as reduções guaranis. Muitas obras estabelecem relações hipotéticas ante a realidade histórica. Daí as duas perguntas lançadas

²⁴³ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 90.

²⁴⁴ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 7.

²⁴⁵ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 29.

por Arno Álvarez Kern: *“Estariam as utopias, escritas na antigüidade clássica e no Renascimento, na origem da implantação dos trinta povoados missioneiros guaranis? Teriam sido estes ‘Pueblos de Indios’, situados no Império Espanhol, o resultado de experimentos práticos influenciados pelas obras utópicas de Platão, T. Morus, Campanella?”*²⁴⁶ Ou esta, em outro trabalho, em que volta ao assunto apresentando, desde já, um posicionamento: *“As Missões Jesuítico-Guaranis: uma Utopia? Não como a aplicação de um modelo utópico anterior. Nem mesmo como a realização histórica de um possível modelo ideal de utopia, como o pretendeu o utopismo (...). As Missões foram um palco histórico onde alguns atores sociais tentaram escrever e representar a sua própria tragicomédia. Palco no qual se pensou poder escrever uma história diferente de toda aquela que caracterizava a América Colonial.”*²⁴⁷

Em outra passagem, segue respondendo:

*“As Missões dos Trinta Povos não foram, definitivamente, uma antevisão de nenhuma sociedade do futuro, nem uma aplicação na prática das utopias, nem mesmo de sonhos temporais jesuíticos de ocupação territorial do continente sul-americano, como algumas imaginações férteis já afirmaram. Foram, isso sim, uma tentativa bem sucedida de instalação e desenvolvimento de uma vida comunitária cristã, com grupos de Guaraní que eram levados pelos jesuítas, gradualmente mas com decisão, para uma situação de aculturação à sociedade espanhola e à religião cristã.”*²⁴⁸

Rui Rubem Ruschel sintetiza a questão sob a ótica do direito castelhano vigente nas reduções: *“Não é o caso de buscar ‘utopias’ (...) . Tratou-se de direito lididamente natural, legitimado pela ordem jurídica positiva castelhana.”*²⁴⁹

Enquanto construções mentais sobre alternativas possíveis, toda literatura utópica imagina uma ordem diferente das coisas. Trata-se, sempre, de oferecer uma alternativa à realidade que aí está. Neste sentido, Kern, enquanto maior crítico deste gênero literário, especialmente no tocante às reduções, é enfático quando conclui: *“Nenhuma das comparações publicadas até agora resiste à crítica. Nenhum dos historiadores, antropólogos e arqueólogos que pesquisam atualmente esta temática admite a possibilidade de ter sido a*

²⁴⁶ KERN, Arno Álvarez. *Utopia e missões*. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1990. p. 20.

²⁴⁷ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 81.

²⁴⁸ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 77.

²⁴⁹ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 187.

'República', de Platão, ou a 'Utopia', de T. Morus, ou a 'Cidade do Sol', de Campanella, ou qualquer outra das utopias propostas, o modelo ideal ou o ponto de partida para a implantação dos Trinta Povos."²⁵⁰ Ainda do mesmo Autor: "... a comparação entre os Trinta Povos de guaranis e uma única obra utópica não consegue ser convincente."²⁵¹

A pesquisa de temas históricos não pode guiar-se por hipóteses:

*"A análise da organização política dos Trinta Povos missionários, ao contrário do que já se tentou provar infrutiferamente, não confirma as hipóteses de ter sido uma unidade estatal independente nem possuir modelos anteriores que possam ter servido como projeto inicial. Antes de tudo uma obra de circunstâncias, a organização política dos Trinta Povos é originária de uma efetiva adaptação da legislação e costumes espanhóis à cultura dos guaranis, bem como a uma situação de fronteira. É, portanto, o resultado de um processo histórico e não de modelos apriorísticos. A utopia política existente foi estabelecida após a sua implantação, ao criar um espaço de liberdade para o indígena ante o escravismo da sociedade colonial ibero-americana."*²⁵²

A organização vertical da Companhia de Jesus, com sua estrutura hierárquica, em estrita obediência aos superiores, não permitia sonhar com projetos utópicos nas missões. Neste sentido, a contribuição de Kern: *"Quando os jesuítas penetraram na Região do Rio da Prata, já possuíam uma certa experiência comprovada nas Missões que haviam estabelecido no Oriente e em outras áreas do continente americano, como é o caso da Redução de Juli, no Peru. Longe de buscar um modelo em alguma utopia da época, é em determinações do Padre Geral em Roma que os jesuítas encontram as normas a serem seguidas para a sua ação."*²⁵³

A literatura sobre possíveis modelos políticos anteriores que teriam servido de projeto inicial para as reduções é controversa. Assim como há os que lhe atribuem um governo teocrático ou utópico, outra vertente vislumbrara a realização de governo socialista-comunista. Das inúmeras possibilidades, por terem vivido numa sociedade sem classes, em que tudo era de todos, sem propriedade particular, na sociedade guarani das reduções foi vislumbrada a concretização de forma ora socialista, ora comunista de governo. Há

²⁵⁰ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 32.

²⁵¹ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 25.

²⁵² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p.24.

objetividade nisso? Existiu um socialismo “missioneiro”, ou um comunismo pré-marxista nas reduções, ou transpareceu o coletivismo próprio das comunidades indígenas e seu solidarismo como prática em sua vida comunitária?

²⁵³ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 76.

2.3 O coletivismo missioneiro: “socialista-comunista”?

Os guaranis, nas reduções, teriam vivido uma experiência social talvez única na história da humanidade, assim caracterizada por Décio Freitas: “... a organização social das missões se afigura como uma forma embrionária inferior de comunismo ou socialismo. Configura-se, outrossim, como um socialismo desenganadamente utópico.”²⁵⁴

É atribuída a Sepé Tiaraju esta frase: “Uma redução não é, portanto, uma cidade isolada. Os problemas de nossos irmãos das demais(...) comunidades são e serão os nossos problemas.”²⁵⁵ A afirmação é tomada para sustentar a tese de que vigorava um socialismo coletivista, sem propriedade particular e acumulação de posses por parte de uns e carência do básico para sobreviver de outros. A cultura guarani era de uma vida grupal independente. No dizer de Ruy Ruben Ruschel: “Trata-se da solidariedade de caráter tribal que encontramos em todos os povos primitivos, onde todos ajudam a todos, e que tanta admiração causa a nós civilizados. Entre as sociedades tribais é esta a regra. Todos trabalhavam e a todos se distribuía segundo a necessidade de cada um.”²⁵⁶

Dois conceitos desde logo se entrecrocaram: um socialismo antes do tempo, extraviado nos trópicos? Um comunismo pré-marxista? Socialismo coletivista ou comunitarismo solidário? Os autores se dividem: “Sem dúvida, nada tem impressionado tanto (...) como a harmonia de uma organização comunitária caracterizada pela distribuição equitativa dos bens materiais, a sobrevivência de formas de trabalho coletivo, as modalidades eletivas de representação política local, tudo debaixo do olhar diretor dos Padres da Companhia. Uma harmonia que não é sinônimo tanto de ausência de conflitos, mas como a existência de mecanismos eficazes para resolvê-los.”²⁵⁷

²⁵⁴ FREITAS, Décio. op. cit. p. 64.

²⁵⁵ CHEUICHE, Alcy. op. cit. p. 108.

²⁵⁶ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 190.

²⁵⁷ BEATRIZ, Dávila. op. cit. p. 148. O texto em espanhol: “Sin embargo, nada ha impresionado tanto (...) como la armonía de una organización comunitaria caracterizada por la distribución equitativa de los bienes materiales, la pervivencia de formas de trabajo colectivo, las modalidades electivas de representación política local, todo bajo la mirada rectora de los Padres de la Compañía. Una armonía que no es sinónimo tanto de ausencia de conflictos, como de la existencia de mecanismos eficaces para resolverlos” – tradução livre do autor.

Moacyr Flores tece comentários com alusão às primeiras comunidades cristãs, onde tudo era de todos: *“A utopia missioneira foi, sem dúvida, um ensaio de socialismo sui-generis, inspirado mais ou menos acertadamente, por certo, nas doutrinas do Evangelho...”*²⁵⁸

No mesmo sentido, as conclusões de Alfeu Nilson Mallmann:

“Todos se auxiliavam e todos tinham como atender suas necessidades naturais. Não havia necessidade de propriedade, tudo era de todos, inclusive a natureza.

*Como as aldeias eram pequenas, nas proximidades não faltava caça e pesca, e mesmo que o produto da agricultura não fosse promissor, não passavam fome, e quando escasseava a alimentação naquele sítio, mudavam-se para outro, construindo o mesmo tipo de habitação (...). Não havia preocupação com o dia de amanhã e o trabalho e o lazer pouco se distinguiam.”*²⁵⁹

Há freqüentes denominações que alternam e confundem a denominação, como esta: *“Fala-se, inclusive (...) em ‘socialismo democrático’..., uma ‘sociedade alternativa’ de novo tipo (solidarista)...”*²⁶⁰

O termo “socialismo” aparece a toda hora: *“Salta aos olhos, nas suas linhas básicas, a estrutura econômica da Formação Social Missioneira apresentava os elementos da sociedade socialista: propriedade, gestão e apropriação comuns.”*²⁶¹ Nas conclusões de Júlio Ricardo Quevedo Santos, pode-se *“... ver nas Missões um projeto utópico de cunho socialista.”*²⁶²

Silvio Back faz uma descrição do socialismo nas reduções:

“Durante 150 anos, tendo a mesopotâmia dos rios Uruguai e Paraná como coluna vertebral, sucessivas gerações de índios (guaranis e famílias lingüísticas afins como os Tapes), espalhados num raio de 600 km – trinta e tantos ‘povos’, ‘pueblos’ ou ‘Missões’, ou as semanticamente corretas ‘reduções’ e ‘doutrinas’ (reunir-se segundo a lei da Igreja e da vida urbana) – protagonizaram o que expressiva parcela da esquerda do hemisfério norte

²⁵⁸ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 8.

²⁵⁹ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 110.

²⁶⁰ BACK, Silvio. op. cit. p. 111.

²⁶¹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 43.

²⁶² SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. op. cit. p. 8.

*e brasileira elegeu como uma espécie de 'elo perdido do socialismo nos trópicos'(sic), 'a pré-história do comunismo no continente' ...”*²⁶³

Socialismo é uma palavra moderna, cunhada pelos críticos utópicos, como Babeuf (1760-1797), um dos líderes intelectuais, logo a seguir, da Revolução Francesa. Na sua essência, concebe uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Prevê como base a propriedade social dos meios de produção. Não basta a propriedade coletiva dos meios de produção, mas também apropriação e distribuição do produto do trabalho entre todos os trabalhadores. Consequência desse referencial teórico, as reduções são apresentadas como organizações em que “... *a disciplina comunitária introduzida pelos jesuítas atingiria não apenas a cultura religiosa, como também a organização econômica e a vida social das parcialidades que se deixavam reduzir.*”²⁶⁴

Deonísio da Silva também conclui pela socialização da economia nas reduções quando, em suas considerações, relata que “... *a república ensaiava uma economia mais ou menos socializada, e dava de quebra algumas lições sobre a partilha do poder, a força da dominação cultural e simbólica, sem prejuízo do outro Império a que servia. Não matava, nem expulsava os índios, reduzia-os.*”²⁶⁵

Tendo analisado a vida cotidiana dos índios nas reduções, Maxime Haubert conclui: “*Trata-se, aliás, apenas de provar que uma sociedade fundamentada em princípios socialistas é viável, já que tal sociedade vivera e prosperara no Paraguai.*”²⁶⁶

Diante dessas diversas afirmações sobre o socialismo nas reduções guaranis, Décio Freitas faz estas reflexões:

“O socialismo missioneiro não possuía um corpo de doutrina, constituindo uma experiência inteiramente pragmática.

Por que socialismo missioneiro? Socialismo porque prevaleciam a propriedade e a gestão comuns da produção, numa sociedade sem classes. Missioneiro pela especificidade de que se diferenciava das concepções modernas de socialismo, de inspiração

²⁶³ BACK, Sílvio. op. cit. p. 109.

²⁶⁴ GADELHA, Regina Maria d'Aquino. op. cit. p. 79.

²⁶⁵ SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 78.

²⁶⁶ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 22.

*materialista. Tratava-se de um socialismo dominado por uma ideologia religiosa.*²⁶⁷

Ao lado das teorias que aludem a um pretenso socialismo nas reduções, outros denominam a experiência de comunista. Clóvis Lugon desde logo afirma: “*No começo do século XVII, quando foi criada a República Guarani, estiveram em voga as utopias comunistas com base no humanismo cristão. Os padres jesuítas conseguiram edificar, por meios exclusivamente pacíficos, uma sociedade de estrutura comunitária, a primeira que a História conhece.*”²⁶⁸

Nesse mesmo sentido, esta outra informação de Décio Freitas: “*Sucedem que, nas reduções guaranis os jesuítas organizaram uma sociedade igualitária que faz pensar nas concepções comunistas cristãs.*”²⁶⁹ Ainda do mesmo Autor: “*Trata-se, em suma do comunismo cristão das organizações monásticas medievais.*”²⁷⁰

Entrevistado no filme “República Guarani”, Lugon descreveu o comunismo das reduções:

*“Quanto às formas de comunismo ali realizadas, elas eram bastante avançadas, bastante absolutas, a terra era propriedade comum. O padre Sepp, em vinte e oito anos, nunca viu uma cerca, nem uma baliza entre as propriedades. Quando, para apaziguar os espanhóis, se produziram pequenos lotes individuais, os Guaranis se desinteressaram deles, que acabaram não se tornando um fato, uma realidade. Eles aproveitavam o dia que era concedido para trabalhar o lote para se espreguiçar nas redes. Para falar de outro modo, eles estavam muito satisfeitos com o sistema de propriedade em vigor, o qual, aliás, eles retomaram mais tarde, quando certos grupos puderam sobreviver fora da República dos Guaranis.”*²⁷¹

Lugon conheceu os locais das reduções apenas em 1979 durante as filmagens de “República Guarani”, mas já em 1949 lançou no original francês “La République Crétienne et Communiste des Guaranies”, traduzido como “República ‘comunista’ cristã dos guaranis”(ver nota 100). Denominou de “comunista” a experiência comunitária das reduções pelos seguintes

²⁶⁷ FREITAS, Décio. op. cit. p.46.

²⁶⁸ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 340.

²⁶⁹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 23.

²⁷⁰ FREITAS, Décio. op. cit. p. 36.

aspectos que classicamente definem o regime: “ 1º - *As ferramentas e os meios de produção, em vez de pertencerem a particulares, eram propriedade coletiva; 2º - as classes e o Estado abolidos, os trabalhadores formavam uma associação livre que se administrava economicamente a si mesma; 3º - os produtos repartidos segundo a regra 'de cada um segundo as suas capacidades e para cada um segundo as suas necessidades'.*”²⁷²

Os críticos europeus, na época, também aludiam ao comunismo nas reduções. Maxime Haubert cita: “ *Montesquieu e Muratori (...) louvavam uma sociedade em que a distinção entre ricos e indigentes, entre nobres e plebeus teria sido abolida, pois nela cada um praticava as duas virtudes cristãs: a caridade e a frugalidade; mas essa comunidade conventual ampliada para as dimensões de todo um povo tinha ares furiosos de comunismo.*”²⁷³

Ao analisar o sistema de governo das reduções, Silvio Palacios e Ena Zofoli também fazem referência ao comunismo:

*“Quando se fala do 'sistema político de governo' nos Trinta Povos Missioneiros Guaranis, tomados como um conjunto uniforme (traçado urbano, métodos de trabalho, classificação de ofícios, produção, distribuição, consumo, medidas de proteção de grupos vulneráveis, censos de população, número aproximado de habitantes por cada povo e o programa religioso diário), existe a tendência de formar juízos completamente diferentes que vão desde o conceito incompreensível de que funcionava como uma comunidade religiosa, até o extremo oposto e estranho de considerá-lo como um sistema de tipo comunista, este último usado algumas vezes com certa habilidade para intentar objetivos ideológicos fora de tom.”*²⁷⁴

A maioria dos autores conclui pela experiência comunista nas reduções pela peculiaridade de seu sistema de propriedade: “*No tocante à propriedade, qual era o regime*

²⁷¹ BACK, Silvio. op. cit. p. 93.

²⁷² LUGON, Clóvis. op. cit. p. 23.

²⁷³ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 22.

²⁷⁴ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 171. Em espanhol: “*Cuando se habla de 'sistema político de gobierno' en los Treinta Pueblos Misioneros Guaranies, tomados como un conjunto uniforme (trazado urbano, métodos de trabajo, clasificación de oficios, producción, distribución, consumo, medidas de protección de grupos vulnerables, censos de población, número aproximado de habitantes por cada pueblo y el programa religioso diario), existe la tendencia a formar juicios completamente dispares que van desde el concepto cerrado de que funcionaba como una comunidad religiosa, hasta el extremo opuesto y extraño de considerarlo como un sistema de tipo comunista, este último usado algunas veces con cierta habilidad para intentar objetivos ideológicos fuera de tono*” – tradução livre do autor.

imperante nas Reduções? Tem-se dito e repetido, com certa insistência, no decorrer do tempo, que imperava nas Missões o regime comunista.”²⁷⁵

Havia a classificação em duas modalidades de propriedade: *Tupambaé* – coisas de Deus; *Amambaé* – coisas dos homens. Ruy Ruben Ruschel faz uma clara distinção entre uma e outra: “*O tupambaé abrangia as coisas de propriedade coletiva e usufruto comum. Constituía o objeto da propriedade da redução como um todo, cujo uso e gozo também pertenciam a todos.*” Sobre a *amambaé*: “*As coisas dos homens não eram, rigorosamente falando, propriedades privadas. Continuavam a pertencer à coletividade municipal, porém o usufruto era cedido, por certo tempo e sob condições, às famílias.*”²⁷⁶

O autor aponta as origens da terminologia: “*O ‘Tupambaé’ encontra sua correspondência nítida na ‘Intip-chácara’ (Terra do Sol) e indireta na (Terra do Inca). O ‘Amambaé’ equivale à ‘Terra dos Ayllus’, até mesmo no tangente ao modo de distribuição dos lotes familiares, realizado em ambos os casos pelos respectivos caciques – ‘Morubixabas’, no Paraguai; ‘Curacas’, no Peru.*”²⁷⁷ Concluiu em suas pesquisas que o coletivismo missioneiro tem origem incaica, e analisa o sistema político e a forma de governo das reduções guaranis:

*“No estudo da civilização que os jesuítas implantaram entre os Guarani, (...) aspecto que adquire destaque é o da estrutura coletivista de seu sistema de propriedade. Muito se tem escrito sobre o assunto; muito ainda se há de escrever. Por vezes os autores entram em polêmica, na tentativa de classificar o modelo missioneiro segundo padrões teóricos marxistas ou não-marxistas. Oscilam as epígrafes utilizadas: organização social, comunismo cristão, socialismo missioneiro, propriedade cacical, cooperativismo, estado cristão social, comunismo patriarcal e outros.”*²⁷⁸

Silvio Back também destaca o sistema duplo de propriedade:

“... os jesuítas souberam, com clarividência, incorporar à sua estratégia ‘civilizatória’ (?) o coletivismo inato ao índio, batizando-o de

²⁷⁵ BERNARDI, Mansueto. op. cit. p. 21

²⁷⁶ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p.105-106.

²⁷⁷ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 324.

²⁷⁸ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 233.

'Tupambaé' – 'a terra de Deus' e, partindo dele – suprema ironia – instauraram a propriedade privada.

Para minimizar essa falsa redefinição fundiária (...), os religiosos inventaram o 'Amambaé' – 'a terra do índio', um lote particular, no espaço da morada, no qual o Guaraní podia cultivar para si e para o clã aquilo que não vinha ou que não restava da divisão do 'Tupambaé'."²⁷⁹

Esta duplicidade de sistema de trabalho foi interpretada como uma forma de exploração colonial que teria obrigado o guarani a trabalhar mais para os interesses da metrópole (via imposição jesuítica sob o eufemismo de "tupambaé") do que para o seu próprio sustento. Veja-se esta conclusão de Maxime Haubert: "... obrigou os índios a trabalhar praticamente toda a semana para o tupambaé, é dizer que o desenvolvimento que tem chamado de 'comunismo' das reduções correspondeu de fato a um agravamento da exploração colonial!"²⁸⁰

O aspecto mercantilista colonial foi tema das apreciações de Silvio Back ao dizer que as "... missões religiosas do Prata têm sido deglutidas como hospedando um comunismo 'avant la lettre' uma inédita 'sociedade comunista-cristã' (portanto, sem Estado...), um universo idílico com neófitos e brancos convivendo em harmonia como nunca antes na América."²⁸¹ Logo a seguir, no mesmo trabalho, continua analisando o sistema: "... que ficou conhecido (graças a analogias espúrias e desejos nem sempre legítimos) como algo próximo ou tendente a um comunismo primevo, a exemplo do ensaiado pelos cristãos romanos, não passava de um igualitarismo de proveta: a estrutura sócio-política (religiosa e repressiva) das missões atuava, justamente, como filtro catalisador do intervencionismo mercantilista colonial (jamais ausente, ora vindo do Prata, ora de Espanha) – via Cia. de Jesus – junto ao cotidiano do catecúmeno."²⁸²

Sobre o sistema político dos guaranis nas reduções continua-se dizendo que teriam sido "... catequizados e constituídos em povos, sob um sistema político administrativo de pronunciada índole comunista."²⁸³

²⁷⁹ BACK, Silvio. op. cit. p. 23.

²⁸⁰ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 15. No original francês: "... obligé les Indiens à travailler pratiquement toute la semaine par la tupambaé, c'est-à-dire que le développement de ce que l'on a appelé le 'communisme' des réductions correspondait à une aggravation de l'exploitation coloniale!" – tradução livre do autor.

²⁸¹ BACK, Silvio. op. cit. p. 111.

²⁸² BACK, Silvio. op. cit. p. 116.

²⁸³ BARCELOS, Ramiro Frota. Povos jesuítico-guaranis. In: **Rio Grande – tradição e cultura**. Porto Alegre: Flama, 1970. p. 291.

Furlong critica os adeptos da teoria do comunismo nas reduções: “... por não contar com elementos suficientes de discernimento e com excesso de atrevimento, não têm duvidado em considerar o sistema econômico, implantado pelos jesuítas em suas reduções, como uma antecipação comunista.”²⁸⁴

Vai no mesmo sentido a crítica de Alberto Armani:

*“Tem sido matéria de estudo e polêmica o caráter coletivista do exercício da agricultura e, portanto, da economia em geral nas Reduções. Tema apaixonante porque se tem querido fazer passar os missionários jesuítas por precursores de um comunismo cristão, isto é, por utopistas que queriam realizar o reino de Deus na terra, eliminando a cobiça dos bens materiais entre suas ovelhas. O erro dos autores que têm tratado o tema em tom apologético e o de seus contraditores que têm escrito em tom denegritório reside principalmente em olhar as Reduções guaranis com olhos europeus, fazendo abstração das condições sociais e econômicas reinantes no Paraguai.”*²⁸⁵

O índios guaranis (como também as demais parcialidades) eram acostumados a uma vida comunitária. Não conheciam a propriedade privada. Daí a conclusão de Chiavenato: “A inexistência da propriedade privada induz alguns historiadores a vislumbrar uma ‘sociedade comunista’.”²⁸⁶ Ou no dizer de Bruxel: “Uns dizem que reinava um perfeito comunismo e que a paz e felicidade de que gozavam se devia precisamente a este sistema de propriedade.”²⁸⁷

Não há como assimilar a cultura indígena sem o conceito de “solidarismo”: “De maneira geral, os historiadores aceitam que os princípios que nortearam a instalação e organização das Reduções Jesuíticas na antiga Província do Paraguai, na sua missão de

²⁸⁴ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 425. No original: “... por non contar con suficientes elementos de juicios y com exceso de atrevimiento, non han dudado en considerar el sistema económico, implantado por los jesuitas en sus reducciones, como un anticipo comunista” – tradução livre do autor.

²⁸⁵ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 116. No original da obra: “Ha sido materia de estudio y de polémica el carácter colectivista del ejercicio de la agricultura, por lo tanto, de la economía general en las Reducciones. Tema apasionante, porque se ha querido hacer pasar a los misioneros jesuitas por precursores de un comunismo cristiano, esto es, por utopistas que querian realizar el reino de Dios en la tierra, eliminando la codicia de los bienes materiales entre sus ovejas. El error de los autores que han tratado el tema en tono apologético y el de sus contradictores que han escrito en clave denigratoria, reside principalmente en mirar a las Reducciones guaraníes con ojos europeos, haciendo abstracción de las condiciones sociales y económicas reinantes en el Paraguay” – tradução livre do autor.

²⁸⁶ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 30.

²⁸⁷ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 29.

evangelizar e civilizar o guarani reduzido, fundamentalmente nos seguintes aspectos: a religião por base, a propriedade coletiva e o solidarismo como colunas mestras.”²⁸⁸

Blas Garay denomina o sistema de “igualitário”: *“A organização jesuítica era calcada completamente sobre a igualdade que os Padres mantinham entre os guaranis; igualdade tão absoluta que aniquilou sua iniciativa individual...”*²⁸⁹

Seguem neste mesmo sentido estas considerações: *“No esforço para realização de suas aspirações religiosas, foram os padres levados a organizar uma exploração econômica que seria a base de sustentação da independência de suas missões, conseguindo desenvolver, nas reduções, um sistema de economia e de vida com características ‘sui-generis’: aproveitariam elementos da cultura comunitária indígena...”*²⁹⁰

Décio Freitas reforça este posicionamento: *“Os objetivos da Coroa (ocupar espaços vazios) e os dos padres (ganhar os guaranis para o cristianismo) não seriam realizáveis através dos procedimentos colonialistas habituais. Havia que assimilar o arraigado coletivismo dos guaranis. A menos disso, o projeto seria inexecutável. Dessa forma, o coletivismo das reduções traduziu uma exigência da cultura guarani.”*²⁹¹

É o que na apresentação da obra de Thaís Luzia Colaço o Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer denomina de *“... prática legal consuetudinária na sociedade guarani colonial como: a hegemonia dos interesses coletivos sobre os particulares, a responsabilidade coletiva, a solidariedade e a reciprocidade.”*²⁹²

A economia de reciprocidade do guarani tem sido analisada e apresentada com estas palavras: *“... o arranjo econômico guarani enquadra-se dentro daquilo que a Antropologia tem qualificado como ‘economias de reciprocidade’, sendo, portanto, marcada por princípios opostos aos da concentração de bens e riquezas.”*²⁹³ Em sua dissertação, a Autora continua a definir: *“Trata-se, em suma, de uma economia que pretende, não possibilitar uma*

²⁸⁸ SIMON, Mário. Solidarismo nas missões. In: *MISSIONEIRA – Revista do Instituto Missionário de Teologia*. Santo Ângelo: nov. 1998. n. 14. p. 22.

²⁸⁹ GARAY, Blas. op. cit. p. 57. No original: *“La organización jesuítica descansaba completamente sobre la igualdad que los Padres mantenían entre los guaraníes; igualdad tan absoluta que aniquiló su iniciativa individual...”* – tradução livre do autor.

²⁹⁰ FAGUNDES, Antônio Augusto. *Os jesuítas: Assunção e Guairá*. In: *Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979. p. 150.

²⁹¹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 56.

²⁹² COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 8.

²⁹³ MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. VIII.

economia de mercado, e, sim, garantir a redistribuição e a reciprocidade.”²⁹⁴ Em outra passagem, traz estas conclusões: “... características essenciais da economia guarani: a redistribuição e reciprocidade, em que a doação gratuita dos bens e alimentos é ‘dever de cada um e privilégio de todos’, num ‘solidarismo constante’.”²⁹⁵

Atribuir, pois, os conceitos modernos de “socialismo” ou “comunismo” à forma de governo nas reduções guaranis requer profunda análise conceitual e uma imersão na cultura própria do guarani. São neste sentido os ensinamentos de Arnaldo Bruxel: “*Era, sem dúvida, uma economia coletivista, mas nenhum dos sistemas coletivistas hoje vigentes (comunismo, socialismo, cooperativismo, associativismo, sindicalismo) explica convenientemente o sistema (...) adotado nas Reduções.*”²⁹⁶

Mais contundentes são os questionamentos de Arno Álvarez Kern:

*“Como aplicar conceitos relativos a sociedades contemporâneas tais como ‘socialismo’ europeu (...) ou o ‘comunismo’ soviético a uma sociedade de missionários jesuítas e indígenas guaranis nos séculos XVII e XVIII? Como utilizar conceitos relativos a estados já industrializados (...) à organização interna de trinta povoados missioneiros nos limites de dois impérios coloniais ibéricos da América Colonial Platina? Teria sido a elite jesuítico-cacical uma ‘nomenklatura’ à la soviética, e os restantes guaranis um ‘proletariado’ indígena? Não há nenhuma objetividade neste tipo de procedimento, do ponto de vista de análise dos regimes políticos. A situação histórica dos trinta povoados missioneiros não tem nada a ver com a situação das atuais nações ‘socialistas’ ou ‘comunistas’ do século XX.”*²⁹⁷

A objetividade histórica requerida por Kern encontra amparo nesta observação: “*O comunismo como doutrina data de Babeuf (fim da Revolução Francesa) e como realização no Estado de Lenine por 1920.*”²⁹⁸

²⁹⁴ MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 9.

²⁹⁵ MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 34.

²⁹⁶ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 94.

²⁹⁷ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 23.

²⁹⁸ LACOMBE, Robert. Op. cit. p. 75. Textualmente: “*Le communisme comme doctrine date de Babeuf (fin de la Révolution Française) et comme réalisation dans un Etat de Lénine vers 1920*” – tradução livre do autor.

Especificamente para o caso das reduções guaranis deve ser analisada a legislação espanhola da época para constatar que “... o *tupambaé*, *lavoura do comum*, e o *amambaé*, *lavoura da família*, estavam previstos na legislação espanhola antes da criação das missões jesuíticas na província do Paraguai e caem por terra as hipóteses de socialismo nas missões jesuíticas que estavam organizadas de acordo com a legislação do reino, caracterizado como estado mercantilista, exercendo o monopólio sobre suas colônias.”²⁹⁹

Estas são também as considerações de Ruy Ruben Ruschel: “*Tal situação peculiar é que justifica e explica a propriedade coletiva, porque o índio vivia comunitariamente. Não conhecia o domínio privado. E quando o jesuíta reunia, ‘reduzia’ (...) um grupo de caciques para submeter-se à soberania do rei de Espanha, cada um trazia, para integrar a comunidade, a posse de sua própria tribo. Juntando-se a posse das tribos assim reduzidas formava-se a propriedade coletiva da ‘redução’ ou ‘povo’.*”³⁰⁰

Porque estavam sob as ordens da Coroa Ibérica e dos superiores jesuítas, Silvio Palacios e Ena Zofoli concluem que “... possivelmente o sistema político daqueles povos missioneiros não podia encaixar-se em nenhum dos dois conceitos citados de comunidade religiosa e sociedade comunista. O fato de que os missionários seguiram rigorosamente as Constituições, os Regulamentos e os Exercícios Espirituais da Companhia, a disciplina, a obediência, os conhecimentos e a qualidade humana e moral dos jesuítas, foram as determinantes do progresso daqueles povos.”³⁰¹

É a mesma conclusão de Arno Álvarez Kern: “... a Companhia de Jesus não implantou nenhum comunismo e que os missionários nada mais fizeram senão aplicar escrupulosamente a legislação colonial espanhola...”³⁰²

A tendência da moderna historiografia é atribuir à vida comunitária dos guaranis, ao “coletivismo missioneiro”, a experiência que alguns insistem em denominar de socialista-comunista. Arnaldo Bruxel é taxativo: “... partiu da prática e não da teoria quando

²⁹⁹ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 45-46.

³⁰⁰ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 187.

³⁰¹ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 172. Em espanhol: “... quizá el sistema político de aquellos pueblos misioneros no podría encajarse en ninguno de los dos conceptos citados de comunidad religiosa y sociedad comunista. El hecho de que los misioneros siguieran rigurosamente las Constituciones, los Reglamentos y los Ejercicios Espirituales de la Compañía, la disciplina, la obediencia, los conocimientos y la calidad humana de los jesuitas fueron las determinantes del progreso de aquellos pueblos” – tradução livre do autor.

³⁰² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 10.

introduziu um sistema comunitário tão avançado. Só foi estabelecido porque assim era necessário para a prosperidade material dos índios.”³⁰³

Uma síntese é feita nesta observação:

*“No interesse que temos na compreensão da realidade missioneira, recusamos desde já validade às comparações – a nosso ver, mero exercício especulativo –, que procuram encontrar similitude entre a disciplina e o governo existente nas reduções jesuíticas, com o suposto estabelecimento de um comunismo primitivo, adotado intencionalmente pelos jesuítas nas reduções do Paraguai (...). Tal perspectiva, a nosso ver, confunde vida comunitária – religiosa ou indígena –, com o comunismo ou ideal utópico, idealizado pelos teóricos e humanistas europeus do séc. XV ao XIX. Muito menos aceitamos qualquer comparação com o comunismo de cunho marxista.”*³⁰⁴

O mesmo ponto de vista Alberto Armani denominou de mera “literatura político-filosófica” quando escreveu que *“... despertou também o interesse de uma importante literatura político-filosófica que tentou dar uma interpretação própria da finalidade e da realidade das ‘Reduções’ paraguaias e, em particular, de seu regime econômico-social que leva a marca de coletivismo.”*³⁰⁵

O próprio Lugon não estava muito convencido de sua teoria quando concluiu: *“Esta experiência foi mantida em sigilo porque era cristã demais para os comunistas ateus e comunista demais para os cristãos burgueses.”*³⁰⁶

Ficou evidente que antes de falar em socialismo e comunismo deve-se examinar a peculiaridade do coletivismo indígena. As análises devem ter a objetividade histórica para não fazer os fatos regressarem ou avançarem no tempo apenas para referendar conclusões por vezes não autorizadas: *“ Alguns ensaístas, sem formação histórica profissional, têm demonstrado muita criatividade ao inventarem tipos ideais weberianos tais como ‘Império*

³⁰³ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 181.

³⁰⁴ GADELHA, Regina Maria d’Aquino F. op. cit. p. 68.

³⁰⁵ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 9. No original: *“... despertó también el interés de una importante literatura político-filosófica, que intentó dar una interpretación propia de la finalidad y de la realidad de las ‘Reducciones’ paraguayas y, en particular, de su régimen económico-social que lleva la marca de colectivismo”* – tradução livre do autor.

³⁰⁶ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 103.

Jesuíto', 'Socialismo Missioneiro' e 'República Comunista' com muito pouca pertinência com a documentação conhecida."³⁰⁷

O que falta, muitas vezes, é levantar o questionamento à luz dos fatos, como este: *"Pode haver um socialismo ou comunismo não ateu, inserido numa estrutura econômica de capitalismo mercantilista espanhol? É possível a existência de um socialismo ou comunismo com um sistema misto de propriedade (...)? Pode haver comunismo ou socialismo quando uma comunidade indígena guarani se integra a uma ordem religiosa européia no seio de uma sociedade mercantilista?"*³⁰⁸

As respostas a todos esses questionamentos concluirão que não há como procurar e defender concepções políticas atuais de sociedades urbanas e industrializadas e querer aplicá-las a sociedades indígenas de três ou quatro séculos atrás. O mesmo ocorre com a pretensa denominação de "república" atribuída à forma de governo nas reduções guaranis. Não existiu um Estado missioneiro, no sentido moderno da palavra. O conceito "república" é antagônico ao de "monarquia" que, efetivamente, determinava a vida administrativa nas reduções. A administração temporal era denominada de "res publica" (coisa pública). Seria um crime de lesa-majestade pensar-se em república num reino absolutista.

³⁰⁷ KERN, Arno Álvarez. *Problemas teórico-metodológicos relativos à análise do processo histórico missioneiro*. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1986. p. 41.

³⁰⁸ KERN, Arno Álvarez. *op. cit.* p. 23.

2.4 “República” como unidade administrativa espanhola

Já nas “Cartas Annuas” de 1618 e 1619 apareceu a denominação “república”, em referência ao governo das reduções. Numa descrição de Loreto e San Inacio consta textualmente: *“Cada uma tem 800 índios tributários que serão em ambas quase 8.000 almas, todas trazidas para ali pelos padres em obediência a Deus e do Rei e tem trabalhado tanto com eles que já formaram os povoados, casas e plantações, e estão reduzidos em forma de uma mui ordenada república...”*³⁰⁹

Em 1670, Baruch Spinoza recorreu ao termo “república” comparando a forma de governo nas reduções guaranis com a obra “República” em que Platão descreve o estado ideal, o reino do espírito, da razão, dos filósofos, em chocante contraste com os estados e a política deste mundo. O conhecimento pleno e perfeito localizava-se no “mundo das idéias”. Na política, a realização plena não seria possível na terra, mas em um “estado superior”.

Em 1793 José Manoel Peremás publicou “La Republica de Platón y los Guaraníes”. Mais uma vez a mesma denominação, traçando um paralelo com o estado ideal preconizado por Platão com a experiência das reduções.

O Marquês de Pombal denominou de “república” o governo das reduções guaranis com esta referência: *“Nos sertões dos referidos rios Uruguai e Paraguai, se achou estabelecida uma poderosa República, a qual só nas margens e territórios daqueles dois rios tinha fundado não menos de trinta e uma grandes povoações...”*³¹⁰

³⁰⁹ Apud: MASY, Rafael Carbonell de. *La contribución de Ruiz de Montoya al desarrollo económico de las reducciones*. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 95. No original: *“Tiene cada una 800 indios ‘de tassa’ (es decir, tributarios) que serán en ambas casi 8.000 almas, todas las han traído allí los padres a obediencia de Dios y del Rey e han trabajado tanto con ellos que tienen ya muy formados los pueblos, casas y sementeras y estan reducidos a forma de una muy ordenada república...”* – tradução livre do autor.

Nota do autor: “Cartas Annuas” – cartas anuais – eram os relatórios que os jesuítas encarregados das reduções remetiam a seus superiores e ao governo espanhol.

³¹⁰ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. op. cit. p. 7.

Outra alusão clara é a de Deonísio da Silva: “O Paraná e Paraguai assistem, no alvorecer do século XVII, ao nascimento dessa república guarani, tão famosa, ensaiada nas décadas finais do século anterior, com a chegada dos primeiros jesuítas ao Paraguai.”³¹¹ Em outra parte do mesmo livro volta à denominação:

“Quem diria que aquela meia dúzia de padres que chegaram ao Paraguai nos fins do século XVI haveria de aprontar o que aprontou? Quem diria que aqueles padres castelhanos, advindos de Asunción, quando começaram as fundações de suas cidades na margem oriental do Paraná, estavam de caso pensado, tentando incrustar uma república dentro dos domínios ibéricos? Quem adivinharia que fariam ali uma CGC de padres e índios, uma república sindicalista eclesiástica e indígena?”³¹²

Arno Álvarez Kern cita o intelectual Muratori: “Vêem-se ali homens, que talvez tivessem sido dos mais bárbaros que existiram no mundo, transformados em cristãos fervorosos; repúblicas que não conhecem outras leis a não ser as do Evangelho e onde as mais perfeitas virtudes do Cristianismo se transformaram, se eu assim posso me exprimir, em virtudes comuns.”³¹³

Lugon, dando a seu livro o título de “República ‘comunista’ cristã dos guaranis” (ver nota 100), definiu: *Cada redução formava, assim, uma pequena república independente para sua administração interior.*”³¹⁴ Em outra passagem de sua obra: “De fato, a República Guarani, perdida no meio dos pampas e da floresta virgem, foi na época o único Estado industrial da América do Sul.”³¹⁵

A contribuição de Alfeu Nilson Mallmann: “Cada cidade constituía uma ‘República’, que era sinônimo de cidade livre.”³¹⁶

José Carlos Sebe: “... os resultados conseguidos no Paraguai, onde os loiolanos organizaram a ‘República dos Guaranis’...”³¹⁷

³¹¹ SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 42.

³¹² SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 97.

³¹³ *Apud*: KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 416.

³¹⁴ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 91.

³¹⁵ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 140.

³¹⁶ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 61

³¹⁷ SEBE, José Carlos. op. cit. p. 65.

Júlio José Chiavenatto: *“Na América, os jesuitas cuidaram da propagação da fé, procurando não só conquistar os índios para o catolicismo, mas, também, criar raízes temporais, fixando-se em verdadeiras repúblicas onde suas comunidades pudessem crescer e prosperar. Para ‘salvar as almas’, estabelecer o catolicismo, era preciso também alimentar e dar trabalho aos corpos. Essa conjunção exigia o domínio do espaço territorial, uma norma de governo que lhe desse segurança.”*³¹⁸

Leonardo Boff enfatiza o plano dos jesuitas que *“... pensam numa ‘república de índios’, diversa da ‘república de espanhóis’.”*³¹⁹

Júlio Ricardo Quevedo Santos fala *“... numa suposta e poderosa República, engendrada (...) entre os rios Uruguai e Paraguai.”*³²⁰

Silvio Back, após três anos de pesquisas, deu a seu filme o nome de “República Guarani”. Em outro trabalho, fala *“... desta imensa ‘República Guarani’ – frustrada obra-prima de camuflagem e argúcia política (...) da Cia. de Jesus, a multinacional ideológica pioneira do mundo moderno.”*³²¹

Depois de tantas afirmações de que havia a forma de governo republicano nas reduções guaranis resta indagar: o que é República? Foi a denominação encontrada pelos romanos para definir a forma de governo oposta à Monarquia. Significa “a coisa pública”, de todos, quer dizer, suas instituições não são propriedade de ninguém e sim da coletividade inteira. Este regime foi instituído em Roma a partir do século VI a. C., caracterizando-se por aceitar como governantes somente cidadãos eleitos para tal fim e que se comprometam a respeitar o interesse comum de acordo com uma lei comum para todos. O presidente, eleito, é ao mesmo tempo chefe de Estado e de Governo. A conceituação encontra amparo na Ciência Política:

“A República é uma forma de governo que se caracteriza pela soberania de todos, ou pela soberania nacional. Etimologicamente, este termo deriva do latim, res publica, e assim teria o mesmo senso da palavra inglesa commonwealth. Esta foi utilizada na época das Missões por Cromwell,

³¹⁸ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 13.

³¹⁹ BOFF, Leonardo. op. cit. p. 75.

³²⁰ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. op. cit. p. 77.

³²¹ BACK, Silvio. op. cit. p. 110.

quando implantou a República da Inglaterra (...) . Atualmente, a idéia de República se associa à de 'democracia representativa', ou seja, ao conceito de um governo no qual os que detêm o poder seriam representantes do povo e responsáveis perante este. Assim, o sentido da palavra República seria o de uma forma de governo que teria seus poderes derivados, direta ou indiretamente, do povo, ou da parcela do povo que tem voz política. Neste sentido seria um conceito antagônico ao de monarquia absoluta, e como tal emergiu já nas revoluções liberais da Idade Moderna.”³²²

As reduções eram subordinadas à monarquia absoluta da Espanha. Não há como falar em república no sentido moderno do termo na Ciência Política. Os padres tinham o cuidado de exteriorizar a sua fidelidade ao Rei de Espanha. Nas festas, o estandarte real era sempre exposto na praça, junto com uma guarda de honra formada por índios. O regulamento da Companhia de Jesus obrigava os padres a rezar uma missa mensal nas intenções do Rei. São demonstrações de reconhecimento da subordinação à Espanha.

Falta clareza em algumas afirmações que já foram feitas sobre o governo das reduções: *“A grande república dos índios guaranis e dos padres jesuítas foi – de direito e de fato – uma república da liberdade. No seu interior, todos eram eleitos. O ‘presidente’ geralmente era dos mais velhos caciques, embora o poder verdadeiro fosse administrado de comum acordo com o corregedor jesuíta.”*³²³

Há nítida confusão de conceitos. Não se pode usar indistintamente os termos “república” e “cacique” querendo fazer passar esses últimos por chefes de governo. Cada redução tinha seu “Cabildo”, integrado por caciques, que exercia a administração temporal (ver Cap. III, itens 3.3. e 3.4 desta dissertação), como refere claramente Alfeu Nilson Mallmann: *“Dadas as condições de isolamento quase completo de muitas povoações e cidades, lhes eram conferidas uma autonomia e liberdade que as faziam comparáveis às cidades espanholas do século XI. Assim, a fundação de uma ‘ciudad’, tinha sua existência política assegurada com a formação do ‘Cabildo’.”*³²⁴

³²² KERN, Arno Álvarez. op.cit. p. 237.

³²³ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Missões – ascensão e queda do socialismo missionário*. Zero Hora, Caderno Cultura, 10 out. 1967. p. 6.

³²⁴ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 61.

Sobre o sentido do termo “república” há referências expressas na literatura histórica: *“Os espanhóis povoaram e dominaram a terra através de núcleos urbanos (...), organização de autoridades e de sistema administrativo chamado de república. A ordenança de 1543 estabeleceu que, uma vez escolhido o sítio, o governador declarasse se seria cidade, vila ou povoado para a formação da república, isto é, da administração com os funcionários.”*³²⁵

O mesmo Autor, em outra obra, elucida a questão da terminologia:

*“... jamais a Igreja ou a Companhia de Jesus pretendiam semelhante forma de governo republicano, se tal aconteceu deve ser considerado como meramente fortuito e que os padres limitavam-se a aplicar escrupulosamente a legislação colonial dos espanhóis e a sua administração era a que mais se ajustava às características sociais dos guaranis. Portanto os jesuítas não tentaram construir um império ou uma república para restabelecer o poder temporal de Roma e tonificar a Espanha contra o resto da Europa...”*³²⁶

O sistema administrativo dos povoados espanhóis não significava, portanto, a instalação de uma República-Estado. Arthur Rabuske esclarece: *“E, se em suas cartas, chamavam essa administração temporal (não puramente espiritual) de sua ‘res publica’, ainda estamos longe de uma verdadeira república, de um império ou coisa que valha. Seria precipitado traduzir isso sem mais por ‘república’, estado...”*³²⁷

Arno Álvarez Kern, a respeito dessa discussão, é taxativo: *“Nesta época, a palavra República não significava uma forma de regime político, mas sim a administração (‘res publica’, em latim).”*³²⁸

O próprio Lugon, a despeito do título de seu livro, confirma essa tese ao dizer: *“Esse Estado índio respondia às exigências democráticas mais modernas, visto que, longe de formar uma massa oprimida por funcionários todo-poderosos, os cidadãos não viam suas liberdades entravadas senão na medida em que o interesse geral o exigisse; nessa república, o funcionário indígena livremente escolhido era apenas órgão da prosperidade pública...”*³²⁹

³²⁵ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 42-43.

³²⁶ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 33.

³²⁷ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 97.

³²⁸ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 20.

³²⁹ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 87.

Fica claro nas entrelinhas de que não havia uma independência político-administrativa. Havia, tão-somente, órgãos administrativos vinculados à Coroa de Espanha.

As múltiplas interpretações das formas de governo nas reduções fazem muitas conjecturas. Liane Maria Verri adverte: *“Essa literatura faz a análise interpretativa, na verdade faz uma interpretação ideológica sobre as Missões, usando modelos pré-estabelecidos, geralmente escritos por europeus e que não podem ser aplicados ao caso missioneiro.”*³³⁰

Esse posicionamento crítico é acompanhado por Moacyr Flores: *“A maioria das pessoas cultiva uma tradição pseudamente histórica, baseada estritamente na criatividade de literatos, elaborando-se assim uma cultura idealizada, que não corresponde à realidade.”*³³¹

A ciência política trabalha com conceituações acadêmicas precisas, o que nem sempre ocorre com a literatura a respeito das reduções. Kern faz esta advertência:

*“Muitas vezes se confunde democracia com república. Enquanto que a República é forma, a Democracia é o fundo. Para muitos autores, os Trinta povos sempre foram quanto à forma, uma República (...), como um sistema político, com seus fundadores, constituição e independência. É seguindo esta tendência que se afirmou que pela primeira vez, sobretudo, desde a fundação por São Pedro da Igreja Católica, uma ordem religiosa tinha licença de criar uma República Cristã cuja constituição repousaria sobre os preceitos do Evangelho. Em outros termos, tratava-se para os jesuítas de adaptar as Constituições de Santo Inácio não mais a uma congregação, mas a um Estado.”*³³²

Insiste, ainda, na conceituação: *“Eram ‘repúblicas’ cristãs baseadas no Evangelho, onde os selvagens tinham-se transformado em civilizados e cristãos.”*³³³

Há um intervalo muito grande entre a época das reduções e a formulação das modernas teorias políticas a respeito de sistemas e formas de governo. Adverte Décio Freitas: *“Convencionou-se chamá-lo República Guarani, mas, na verdade, nunca existiu um Estado*

³³⁰ VERRI, Liane Maria. A história das missões no Rio Grande do Sul. In: Anais do Curso de Literatura e História do Rio Grande do Sul. Santo Ângelo: FURI, 1990. p. 49.

³³¹ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 183.

³³² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 233.

Missioneiro no sentido moderno da palavra. Durante muito tempo essas comunidades se denominaram 'reduções', do fato de que nelas os indígenas eram 'reduzidos' à fé e à civilização. Generalizaram-se depois os termos missões e o gentílico missioneiros."³³⁴

Diante de todo esse quadro de conceituação contraditória, Deonísio da Silva, co-roteirista do filme "República Guarani", mesmo depois de três anos de pesquisas e filmagens, expressa sua incerteza: *"A república que recebeu os mais prestigiosos louvores da boca de personagens como Voltaire, Montesquieu, Buffon, D'Alembert, Chatubriand, Êrico Verissimo, Clovis Lugon e outros não menos importantes, jaz em ruínas; (...) essa experiência econômica, política, social, cultural, etc. – não foi ainda estudada suficientemente. Alguns traços fundamentais permanecem sem explicação, permanecem um enigma.*"³³⁵

A historiografia desempenha, muitas vezes, um papel mistificador, dando uma visão desfigurada do passado. Integra a ideologia dos dominadores para a defesa das classe dominantes. A elite é o personagem central desse tipo de historiografia. Para que a dominação e a subserviência persistam, é necessário ocultar a verdade e manter o povo na ignorância. Para acelerar a história e sua verdadeira interpretação, deve-se, em última instância, opor uma historiografia dos dominados à dos dominadores. Assim, também, no caso da historiografia hispano-americana em geral, e a das reduções em particular, foi produzida pelos europeus conquistadores. Dentre as inúmeras criações teóricas (por vezes mitológicas) sobre a forma de governo das reduções, muitas não resistem a uma pesquisa séria, e se realmente houve modelos anteriores que serviram de protótipo ao projeto das reduções, não há provas concludentes. A mesma dificuldade foi enfrentada pelo cineasta Silvio Back:

*"A historiografia brasileira é um ninho de falsidades – sem falar que a História, de um modo geral, é sempre escrita pelos vencedores. E sua irmã gêmea, a História latino-americana não seria diferente em relação àquelas quase cinquenta missões jesuíticas tornadas famosas sob o contraditório cognome de 'República Guarani', ou 'República dos Guaranis'. Então, de que maneira explicar o enclave sócio-econômico que durante 150 anos, constituído de alguns religiosos e milhares de indígenas, resistiu ao assédio e à concupiscência do mundo colonial, na mesopotâmia dos rios Uruguai e Paraná?"*³³⁶

³³³ KERN, Arno Álvarez Kern. op. cit. p. 62.

³³⁴ FREITAS, Décio. op. cit. p. 17.

³³⁵ SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 81.

³³⁶ BACK, Silvio. op. cit. p. 18.

A “República Guarani” foi apresentada como efetivação de uma perfeita democracia: “*Havia nas reduções uma liberdade bem regulada – não havia, então, uma virtual democracia?*”³³⁷

Como conciliar “liberdade bem regulada” e “virtual democracia”? Embora não apareçam indicativos de regime ditatorial nessa suposta “República”, o certo é que os jesuítas impuseram ao guarani uma disciplina repressiva: “*Sua vida diária deve ser controlada, inclusive seu comportamento, seu pensar, seu rezar...*”³³⁸ O Autor conclui afirmando que na verdade reinava um “... *simulacro de democracia (...) e aos padres cabia a palavra final.*”³³⁹

A discussão sobre se foi ou não “república” (democrática ou não) a forma de governo nas reduções é rechaçada por Arno Álvarez Kern:

*“Assim, estas pequenas ‘repúblicas’ não foram idealizadas como uma ‘República’, pois tal conceito não existia nem era possível nas concepções da própria Companhia de Jesus, no século XVII. E não como ingenuamente já se pensou, porque seria um crime de ‘lesa-majestade’ se pensar em República num reino absolutista (...). Assim, as referências ao conceito ‘república’ feitos pelos próprios jesuítas, refere-se à idéia de res publica e não como uma unidade política independente de características políticas republicanas.”*³⁴⁰

Dada a diversidade de opiniões, adota-se aqui o posicionamento de Arno Álvarez Kern que publicou o maior número de estudos sobre as reduções enfocando seu sistema político e formas de governo:

“A tendência atual, entre os cientistas que analisam o fenômeno dos Trinta Povos dos guaranis através das abordagens da História, da Antropologia ou da Arqueologia, é de não aceitar as interpretações que relacionam a ‘República’ de Platão, a ‘Utopia’ de Thomas More, a ‘Cidade do Sol’ de Campanella, o ‘Império Incaico’ ou mesmo os primeiros cristãos, como ponto de partida teórico do modelo. Foram, isso sim, uma tentativa bem-sucedida de instalação e desenvolvimento de uma vida comunitária cristã,

³³⁷ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 48.

³³⁸ BACK, Silvio. op. cit. p. 79.

³³⁹ BACK, Silvio. op. cit. p. 45.

³⁴⁰ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 241.

com grupos de guaranis que eram levados pelos jesuitas, gradualmente mas com decisão, para uma situação de aculturação à sociedade espanhola e à religião cristã.”³⁴¹

Tendo confrontado tantas informações a respeito de formas de governo contraditórias atribuídas às reduções guaranis, mesmo que o pesquisador não aceite o posicionamento de algum autor (ou muitos), a convicção de Deonísio da Silva auxilia para uma compreensão da historiografia hispano-americana: *“Se muitas das características anteriormente apontadas não podem ser combatidas (...), ainda assim faz-se necessário contemplar a experiência jesuítica, que afinal perdurou por mais de 150 anos, com o olho armado, principalmente num continente onde poderosos monárquicos e religiosos católicos estiveram quase sempre de mãos dadas, sagrando alianças que tinham o fim de colonizar-nos...”*³⁴²

As contradições a respeito das formas de governo nas reduções recebem, ainda, elucidativa contribuição de Serafim Leite:

*“... nas Missões do Paraguai nunca houve República, nem Estado, nem Teocracia no sentido autônomo da palavra, isto é, independente(...). República, Estado, Teocracia são noções políticas. Aqui houve apenas a organização da catequese, adaptada às condições sociais e mentais dos índios e do isolamento da selva, numa experiência particular de comunidade, na verdade surpreendente para o tempo, tudo porém enquadrado dentro do regime político da Monarquia espanhola.”*³⁴³

A proposta desta dissertação está de acordo com a advertência de Arno Álvarez Kern: *“As tentativas e as experiências levadas a efeito nos Trinta Povos, só podem ser compreendidas no processo histórico no qual estão inseridas, ou seja, levando-se em conta os seus antecedentes e o seu contexto. Não podem e não devem ser determinadas pelas nossas ideologias do século XX.”*³⁴⁴

O projeto espanhol ao constituir a aliança com a Igreja foi o de instrumentalizar uma nova geopolítica para conter o avanço português nos territórios americanos em disputa e que

³⁴¹ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 75.

³⁴² SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 76.

³⁴³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia, 1938-50. v. 6. p. 556. *Apud*: KERN. Arno Álvarez. op. cit. p. 241.

³⁴⁴ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 24.

interessavam tanto à Espanha quanto a Portugal, num expansionismo territorial que gerou uma fronteira tensa. O estabelecimento de um “Estado tampão”, através das reduções, servia aos interesses de ambos num momento histórico complexo. Verdadeiras situações-limites entre impérios coloniais em expansão, o objetivo era deter o avanço português em direção ao sul da América, fundando reduções a partir do Rio Uruguai para guardar as fronteiras vivas das áreas beligerantes entre a América Portuguesa e a América Espanhola.

As reduções foram fundadas em território denominado pelos espanhóis de “Índias”, como era chamada a América. Pertencia ao sistema colonial espanhol que ali instalou uma espécie de prolongamento do Estado onde “... o próprio Rei era apresentado aos Guarani reduzidos como ‘Pai’ das missões e o conjunto das reduções jesuíticas nunca formou ‘república’ distinta, separada do Império espanhol.”³⁴⁵ A base da legislação e do direito castelhano vigorava em todo o território e sobre toda a população das “Índias”.

O terceiro capítulo é sobre esse projeto espanhol para as reduções. As ações de Espanha visaram sempre a transferência de seu poder para as Índias. Primeiro, para deter o avanço português sobre territórios de seu interesse. Através do “Conselho de Índias” repassaram sua legislação. Para facilitar a aproximação com os índios, os jesuítas aliaram-se aos caciques através da promessa de cargos no futuro Cabildo. Criaram uma espécie de pequena nobreza com os caciques que tiveram um papel importante no início das reduções em facilitar a aceitação do missionário, transformando-os em funcionários espanhóis, sendo-lhes atribuídas funções administrativas. Posteriormente foram declarados “hidalgos de Castilla”. Esta cooptação política facilitou a aproximação do jesuíta com o guarani e permitiu-lhe exercer um papel predominante, concentrando as funções espirituais e corporais, de missionários e administradores políticos, transportando para as reduções toda a base jurídica, as instituições sociais, econômicas e a estrutura organizacional dos cabildos espanhóis, cópia do antigo município castelhano medieval. Essa foi a forma efetiva de governo nas reduções.

³⁴⁵ GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. op. cit. p. 79.

III O GOVERNO DAS REDUÇÕES NO PROJETO ESPANHOL

3.1 As reduções: guarnições fronteiriças de Espanha

Na época em que foram estabelecidas as reduções em território americano, Espanha e Portugal viviam em constante conflito por disputarem os mesmos territórios, com interesses político-econômicos distintos. O projeto espanhol era claro: ocupar espaço na América em conjunto com os jesuítas, fundar reduções, catequizar os guaranis, deter o avanço português, proteger e defender os índios das práticas e ataques tanto de encomendeiros (latifundiários escravagistas) e bandeirantes, estes últimos, incentivados e patrocinados pelos portugueses.

Chiavenato estudou a questão geopolítica e a localização privilegiada das reduções:

*“Houve uma espécie de sedimentação territorial nesses cem anos em que Portugal e Espanha se enfrentaram diplomaticamente, às vezes pegando em armas, procurando definir suas fronteiras na América. Os jesuítas se transformaram, de fato, em um estado. O conjunto das suas reduções formou uma província que obedecia à administração central da Companhia de Jesus. Eram livres, organizando-se e explorando os índios de acordo com seus interesses, ignorando Espanha e Portugal. A República Guarani era um quisto geopolítico, artificial, dentro da zona disputada por Portugal e Espanha.”*³⁴⁶

O que Chiavenato denomina de “estado” era, de fato, uma zona de fronteira que pertencia ao império colonial espanhol em que os guaranis-missioneiros, tutelados pelos jesuítas, lutavam pela manutenção da posse das terras em favor da colonização espanhola, definida por Júlio Ricardo Quevedo Santos: *“As Missões dos Trinta Povos foram uma bem sucedida tentativa política das monarquias despóticas absolutistas de defesa das fronteiras do Império Espanhol.”*³⁴⁷

³⁴⁶ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 37.

³⁴⁷ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. op. cit. p. 9.

Regina Maria A. F. Gadelha tem uma contribuição a respeito do posicionamento privilegiado das reduções naquele contexto de disputa entre dois projetos colonizadores em litígio, visando à posse das mesmas terras: *“Todas essas parcialidades Guarani estavam situadas em regiões estratégicas, fronteiriças com o território português. Essas zonas extremas do Império espanhol formavam verdadeiro território-tampão, cuja passagem os padres procurariam interditar, progressivamente, quer aos colonos espanhóis, quer aos portugueses.”*³⁴⁸

Tudo começou com o Tratado de Tordesilhas. Em consequência, o território ocupado pelas reduções *“... tinha para a Coroa crucial importância político-estratégica. A Espanha precisava ocupar vastos territórios de que se considerava senhora pelo Tratado de Tordesilhas (1494).”*³⁴⁹

O processo culminou com o Tratado de Madrid, em 1750: *“... um papa pegou um par de paquímetros para dividir o mapa do mundo em duas metades, desenhando uma linha imaginária entre o Brasil, que ficou para Portugal, e o Rio da Prata, que coube à Espanha. Portugal deveria perder a parte de Sacramento para a Espanha. Em troca, a Espanha deveria transferir para Portugal certos territórios que incluíam as áreas ocupadas pelas missões jesuíticas.”*³⁵⁰

Para esta troca de territórios com o fim de atender aos interesses de ambas as partes envolvidas tinha uma explicação jurídica: *“Em 1750, por ocasião do ‘Tratado de Madrid’, na regulamentação das questões de fronteira prevaleceu o princípio do ‘uti possidetis’, ou seja, a ocupação efetiva dos territórios. O princípio do ‘uti possidetis’ ofereceu a diretriz jurídica e diplomática: a ocupação efetiva passava a ter uma base jurídica e era a conclusão diplomática e pacífica sobre áreas motivo de constantes conflitos entre colônias vizinhas.”*³⁵¹

Em consequência, a delimitação territorial estabeleceu que cada nação ficaria com o território já ocupado.

³⁴⁸ GADELHA, Regina Maria A. F. op.cit. p. 238.

³⁴⁹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 50.

³⁵⁰ BOLT, Robert. op. cit. p. 180.

³⁵¹ FONSECA, Célia Freire A. Das expedições contra as missões jesuíticas do sul às fronteiras gerais do Brasil contemporâneo: séculos XVII-XX. In: *Missões Guarani. Impacto na sociedade contemporânea*. GADELHA, Regina Maria Aquino F. (Ed.). São Paulo: EDUC, 1999. p. 80.

Das trinta reduções, as sete últimas foram fundadas em território brasileiro sul-rio-grandense e estavam localizadas na área em conflito, verdadeiras áreas limítrofes. Moacyr Flores assim sintetiza: *“Procurando deter o avanço português, em direção ao sul, o governo espanhol ordenou a fundação de povoados a partir do rio Uruguai, ocupando as terras com estâncias e lavouras.”*³⁵²

Se não havia fronteiras bem delimitadas, o território das reduções era comum a espanhóis e portugueses. Justifica-se, desse modo, sua localização privilegiada e resultou na afirmação categórica encontrada nos livros dos pesquisadores do tema: *“Os Sete Povoados compunham um todo maior, trinta Missões Jesuítico-guaranis. Estas possuíam papel primordial na estrutura do Império Colonial Espanhol, na América Meridional, principalmente guarnecendo as fronteiras vivas das áreas beligerantes entre a América Portuguesa e América Espanhola.”*³⁵³

Arnaldo Bruxel enfocou os Trinta Povos enquanto povos fronteiriços concluindo: *“Os reis de Espanha e Portugal se consideravam de antemão candidatos preferenciais à posse de toda a terra americana, pois que toda ela estava no âmbito de sua ambição e na esfera de suas atividades.”*³⁵⁴

O uso das terminologias “guarnição de fronteira”, “situação de fronteira”, “posto fronteiriço”, “situação-limite”, etc., atribuídas às reduções por estarem situadas entre as áreas de interesse e conflitos entre Portugal e Espanha, é frequente:

*“O ‘Grupo dos Trinta’ não foi decidido e escolhido pelos autores, foi o grupo e número, com insignificantes variações, que se estabeleceu em uma área geográfica e com uma organização de mando, ações específicas e supervisão da Companhia de Jesus, com a desculpa ou privilégio de que a localização estratégica da região era marcada pelas autoridades espanholas, chegando inclusive a receber do Rei de Espanha, em diferentes oportunidades, o título de ‘guarnições fronteiriças’.”*³⁵⁵

³⁵² FLORES, Moacyr. op. cit. p. 24.

³⁵³ SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. *As missões jesuítico-guaranis nas crônicas dos primeiros conquistadores luso-brasileiros do Rio Grande do Sul*. In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n.1. Porto Alegre : PUCRS, jun. 1989. p. 271.

³⁵⁴ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 47.

³⁵⁵ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 36. No original: *“El ‘Grupo de los Treinta’ no fue decidido ni seleccionado por los autores, fue el grupo y número, con insignificantes variaciones, que se estableció en una área geográfica y con una organización de mando, acciones específicas y supervisión de la Compañía de Jesús, con la salvedad o excepción de que la localización*

Arno Álvarez Kern, como um dos maiores expoentes e pesquisadores sobre as Missões, também contribui com esta informação: *“A área ocupada pelos Trinta Povos estava integrada nos limites do Império Colonial Espanhol, e nas proximidades de duas capitais provinciais. A leste, entretanto, os povoados missioneiros guardavam uma fronteira viva, de contínuos ataques armados, na qual havia uma permanente oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira.”*³⁵⁶

Em outra obra, o mesmo autor continua afirmando: *“... as populações guaranis jamais deixaram de depender dos fornecimentos de armas, de pagar os tributos na forma de serviço pessoal ou servir de milícia fronteira para a monarquia espanhola, em uma situação-limite nas fronteiras de um império colonial em expansão...”*³⁵⁷

Silvio Back teve acesso a muitas referências bibliográficas sobre o tema durante suas pesquisas que antecederam às filmagens de “República Guarani” e também alude à situação limítrofe das reduções *“... na fronteira entre o império português e o império espanhol. Quer dizer, as ‘reduções’ deviam servir de tampão entre espanhóis e portugueses, para deter os avanços desses, império espanhol adentro. Efetivamente, as ‘reduções’ desempenharam esse papel com sucesso, conseguindo parar de uma maneira definitiva o expansionismo português em direção ao Rio da Prata.”*³⁵⁸

Moacyr Flores, historiador rio-grandense, conhecedor do tema, com pesquisas dando ênfase às sete reduções fundadas em território brasileiro, conclui: *“Outro objetivo das Missões seria o de formar um estado tampão na fronteira com o Brasil.”*³⁵⁹

São apontadas claras razões de ordem política e geográfica na criação da Província Jesuítica, já com vistas a atender os interesses do projeto espanhol na América:

“A instalação da Província Jesuítica do Paraguai em 1607, para além de visar a propalada catequese, revestiu-se de razões de ordem política, pois foi peça importante na estratégia de ocupação do espaço fronteiro entre as zonas de colonização

estratégica de la región era marcada por las autoridades españolas, llegando incluso a recibir del Rey de España, en diferentes oportunidades, el título de ‘guarniciones fronterizas’ – tradução livre do autor.

³⁵⁶ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 75.

³⁵⁷ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 24.

³⁵⁸ BACK, Silvio. op. cit. p. 84.

³⁵⁹ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 29.

*espanhola e portuguesa. A entrada dos jesuítas na região do Prata assinalava a convergência de interesses que, na altura, havia entre a Ordem e a Coroa de Espanha: a conquista das almas conjugava-se à posse do território num mesmo projeto civilizador.*³⁶⁰

Maria Cristina Bohn Martins analisa a situação do guarani, personagem diretamente envolvido no entrelaçamento de interesses, concluindo: *“Encontrando-se em uma área de fronteira entre o Império Luso e Espanhol na América, os Guarani serão ainda protagonistas de uma singular experiência evangelizadora e civilizadora que, via de regra, estiveram intimamente associadas na ação colonizadora hispânica: as Reduções jesuítico-guaranis.”*³⁶¹

As reduções faziam parte de um projeto mais amplo: consolidar o império espanhol, sempre na fronteira. Não foram um fato isolado. Deve-se levar em conta o contexto em que o processo se inseriu: *“Com o intuito de garantir para seus domínios a faixa do atual Extremo Sul brasileiro, detendo os portugueses, alcançar o Atlântico desde o Prata e, simultaneamente, arregimentar o gigantesco contingente de mão-de-obra indígena, a Coroa castelhana, acumpliciada a Roma (então instituições compadres) criou as ‘reduções’ e as entregou para administrar - à Companhia de Jesus.”*³⁶²

Thaís Luzia Colaço faz a análise da atuação dos jesuítas que, após a Contra-Reforma, estabeleceram um projeto conjunto com os reis católicos de Espanha, de revitalização e propagação da doutrina da Igreja Católica e que incluía a catequização dos guaranis: *“Na América, os jesuítas serviram aos interesses coloniais da Monarquia Espanhola, ocupando o território, defendendo as suas fronteiras e, através do poder tutelar, atuando como eficiente veículo de divulgação da cultura cristã-ocidental europeia, ‘pacificando’ os indígenas, cristianizando-os e ‘civilizando-os’, integrando-os aos marcos da sociedade espanhola da época.”*³⁶³

Liane Maria Verri estudou a questão de fronteira sob o viés das estratégias e dos objetivos militares envolvidos no projeto, sempre no intuito de assegurar o domínio dos territórios em conflito: *“Na redução, os guarani tornaram-se vassalos do rei da Espanha,*

³⁶⁰ MILLET, Maria Alice. Aspectos da organização urbana e da arquitetura nas reduções da província jesuítica do Paraguai. In: *Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea*. GADELHA, Maria Regina Aquino F. (Ed.). São Paulo: EDUC, 1999. p. 304.

³⁶¹ MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 8.

³⁶² BACK, Silvio. op. cit. p. 118.

³⁶³ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 13.

pois, ao montarem-se os exércitos, estes passaram a ser guardiães da fronteira ameaçada pelo expansionismo luso-brasileiro.”³⁶⁴

A estrutura militar montada nas reduções também foi analisada por Alberto Armani, que sintetiza: *“A organização militar das Reduções teve uma importância pelo menos análoga à civil e, pelos efeitos práticos, foi essencial para a Espanha e para a defesa de suas possessões coloniais.”*³⁶⁵

Havia interesses militares de Espanha, também na perspectiva de Silvio Back: *“... as missões possuíam um exército fortemente armado de quase 30 mil homens, o qual – invocado pela Coroa – vinha em socorro dos seus interesses coloniais: contra o expansionismo luso-brasileiro (‘paulistas’, Colônia de Sacramento, fronteiras móveis entre os dois impérios); contra nações indígenas hostis ao papel hegemônico do Prata...”*³⁶⁶

Além dos interesses militares, havia a questão política espanhola em conjunto com os jesuítas, utilizando-se desses para a consecução de seu projeto: *“A própria Coroa apoiaria a ação desenvolvida pelos padres da Companhia, e que se revelava politicamente útil, utilizando estes Guarani como verdadeiro exército colonial espanhol quer na defesa dos direitos de fronteira contra os portugueses e contrabandistas, quer contra a independência de grupos ligados aos interesses privados de colonos espanhóis.”*³⁶⁷

Diante desta diversidade de papéis exercidos pelas reduções, Silvio Palacios e Ena Zofoli concluem afirmando ter havido dois objetivos básicos: *“As missões podem classificar-se de acordo com objetivos militares e religiosos. Oficialmente aqueles povos missioneiros foram tratados como Postos Fronteiriços por adquirir importância na defesa do território espanhol. A situação estratégica, que foi condição decisiva para a sua localização, e o*

³⁶⁴ VERRI, Liane Maria. op. cit. p. 65.

³⁶⁵ ARMANI, Roberto. op. cit. p. 111. No texto original: *“La organización militar de las Reducciones tuvo una importancia por lo menos análoga a la civil y, a los efectos prácticos, fue esencial para España y para la defensa de sus posesiones coloniales”* – tradução livre do autor.

³⁶⁶ BACK, Silvio. op. cit. p. 116.

³⁶⁷ GADELHA, Regina Maria d’Aquino. op. cit. p. 79.

número efetivo das milicias guaranis justificavam aquela responsabilidade e denominação.”³⁶⁸

O objetivo militar teria sido alcançado, segundo as conclusões dos historiadores: “... a organização militar das reduções cumpriu com êxito o encargo principal que as autoridades espanholas lhe haviam confiado: a defesa das colônias do Rio da Prata, o Paraguai e o Alto Peru contra as infiltrações portuguesas a partir do ocidente.”³⁶⁹

A grande meta do projeto não era apenas militar. Outros atores (e fatores) influenciaram o momento histórico de divergências entre Portugal e Espanha:

*“Os agentes do processo histórico que se desenvolveu na bacia platina oriental durante o século XVII foram atores e autores inseridos em um momento histórico complexo, no qual as frentes de expansão espanhola e portuguesa geraram uma fronteira tensa e viva, não apenas entre si, mas igualmente face às populações indígenas locais. Reis, funcionários administrativos tais como Vice-Reis e Governadores, mercadores, bispos, encomendeiros, jesuítas e indígenas foram atores e autores neste processo histórico.”*³⁷⁰

Aparece um elemento novo: o encomendeiro. O que era a “encomienda”? Enrique Dussel explica: “*Sistema de exploração agrícola (na exploração mineral se chama mita) pelo qual um grupo de índios era atribuído a um colono espanhol para trabalhar a terra ou para o serviço doméstico.*”³⁷¹

No mesmo sentido a explicação de José Carlos Moreira da Silva Filho: “... *encomiendas, em que um grupo de índios era encomendado ao colono, podendo trabalhar gratuitamente em suas minas e campos.*”³⁷²

³⁶⁸ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 31. No original: “Las misiones pueden clasificarse de acuerdo a objetivos militares y religiosos. Oficialmente aquellos misioneros fueron tratados como Puestos Fronterizos por adquirir importancia en la defensa del territorio español. La situación estratégica, que fue condición decisiva para su localización, y el numeroso efectivo de las milicias guaraníes justificaban aquella responsabilidad y denominación” – tradução livre do autor.

³⁶⁹ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 114. O texto original: “...la organización militar de las Reducciones cumplió con éxito el cometido principal que le habían confiado las autoridades españolas: la defensa de las colonias del Río de la Plata, el Paraguay y el Alto Perú contra las infiltraciones portuguesas hacia occidente” – tradução livre do autor.

³⁷⁰ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 60.

³⁷¹ DUSSEL, Enrique. op. cit. p. 417. Em espanhol: “Sistema de explotación agrícola (en la explotación minera se llama mita) por el que un grupo de indios era atribuido a un colono español para trabajar la tierra o para el servicio doméstico” – tradução livre do autor.

³⁷² SILVA, José Carlos Moreira da Filho. op. cit. p. 171.

A origem histórica do sistema dentro do projeto de conquista-submetimento das terras e da população da América-Hispânica:

*“A encomienda foi um sistema de trabalho imposto aos nativos, diretamente derivado de uma instituição feudal do mesmo nome. Na Espanha, consistia no direito outorgado a um nobre (encomiendero) de receber dos vassallos os impostos devidos ao rei. No Novo Mundo, os vassallos eram os índios e a tributação era sob a forma de trabalho forçado, visando a compensar o ônus do latifundiário com as tarefas da catequese. Na prática, tratava-se de uma espécie de escravização por dívidas. Incluídos nas propriedades recebidas, os índios lhes deviam o trabalho...”*³⁷³

Maxime Haubert contribui com um detalhamento sobre o funcionamento do sistema da encomienda: *“Um grupo de índios é confiado pelo rei a um colono e a seus descendentes pelo prazo de duas ou três gerações, com o intuito de que eles o protejam e o instruem nos preceitos da fé católica. Em contrapartida, o encomendero recebe em bens ou dias de trabalho o tributo que os índios vassallos devem normalmente ao Rei da Espanha.”*³⁷⁴

Não havia muita diferença entre encomienda e escravidão, a concluir deste diálogo transcrito entre espanhóis do livro de Robert Bolt: - *“Nos territórios portugueses eles têm escravos, mas aqui apenas temos criados especiais chamados encomienda. – Entende? ... os encomienda não recebem salário algum. – Então são escravos.”*³⁷⁵

As características escravagistas do sistema são enfatizadas por Danilo Lazarotto:

*“A Espanha encontrou as culturas avançadas dos Astecas, Maias e Incas. Estes índios já estavam acostumados ao trabalho. Mas os produtos que mais interessavam aos espanhóis, o ouro e a prata, não eram produzidos na quantidade e para o destino que eles queriam, e o trabalho na lavoura, antes coletivo, precisava-se agora torná-lo útil ao espanhol. Introduzia-se então um sistema de trabalho que teoricamente seria de servidão, mas na prática nada diferia da mais pura escravidão e que conhecemos por ‘encomiendas’.”*³⁷⁶

³⁷³ LOPEZ, Luiz Roberto. op. cit. p. 42.

³⁷⁴ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 35.

³⁷⁵ BOLT, Robert. op. cit. p. 23.

³⁷⁶ LAZAROTTO, Danilo. **Encomiendas e povos das missões**. In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p. 43.

As reduções nasciam em oposição às encomiendas. Desde o início de sua atuação na América os jesuítas denunciavam e combatiam o instituto “encomienda”, verdadeira exploração de mão-de-obra, tão ou mais grave e desumana que a escravização promovida pelos bandeirantes. Deviam durar no máximo duas gerações, o que não era cumprido. Servia, porém, à ganância dos conquistadores e exploradores em sua busca desenfreada de ouro e prata, descrita em detalhes também por Capdequi:

*“Pela encomienda, um grupo de familias de indios, maior ou menor segundo o caso, com seus próprios caciques, era submetido à autoridade de um espanhol encomendeiro. Esta se obrigava juridicamente a proteger os índios que lhe haviam sido encomendados e cuidar de sua instrução religiosa com a ajuda do padre doutrinador. Adquiria o direito de beneficiar-se com os serviços pessoais dos índios para as diversas necessidades de trabalho e de exigir deles o pagamento de diversas prestações econômicas.”*³⁷⁷

Das informações bibliográficas acima fica evidenciado que as reduções tinham um objetivo político bem delimitado: barrar o avanço dos portugueses que partiam do litoral para o interior, em busca das minas de prata e dos indígenas para escravizar. Na afirmação de Deonísio da Silva: *“... jesuítas e bandeirantes estavam interessados nas posses das mesmas terras, no domínio dos mesmos índios.”*³⁷⁸

Aqui entram em cena os bandeirantes e a ação escravagista dos portugueses que ameaçavam os índios das reduções e provinham de São Paulo. Neste sentido, é esclarecedora a análise de Décio Freitas ao afirmar sobre as reduções e sua posição geográfica:

“Situa-se em posições eminentemente estratégicas. Assim, por exemplo, as de Guaira e Itatim objetivam a erguer um antemural à temida expansão portuguesa em direção a Potosi. A ameaça provinha dos ‘portugueses de São Paulo’ ou simplesmente ‘paulistas’. Nada há que prove esta intenção por parte dos paulistas, mas claro está que, limpada de índios a região, ficaria franqueado o acesso a Potosi. O objetivo direto e declarado dos bandeirantes consistia em caçar índios para vendê-

³⁷⁷ CAPDEQUI, J.M.Ots. op. cit. p. 26. No original: “Por la encomienda, un grupo de familias de indios, mayor o menor según los casos, con sus propios caciques, quedaba sometido a la autoridad de un español encomendero. Se obligaba éste juridicamente a proteger a los indios que así le habian sido encomendados y a cuidar de su instrucción religiosa con los auxilios del cura doctrinero. Adquiria el derecho de beneficiarse con los servicios personales de los indios para las distintas necesidades del trabajo y de exigir de los mismos al pago de diversas prestaciones económicas” – tradução livre do autor.

³⁷⁸ SILVA, Deonísio da. op. cit. p. 55.

*los como escravos em São Paulo, no Rio e na Bahia, pois o suprimento de escravos sofrera uma queda brusca e violenta...*³⁷⁹

Em Potosi, na Bolívia, localizavam-se as minas de prata, de interesse econômico para a Espanha e a Europa, dentro do espírito mercantilista da época .

Já desde as primeiras experiências reducionais em Juli, no Peru, a preocupação dos missionários jesuítas foi de preservar os índios, primeiro do sistema de encomiendas, mais tarde da escravização tentada pelos bandeirantes.

Júlio José Chiavenato descreve a ação dos bandeirantes: “... teve uma nítida sequência geopolítica. Começou forçando os índios a fugir para o interior. Depois, foi caçá-los nas matas e, posteriormente, nas reduções jesuíticas.”³⁸⁰

Na obra de Robert Bolt tomamos conhecimento da descrição dos bandeirantes e de seus métodos de captura e escravização de índios:

*“... bandeirantes paulistas, como denominamos (...) os homens de São Paulo, no Brasil. Eles costumavam invadir o território espanhol à procura de escravos para suas plantações; seus bandos organizados eram compostos por índios Chaco selvagens, por mamelucos, homens mestiços meio treinados e também por negros – todos homens violentos e desesperados, para quem não havia um modo de vida honesto e determinado. Invadiam as aldeias guaranis, matando muitos e levando os outros para a escravidão.”*³⁸¹

As Missões jesuíticas se apresentavam aos olhos dos bandeirantes como uma importante reserva de mão-de-obra já domesticada pelos padres, acostumados ao trabalho e à obediência. Moacyr Flores explica a preferência por sua captura para o serviço nas lavouras de outras regiões do país: “Os bandeirantes capturavam índios das reduções porque eles eram mão-de-obra especializada, pois todos conheciam técnicas agrícolas e alguma profissão como carpintaria, olaria, cantaria, sabiam ler e escrever.”³⁸²

³⁷⁹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 39.

³⁸⁰ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 23.

³⁸¹ BOLT, Robert. op. cit. p. 227.

³⁸² FLORES, Moacyr. op. cit. p. 20.

Quem efetivamente tentou conter os bandeirantes foram os jesuítas, assim como já haviam reagido diante dos encomendeiros. Representavam a única força moral capaz desta gigantesca tarefa. Diante da importância e da gravidade dessa luta mais ideológica do que pela posse das mesmas terras em que os índios acabaram sendo as vítimas, está a importância de entender a questão e torna-se importante a análise feita acima. No dizer de Chiavenato: *“Ignorar o choque geopolítico envolvendo bandeirantes e jesuítas, ou a guerra na América entre portugueses e espanhóis, é entender a história pela metade.”*³⁸³

Esta foi a realidade da geopolítica de enfrentamento de espanhóis e portugueses em terras americanas, resolvida só pela conclusão de tratados que modificaram as fronteiras entre os domínios ibéricos na bacia do Prata: *“... a luta secular entre jesuítas espanhóis e bandeirantes portugueses. Os jesuítas tentaram conter a penetração dos bandeirantes nos territórios espanhóis. Esse confronto provocou uma luta pela ocupação do espaço: os jesuítas fizeram uma geopolítica de contenção, resistindo aos bandeirantes, que praticaram uma geopolítica de expansão. O resultado dessa luta, com a vitória dos bandeirantes, estabeleceu as fronteiras do Brasil.”*³⁸⁴

A noção de fronteira deve ser levada em conta para entender as tensões geopolíticas entre o mundo espanhol e português. A fronteira, em qualquer Estado, indica até onde este pode exercer sua força administrativa e política. Assim também na área das reduções. Ali, sob o domínio espanhol, no conflito de caráter fronteiriço em que as duas nações peninsulares disputavam o mesmo território com profundas divergências políticas, vigorava a vassalagem direta dos guaranis ao rei espanhol: *“Teoricamente na América havia dois reinos, um dos índios e outro dos espanhóis, ambos sob a coroa do mesmo rei.”*³⁸⁵ No mesmo sentido: *“Outro aspecto que merece particular atenção é o respeito e a autonomia dos indígenas que no contexto sócio-político da época encontrou sua expressão na submissão direta ao Rei de Espanha.”*³⁸⁶

Viver em redução representava uma terceira possibilidade para o guarani: ser vassalo do Rei de Espanha. As outras duas: escapar da encomienda e/ou do escravagista português. O guarani pagava tributo à coroa espanhola, que transferiu para a América sua estrutura de governo fundamentada em sua base jurídica: *“Neste espaço havia apenas autonomia*

³⁸³ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 13.

³⁸⁴ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit. p. 8.

³⁸⁵ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 45.

administrativa, sem jamais alcançar a soberania, pois eram seguidas as Ordenações do Reino e as reduções estavam subordinadas aos governadores e ao vice-rei.”³⁸⁷

Expressamente deviam ser seguidas as linhas traçadas pelas leis coloniais espanholas e a vida devia reger-se, segundo o seu ordenamento jurídico, pelas “Leyes de Índias”, conjunto de legislação do velho direito castelhano medieval aplicado a todo o império colonial espanhol na época.

As reduções tinham, então, duplo objetivo: primeiro, o de facilitar o trabalho civilizatório e de evangelização ; segundo, proteger a posse do território em conflito enquanto forma de assegurar sua estabilidade e segurança: “ *Aqueles milhares de guaranis que os jesuítas mantinham segregados em suas missões no território espanhol.*”³⁸⁸

Esse objetivo maior estava no planejamento global firmado entre a Espanha e a Companhia de Jesus: “*A Província Religiosa do Paraguai era um tampão ao avanço português e essa tentativa espanhola acirrou os ânimos dos portugueses que empreenderam através das tais Bandeiras uma guerra armada e destruição total das pretensões missionárias. Deveriam estes jesuítas abrir caminho para a penetração espanhola evitando a resistência ou atenuando esta, por parte dos índios, preparando e doutrinando a mão-de-obra.*”³⁸⁹

Tudo, em última instância, com vistas a resguardar as fronteiras diante do perigo e avanço português, proteger o território espanhol contra possíveis invasões bandeirantes, dentro do quadro histórico resultante do processo de colonização sul-americano, diante da verdadeira situação-limite criada pela fronteira viva instalada no Prata.

³⁸⁶ MASY, Rafaell Carbonell de. op. cit. p. 92. O texto em espanhol: “*Otro aspecto que merece particular atención es el **respeto e la** autonomía de los indígenas que en el contexto socio-político de la época encontró su expresión en la sumisión directa al Rey de España*” – tradução livre do autor.

³⁸⁷ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 76.

³⁸⁸ BOLT, Robert. op. cit. p. 171.

³⁸⁹ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 293.

3.2 O “Conselho de Índias”, as “Leis de Índias” e o prolongamento do Estado espanhol

As reduções guaranis pertenciam ao sistema colonial espanhol que determinava a forma do seu governo temporal “... *segundo o ordenamento político espanhol (...), foram parte integrante do império ultramarino (...); estavam organizadas segundo as grandes linhas estabelecidas pela legislação colonial espanhola...*”³⁹⁰ Sofriam a dominação de uma monarquia centralizada, quer sob os Habsburgos do séc. XVII, quando foram fundadas; quer sob os Bourbons do séc. XVIII, durante o seu processo de desarticulação.

A política colonial era decidida pelo “Conselho de Índias”. Dentro do sistema colonial espanhol era esse o organismo de instrução, de controle e administração das expedições religiosas às Índias, como era chamada a América: “*As Missões Jesuíticas do Paraguai pertenciam ao sistema colonial espanhol, conforme se pode inferir ao analisar as relações entre Estado e Igreja (...), ao determinar a forma de governo temporal (...) e os padrões religiosos e morais dos Guaranis.*”³⁹¹ Ou, no mesmo sentido, esta consideração de Alberto Armani: “... *o ordenamento econômico e administrativo das Reduções não se desenvolveu seguindo ideologias abstratas, porém no âmbito da política e da legislação espanholas...*”³⁹²

Silvio Palacios e Ena Zofoli trazem uma informação bem detalhada de sua atuação:

“Na Espanha a criação de três grandes instituições (Conselho de Índias, Casa de Contratação e Patronato de Índias) reveste-se de suma importância porque passaram a dirigir, com bastante independência, os assuntos administrativos e legislativos da América Hispânica e deles dependeram também os assuntos de índole missionária. O ‘Conselho de Índias’, organizado no ano de 1542 com pessoas que haviam pertencido ao Conselho de Castela, ocupou o primeiro lugar,

³⁹⁰ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 185. Em espanhol: “... *según el ordenamiento político español (...), fueron parte integrante del imperio ultramarino (...); estaban organizadas según las grandes líneas establecidas por la legislación colonial española...*” – tradução livre do autor.

³⁹¹ FLORES, Moacyr. op. cit. p. 15.

³⁹² ARMANI, Alberto. op. cit. p. 174. No original: “... *el ordenamiento económico y administrativo de las Reducciones no se desarrolló siguiendo ideologías abstractas, sino en el ámbito de la política y la legislación españolas...*” – tradução livre ao autor.

*depois do Rei, como a mais alta autoridade e poder de decisão sobre a política colonial.*³⁹³

Sobre a sua competência, Luiz Roberto Lopez informa: *“Originalmente, competia ao Consejo de Las Indias instruir os funcionários, controlar a administração, atuar como tribunal de apelação e fazer leis para a América, a partir dos códigos de Castela.”*³⁹⁴

Neste mesmo sentido, as conclusões de Antônio Carlos Wolkmer: *“... o Conselho das Índias detinha a suprema autoridade para regular as questões coloniais, quer seja ditando as leis necessárias, quer designando os funcionários para as visitas ou inspeções.”*³⁹⁵

Ruy Ruben Ruschel reconhece em seus escritos a dependência das reduções em relação às autoridades espanholas: *“Existem milhares de documentos, como afirmam os estudiosos, nos arquivos hispano-americanos e europeus, que demonstram o quotidiano vínculo desses povos com as autoridades coloniais superiores.”*³⁹⁶

É, em outros termos, o que Furlong expressa assim: *“As missões estavam como um todo dentro das leis e operavam plenamente em conformidade com os direitos da Monarquia hispânica, foram sempre um distrito dentro da estrutura das províncias espanholas.”*³⁹⁷

Alberto Armani assinala a submissão de toda a estrutura colonial ao Conselho:

*“... existem múltiplos testemunhos de várias fontes a respeito da dependência das Reduções com respeito às autoridades espanholas. De 1610 a 1767, mais de trinta decretos e ordenações reais foram ditadas desde Madri para regular a organização e a gestão das Reduções. Por seu lado, os jesuítas submeteram ao rei ou ao Conselho de Índias um considerável número de memoriais relativos ao governo das Reduções, tudo o que teria sido inútil se estas missões tivessem sido realmente independentes.”*³⁹⁸

³⁹³ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 11. O texto no original: *“En España la creación de tres grandes Instituciones (Consejo de Indias, Casa de Contratación y Patronato de Indias) reviste suma importancia porque pasaron a dirigir, con bastante independencia, los asuntos administrativo y legislativos de la América Hispana e de ellos dependieron también los asuntos de índole misionera. El ‘Consejo de Indias’, organizado en el año de 1524 con personas que habían pertenecido al Consejo de Castilla, ocupó el primer lugar, después del Rey, como la más alta autoridad y poder de decisión sobre la política colonial”* – tradução livre do autor.

³⁹⁴ LOPEZ, Luiz Roberto. op. cit. p. 33.

³⁹⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p. 78.

³⁹⁶ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 194.

³⁹⁷ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 361. No original: *“Las misiones estaban en un todo dentro de las leyes y obraban buenamente en conformidad con los derechos de la Monarquía hispana, fueron siempre un distrito dentro de la estructura de las provincias españolas”* – tradução livre do autor.

³⁹⁸ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 179. O texto original: *“...existen múltiples testimonios de varias fuentes acerca de la dependencia de las Reducciones con respecto a las autoridades españolas. De 1610 a 1767, más de treinta decretos y ordenanzas reales fueron*

Arnaldo Bruxel fala da influência do Conselho nas decisões do rei: “... *tudo que era favorável ou desfavorável ao sistema de propriedade dos índios, a administração conservada ou não conservada nas mãos da Companhia, a quantia e maneira de pagar os impostos, tudo passava pelas mãos dos Conselheiros do Conselho de Índias (...). Teoricamente o Conselho propunha, o rei decidia. Mas, na prática, quase sempre seguia o rei o parecer dos conselheiros.*”³⁹⁹

Os textos históricos usam o termo “Índias” originado “... *na bula Omnida, de 1522, em que o Papa Adriano VI concede aos reis de Espanha o privilégio de organizarem expedições religiosas às Índias, como era chamada a América.*”⁴⁰⁰

Outra denominação freqüente é a das “Leis de Índias”, expressando o conjunto da legislação emanada do governo espanhol, referendada pelo Conselho, para ser observado nas colônias espanholas e, em consequência, também nas reduções em terras americanas. Artur Rabuske sinaliza com seu significado: “*Tinham de trabalhar num determinado contexto histórico e tomar em consideração as fundações, leis, disposições hispânicas (v.g. as ‘Leyes de Indias’).*”⁴⁰¹ Em outro trabalho seu conclui: “... *a verdadeira inspiração das Reduções foram de certo as ‘Leyes de Indias’ da Espanha e(...) foram bastante anteriores à fundação da Companhia de Jesus ou ao menos à sua entrada nos Guaranis. Os jesuítas tinham a obrigação de observá-las sob pena de não poderem trabalhar no meio indígena...*”⁴⁰²

O projeto das reduções estava todo previsto por essas Leis de Índias: “*Os Trinta Povos Guaranis foram um Projeto espanhol dos séculos XVII e XVIII, nascido por ordem do Rei, orientado pelas Leis de Índias e entregue aos missionários jesuítas por determinação real.*”⁴⁰³

A verdadeira forma de governo nas reduções dependia, em tudo, da matriz colonial, a Espanha. Arno Álvarez Kern, que em todos os seus estudos contesta a possível realização de

dictadas desde Madri para regular la organización y la gestión de las Reducciones. Por su lado, los jesuitas sometieron al rey o al Consejo de Indias un considerable número de memoriales relativos al gobierno de las Reducciones, todo lo cual habria sido inútil si estas misiones hubiesen sido realmente independientes” – tradução livre do autor.

³⁹⁹ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 55.

⁴⁰⁰ FLORES, Moacyr. p. cit. p. 16.

⁴⁰¹ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 97.

⁴⁰² RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 26.

um modelo político anterior, finaliza um de seus trabalhos: “É muito possível que as idéias platônicas tenham influenciado os missionários jesuitas, mas jamais tiveram a possibilidade de atuar da mesma maneira incisiva como as ‘Leyes de Indias’ do governo absolutista espanhol ou as determinações igualmente autoritárias da monarquia pontifical romana ou dos superiores da Companhia de Jesus. As Missões são dirigidas da Europa pelas ‘Leyes de Indias’ e pelas regras rígidas da moral cristã.”⁴⁰⁴

Esta múltipla submissão (inclusive religiosa) é enfocada, mais uma vez, nesta afirmação: “Na América teriam que repercutir, em graus diferentes, não só as ordens emanadas do poder Real e central como também a situação política, econômica e religiosa da Espanha.”⁴⁰⁵

No mesmo sentido a afirmação de Capdequi: “A conversão dos índios à fé de Cristo e a defesa da religião católica nestes territórios foi uma das preocupações principais na política colonizadora dos monarcas espanhóis. Esta atitude se refletiu largamente nas chamadas Leis de Índias. Em boa parte estas Leis foram ditadas, mais do que por juristas e homens de governo, por moralistas e teólogos.”⁴⁰⁶

Guillermo Furlong também focaliza o governo supremo das reduções como resultante das determinações contidas nas *Leis de Índias* quando afirma: “As reduções se regiam pelas Leis de Índias e por disposições particulares emanadas do poder supremo. Em Madri se aprovava ou desaprovava o proceder dos missionários; se concediam ou se negavam suas pretensões; se lhes dava ordens e se encarregava as autoridades coloniais de cuidar do seu cumprimento.”⁴⁰⁷

⁴⁰³ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 7. – Em espanhol: “Los Treinta Pueblos Misioneros Guaraníes fueron un Proyecto español de los siglos XVII y XVIII, nacido por orden del Rey, orientado por las Leyes de Indias y entregado a los misioneros jesuitas por determinación Real” – tradução livre do autor.

⁴⁰⁴ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 25.

⁴⁰⁵ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 12. No original: “En América tendrían que repercutir, en diferentes grados, no sólo las órdenes emanadas del poder Real y central sino también la situación política, social, económica y religiosa de España” – tradução livre do autor.

⁴⁰⁶ CAPDEQUI, J.M.Ots. op. cit. p. 13. O texto em espanhol: “La conversión de los indios a la fe de Cristo y la defensa de la religión católica en estos territorios fue una de las preocupaciones primordiales en la política colonizadora de los monarcas españoles. Esta actitud se reflejó ampliamente en las llamadas Leyes de Indias. En buena parte fueron dictadas estas Leyes, más que por juristas y hombres de gobierno, por moralistas y teólogos” – tradução livre do autor.

⁴⁰⁷ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 360. O texto original: “Las reducciones se regían por Leyes de Indias o por disposiciones particulares emanadas del poder supremo. En Madrid se aprobaba o desaprobaba el proceder de los misioneros; se concedían o se negaban sus pretensiones; se les daban órdenes y se encargaba a las autoridades coloniales velar sobre su cumplimiento” – tradução livre do autor.

De acordo com este mesmo enfoque, Arnaldo Bruxel dá esta informação: “*Segundo as ‘Leyes de Indias’, as Reduções estavam, obrigatoriamente, sob governo indígena, diretamente subordinado ao governador de Buenos Aires. Como súditos do rei, pagavam-lhe tributo e lhe prestavam inúmeros serviços, geralmente gratuitos.*”⁴⁰⁸

Essa submissão dos guaranis ao governo espanhol era contestada pelos portugueses, em disputa política com a Espanha. É o que informa Alfeu Nilson Mallmann: “*Ao lado da conquista espiritual estava a pacificação dos indígenas para a aceitação do domínio espanhol, a fixação de núcleos populacionais e o embasamento da soberania em territórios que inclusive eram contestados por portugueses.*”⁴⁰⁹ Sabe-se que a disputa política teve desdobramentos durante muitos anos influenciando, inclusive, a fixação territorial da parte meridional do Brasil, conforme analisado no item anterior deste capítulo.

Em depoimento no filme “República Guarani” Ramon Gutierrez detalha a influência das Leis de Índias na vida das reduções:

“Poderíamos dizer que uma ‘redução’ jesuítica adota uma série de elementos próprios da legislação de Índias. As ‘Leis de Índias’ legislavam sobre a regulamentação dos povoados: formas de assentamento, escolha do local para a fixação dos ‘povos’, estrutura e organização interna. Os jesuítas, nas suas ‘reduções’, adotarão só a primeira parte das ‘Leis de Índias’: estritamente tudo que se refere às formas de assentamento, locais salubres, de fácil acesso, de fácil defesa, que disponham de água, de madeira, de condições onde se possa viver adequadamente.”⁴¹⁰

A legislação espanhola contida nas Leis de Índias era tão influente, principalmente no direito privado, que foi adotada, de início, por países americanos quando declararam sua independência. Há indicações neste sentido: “*As chamadas Leis de Índias, assim como as fontes legais do Direito castelhano histórico (...) continuaram vigentes durante muitos anos naqueles seus preceitos que não estavam em contradição com a soberania política dos novos*

⁴⁰⁸ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 36.

⁴⁰⁹ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 131.

⁴¹⁰ BACK, Silvio. op. cit. p. 85.

países. Esta sobrevivência das fontes legais hispânicas foi sentida muito mais nas esferas distintas do Direito privado do que nas do Direito público.”⁴¹¹

Depreende-se de todas estas análises que, em última instância, a vida nas reduções era regulada “... segundo as grandes linhas fixadas pelas leis coloniais espanholas...”⁴¹² Ou, no mesmo sentido, as conclusões de Silvio Palacios e Ena Zofoli: “Podia estabelecer-se a premissa de que o Rei de Espanha com sua autoridade militar, civil e eclesiástica, indiscutível, ditou as primeiras Ordens para pôr em marcha o projeto espanhol e missionário na América. Estas primeiras ordens tinham já, não só um conteúdo prioritário de evangelização, como iam acompanhadas de instruções, recomendações e orientações de tipo político, econômico, jurídico, social e o científico e técnico da época.”⁴¹³

Por mais insistência com que algumas teorias tentem atribuir um governo politicamente autônomo às reduções, dificilmente resistiriam a este argumento: “Uma prova de indiscutível autenticidade e de conteúdo cruel seria afirmar que o grau de dependência política dos povos missioneiros guaranis foi tão grande que um rei ordenou a sua criação e outro rei a sua destruição.”⁴¹⁴

Diante de tantas afirmações sobre a importância e decisiva influência das Leis de Índias sobre o governo das reduções, refere-se, aqui, esta decisiva (e conclusiva) contribuição:

“Mais que em Platão, Morus, Campanella (...) e outros, se pensaria em uma hipótese mista apoiada nas Leis de Índias, as Recomendações do Padre Diego de Torres, as experiências dos jesuítas nas Missões de Juli e os ajustes e modificações que determinariam as circunstâncias locais e as do conjunto dos trinta povos. Se discutiu com a devida razoabilidade que essas experiências locais e as orientações prévias, oficiais (Leyes de Indias) e da Companhia (P. Torres) é provável que influíram no

⁴¹¹ CAPDEQUI, J.M. Ots. op. cit. p. 190. No original: “Las llamadas Leyes de Indias, así como las fuentes legales del Derecho castellano histórico (...) continuaron vigentes durante muchos años en aquellos de sus preceptos que no estuvieran en contradicción con la soberanía política de los nuevos países. Esta supervivencia de las fuentes legales hispánicas se acusó mucho más en las distintas esferas del Derecho privado que en las de Derecho público” – tradução livre do autor.

⁴¹² ARMANI, Alberto. op. cit. p. 103. No original: “... según las grandes líneas fijadas por las leyes coloniales españolas...” – tradução livre do autor.

⁴¹³ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 36. No original: “Podría establecerse la premisa de que el Rey de España con su autoridad militar, civil y eclesiástica, indiscutible, dictó las primeras Ordenes para poner en marcha el proyecto español y misionero en América. Estas primeras Ordenes tenían ya, no sólo un contenido prioritario de evangelización, sino que iban acompañadas de instrucciones, recomendaciones y orientaciones de tipo político, económico, jurídico, social y el científico y técnico de la época” – tradução livre do autor.

⁴¹⁴ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 179. O texto original: “Una prueba de indiscutible autenticidad y de cruel contenido sería el afirmar que el grado de dependencia política de los pueblos misioneros guaraníes fue tan grande que un rey ordenó su creación y otro rey su destrucción” – tradução livre do autor.

sistema implantado com êxito, mais que a leitura de livros escritos sobre 'utopias'."⁴¹⁵

Na mesma obra os Autores têm mais esta afirmação no mesmo sentido: *"Está demonstrada a importância das Leis de Índias como inspiradoras dos povos missioneiros guaranis, não só na orientação de muitos aspectos de sua localização, instalação e organização, porém o que deve considerar-se mais importante, o cumprimento das mesmas que foi o fator decisivo para agrupar populações indígenas, sem a força das armas, e defendê-las da exploração da escravidão com critérios humanos, jurídicos e cristãos."*⁴¹⁶

Quem determina a vida administrativa de um povo (ou de um país) são as autoridades civis. Como as reduções estavam sob a administração do governo espanhol, a conclusão de Furlong vem a propósito: *"As autoridades civis nos povos guaranis tinham muita analogia com a que prevalecia nas cidades dos espanhóis."*⁴¹⁷

Assim, também Capdequi conclui: *"... a presença do Estado espanhol se acusa com matizes mais ou menos acentuados desde os primeiros descobrimentos."*⁴¹⁸

Quem entre os historiadores rio-grandenses resumiu a influência do Estado espanhol e de sua legislação nas reduções foi Armino Trevisan:

"A primeira condição para o jesuíta introduzir o sistema de redução na estrutura material e espiritual da sociedade guaranítica era gerar um novo espaço físico e comunitário. Para isso, foi utilizada a legislação vigente na época, como a denominada 'Ordenanzas sobre descubrimiento nuevo y población', editada por Felipe II, em 1573, (...). Regulava os mais variados aspectos da organização física dos povoados indígenas e outros aspectos, como a forma mais adequada de

⁴¹⁵ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 169. No original: *"Más que en Platón, Moro, Campanella (...) y otros, se pensaría en una hipótesis mixta sustentada en las Leyes de Indias, las Recomendaciones del P. Diego de Torres, las experiencias de los jesuitas en las Misiones de Juli y los reajustes o modificaciones que determinarían las circunstancias locales y las del conjunto de los treinta pueblos. Se discutió con el debido razonamiento que esas experiencias locales y las orientaciones previas, oficiales (Leyes de Indias) y la Compañía (P.Torres) es probable que influyeran más en el sistema implantado con éxito, que la lectura de libros escritos sobre 'utopías' – tradução livre do autor.*

⁴¹⁶ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 124. O texto em espanhol: *"Está demostrada la importancia de las Leyes de Indias como inspiradoras de los pueblos misioneros guaraníes, no sólo en la orientación de muchos aspectos para su localización, instalación y organización sino lo que debe considerarse más importante, el cumplimiento de las mismas que fue el factor decisivo para agrupar a poblaciones indígenas, sin la fuerza de las armas, y defenderlas de la explotación y de la esclavitud con criterios humanos, jurídicos y cristianos"* – tradução livre do autor.

⁴¹⁷ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 366. Em espanhol: *"Las autoridades civiles en los pueblos de guaraníes tenían mucha analogía con la que prevalezca en las ciudades de los españoles"* – tradução livre do autor.

⁴¹⁸ CAPDEQUI, J.M.Ots. op. cit. p. 17. Em espanhol: *"...la presencia del Estado español se acusa con matices más o menos acentuados desde los primeros descubrimientos"* – tradução livre do autor.

tratamento dos índios para se conseguir sua conversão religiosa. Outras 'ordenanças' foram editadas para adaptar as normas gerais à realidade local das reduções. Em 1681, essa legislação, constituída de cédulas reais e ordenanças de governo, foi reunida sob o título 'Recopilación de Leyes de Indias'."⁴¹⁹

A estrutura jurídica espanhola foi transplantada para os territórios descobertos/ocupados, além das instituições sociais, econômicas, o governo e a administração. O Direito espanhol influenciou decisivamente a vida na América, assim como o dia-a-dia nas reduções. É o que fez a Maria Alice Millet concluir: *"Os Trinta Povos formavam uma constelação de aldeias subordinadas à jurisdição da Coroa como qualquer território sob domínio espanhol. Cada povoado jesuítico-guarani funcionava como uma célula do sistema administrado pelos padres, sem haver hegemonia de um sobre o outro."*⁴²⁰

Essa *"... estrita observância das leis emanadas da Corte de Madri"*⁴²¹ foi uma imposição da velha Idade Média castelhana que se projetou nas terras das "Índias", fazendo prevalecer, inicialmente, seu Direito e sua hegemonia política, declarando os seus habitantes vassalos da Coroa de Castella. Alberto Armani sintetizou essa transposição da legislação espanhola para a América: *"Os missionários não foram experimentadores, a partir da existência guarani, de projetos nascidos fora da realidade, mas construíram seu 'Estado' atendo-se ao quadro da política e da legislação colonial espanhola..."*⁴²²

Capdequi resumiu o processo histórico de como aconteceu essa imposição do direito medieval castelhano: *"Monarquia e burocracia haviam chegado a constituir nas terras de Castella uma verdadeira superestrutura nacional, com aniquilamento inexorável das velhas liberdades de todos os povos da Península. Seu imenso poder político se projetou também de maneira incontestável sobre os imensos territórios das Índias Ocidentais."*⁴²³

⁴¹⁹ MARTINS, Nestor Torelly. op. cit. p. 112.

⁴²⁰ MILLET, Maria Alice. op. cit. p. 306.

⁴²¹ BERNARDI, Mansueto, op. cit. p. 25

⁴²² ARMANI, Alberto. op. cit. p. 169. Em espanhol: *"Los misioneros no fueron experimentadores, a partir de la existencia guarani, de proyectos nacidos fuera de la realidad, sino que construyeron su llamado 'Estado' ateniéndose al cuadro de la política y la legislación colonial española..."* – tradução livre do autor.

⁴²³ CAPDEQUI, J.M. Ots. op. cit. p. 49. No original: *"Monarquia e burocracia habían llegado a constituir en tierras de Castilla una verdadera superestructura nacional, con aniquilamiento inexorable de las viejas libertades de todos los pueblos de la Península. Su inmenso poder político se proyectó también de manera no contrarrestable sobre estos inmensos territorios de las Indias Occidentales"* – tradução livre do autor.

Em consequência dessa imposição, “... raro era o ato jurídico de alguma significação que não necessitasse da confirmação do Rei para obter plena validade.”⁴²⁴

Os jesuítas ficaram plenamente fiéis a essa submissão jurídico-política: “Os padres comprometeram seus neófitos a declararem-se súditos ou vassalos da Coroa de Espanha...”⁴²⁵ Até nova língua foi imposta: “É oportuno recordar que Carlos V, imperador e portanto com vocação de monarca universal, não considerava violência moral iníqua e inoportuna a imposição da língua castelhana aos indígenas; mas via nisso um meio de promovê-los à dignidade de cidadãos do império.”⁴²⁶

Com o tempo, constatou-se que não era possível simplesmente pretender aplicar integralmente o Direito espanhol para regular a vida dos povos nas colônias. Havia uma necessidade de adaptação: “Para ordenar a vida do mundo recém descoberto pelos europeus, as normas ditadas pelos reis católicos estão baseadas em princípios e instituições do Direito de Castela. Mas a realidade de tais terras logo demonstra que é difícil a aplicação imediata desse direito. Vão sendo necessárias normas especiais para o ‘Novo Mundo’, que vão dando forma ao chamado ‘Direito Indígena’.”⁴²⁷

O autor apresenta as características desse “Novo Direito”: “... o Direito Indígena possui grande número de disposições que têm por fim a preservação dos povos indígenas e a formação de novas comunidades, tentando reunir os índios dispersos e reduzindo à vida sedentária aos nômades. Tal questão constitui lugar comum, uma reiteração nas diversas disposições jurídicas do Direito Espanhol nas Índias.”⁴²⁸

Mesmo com esse novo quadro jurídico, vigorando um direito específico para as peculiaridades dos povos indígenas, nunca subsistiram com plena autonomia diante da Coroa Espanhola. Os interesses políticos e financeiros da monarquia sobrepuseram-se. Nunca “... impediu que a ‘República Guarani’ fosse constantemente devassada por autoridades coloniais e ibéricas, religiosos, mercadores, soldados da Coroa, viajantes etc. , e , em

⁴²⁴ CAPDEQUI, J.M. Ots. op. cit. p. 52. No original: “...raro era el acto jurídico de alguna significación que no necesitase de la confirmación del Rey para obtener plena validez” – tradução livre do autor.

⁴²⁵ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 105.

⁴²⁶ ARMANI ALBERTO. op. cit. p. 159. No original: “Es oportuno recordar que Carlos V, emperador y por lo tanto con vocación de monarca universal, no consideraba violencia moral inícu e inoportuna la imposición de la lengua castellana a los indígenas; más bien veía en ello un medio de promoverlos a la dignidad de ciudadanos del imperio” – tradução livre do autor.

⁴²⁷ RANGEL, Jesus Antônio de la Torre. op. cit. p. 219.

⁴²⁸ RANGEL, Jesus Antônio de la Torre. op. cit. p. 227.

especial, pelo mandonismo imperial, exatamente, com a finalidade de 'lembrá-la' de sua inequívoca 'nacionalidade' e dependência."⁴²⁹

É a esse “mandonismo imperial” que Ruy Ruben Ruschel denomina de “.... *obediência sincera às Leyes de Indias, a que os jesuítas castelhanos procuraram sempre submeter-se.*”⁴³⁰

Como o índio “... *obedecia à mesma organização que havia nas cidades espanholas...*”⁴³¹, os padres missionários, procurando aplicar sempre a legislação espanhola, cooptaram os caciques para, com eles, estabelecer um regime de “... *submissão dos guaranis ao rei da Espanha, a quem eles chamam Mburubichabete, ou seja, 'o maior entre os caciques'.*”⁴³² Aproveitaram a estrutura cacical, o governo próprio da tribo, para referendar o mecanismo de sujeição dos índios aos espanhóis, elevando-os a cargos no *Cabildo*, instituição de administração e justiça no sistema colonial espanhol.

Só seria possível falar em regime político e forma de governo autônoma nas reduções se comprovada a sua emancipação dos quadros da sociedade global espanhola. Isso nunca ocorreu. Conquistados os caciques e promovidos a funcionários reais, os missionários fizeram dos guaranis “índios do rei de Espanha”, dentro da estrutura herdada do direito medieval castelhano.

⁴²⁹ BACK, Silvio. op. cit. p. 122.

⁴³⁰ RUSCHEL, Ruy Ruben, op. cit. p. 101.

⁴³¹ SIMON, Mário. op. cit. p. 25.

⁴³² HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 223.

3.3 O cacicado: governo dos índios guaranis

A experiência catequético-civilizatória das reduções jesuíticas na América deu-se, basicamente, entre os índios guaranis que

*“... ocupavam a porção do litoral compreendida entre Cananéia e Rio Grande do Sul, a partir daí estendiam-se para o interior até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Da confluência entre o Paraguai e o Paraná, as aldeias indígenas distribuíam-se ao longo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Seu território era limitado ao norte pelo rio Tietê, a oeste pelo rio Paraguai. Mais adiante, separado deste bloco pelo Chaco, vivia outro povo Guarani, os Chiriguano, junto às fronteiras do Império Inca.”*⁴³³

Ainda sobre a sua fixação territorial: *“À época da chegada dos europeus, a tradição migratória entre os povos Tupi-Guarani estava em plena expansão. Os Guarani já ocupavam áreas que atualmente compreendem o Paraguai (sudeste e leste), a Argentina (nordeste) e o Brasil (nordeste, centro, sudeste e leste do Rio Grande do sul), oeste e leste de Santa Catarina e do Paraná e o sul do Mato Grosso.”*⁴³⁴

Segundo as pesquisas dos antropólogos, eles eram uma nação, embora não no sentido moderno de Estado. Neste aspecto, os Guarani enquadram-se na definição de Marshall Sahlins para as sociedades primitivas, ou seja, *“... culturas que carecem de estado político, e que só é aplicável na medida em que a economia e as relações sociais não hajam sido modificadas pela penetração histórica de outros Estados.”*⁴³⁵

Para Décio Freitas, ao estudar os guaranis,

“... não se deve pensar em um povo no sentido moderno do termo, mas em um mosaico étnico que

⁴³³ CLASTRES, Helene. op. cit. p. 8.

⁴³⁴ COLAÇO, Thais Luzia. op. cit. p. 12.

⁴³⁵ SAHLINS, Marshal. *Economia de la Edad de Piedra*. Madrid: Akal, 1977. p. 206. *Apud*: MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 193. No original: *“...culturas que carecen de estado político, y que sólo es aplicable en la medida en que la economía y las relaciones sociales no hayan sido modificadas por la penetración histórica de otros Estados”* – tradução livre do autor.

na máxima parte só possuía um elemento comum – a língua guarani.

A identidade da língua não se traduzia, entretanto, em qualquer integração geográfica, econômica ou social; viviam, pelo contrário, em tribos separadas, autônomas e dispersas. Em muitos lugares conviviam com povos que deles se distinguiam notavelmente pela língua e pelos costumes. Nem sempre possuíam a mesma denominação.”⁴³⁶

As informações trazidas por Maxime Haubert dão conta de sua importância, enquanto nação, no contexto americano: “*Naquela época, os guaranis formam, de longe, a maior nação indígena. Ocupam um extenso território, que vai de Assunção ao domínio português, ao longo do alto Paraná e do alto Uruguai.*”⁴³⁷

Eram seminômades, assim especificados por Bartolomeu Meliá: “... o semi-nomadismo dos Guarani é relativo, e talvez seja melhor referirmo-nos a eles como ‘colonos dinâmicos’: um ‘povo que caminha’.”⁴³⁸

Descrevendo o nomadismo guarani, Arnaldo Bruzel aponta quem liderava a tribo: “*Dado o caráter profundamente cacical que continuava em todos os povos na medida do possível, é de supor que em caso de emigração, emigrassem de preferência grupos ligados pelo cacique, sendo pois inevitável que pela divisão se liberassem terras de caciques, terras que deviam passar a outros grupos cacicais...*”⁴³⁹

Politicamente, os guaranis organizavam-se na forma de “cacicados”. A sua estrutura tribal tinha como chefes os denominados “caciques”. Era a maior autoridade, resolvendo os litígios internos em tempo de paz, liderando o grupo tribal em tempos de guerra. Devia ser conhecedor das tradições, saber falar e escutar os conselhos dos anciãos. Acontecia de, às vezes, ser escolhido alguém carismático ou que se tivesse destacado na guerra. As reduções eram povoados que congregavam vários deles. Cada um era encarregado de um grupo de índios ao qual era diretamente vinculado: “*O povo era dividido por casas retangulares,*

⁴³⁶ FREITAS, Décio. op. cit. p. 26.

⁴³⁷ HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 26.

⁴³⁸ MELIÁ, Bartolomeu. *El Guarani Conquistado y Reducido*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, 1976. p. 46. *Apud*: MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 293-294.

⁴³⁹ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 139.

formando os comumente chamados 'quarteirões' e estando cada grupo de indivíduos (as parcialidades) submetido à autoridade de um cacique."⁴⁴⁰

A afirmação de Golin é complementada por Liane Maria Verri:

"A palavra Guaraní quer dizer guerreiro e o próprio sistema de chefias está ligado a isto. E o poder dos chefes é diferente daquilo que nós entendemos por poder.

Os guarani tinham na figura do Tubichá (Cacique) um elemento social de integração, responsável pela liderança da tribo e pela resolução dos litígios internos. Em muitos casos, o Cacique é também Pajé (Médico-Feiticeiro, Carai). Quando isso acontece, o seu prestígio como Xamã ou Pajé aumenta a base de seu prestígio como Cacique.

No caso de aldeias maiores e mais fortes, formava-se um Conselho integrado por diversos caciques menores (chefes das famílias extensas, dirigido por um grande cacique)."⁴⁴¹

Nesta mesma linha, a informação de Maxime Haubert: *"Cada comunidade tem seu chefe, que os espanhóis chamam de cacique, como nas Antilhas. Seu sucessor é o filho mais velho ou o membro mais forte da família, muitas vezes um homem eloquente que se distinguia na guerra (...). Em tempos normais, entretanto, os caciques só têm poder enquanto possuem prestígio.*"⁴⁴²

O sentido de "chefia" na cultura indígena era diferente de nossas concepções modernas de governo e poder. Em sua dissertação de Mestrado em História – Estudos Ibero-americanos - "Os guarani e a economia de reciprocidade" Maria Cristina Bohn Martins contemplou o assunto: *"Os chefes indígenas geralmente não eram dotados de poder de coerção e seus liderados aceitavam sua autoridade e proeminência apenas na medida das contraprestações que dele recebiam. Cabia-lhes dirigir os empreendimentos comunais (...) conduzir habilmente as relações externas do grupo e manter a paz e a harmonia internamente.*"⁴⁴³

⁴⁴⁰ GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 28.

⁴⁴¹ VERRI, Liane Maria. op. cit. p. 55.

⁴⁴² HAUBERT, Maxime. op. cit. p. 27.

⁴⁴³ MARTINS, Maria Cristina Bohn. op. cit. p. 205.

Os missionários passaram a exercer um papel de cooptação dos caciques, firmando sua liderança. A descrição pormenorizada desse processo, feita por Arnaldo Bruxel:

*“Quando a Companhia entrou a fundar os Povos guaranis, os padres missionários, mandados pelos seus superiores, iam para a terra dos caciques pagãos, procuravam conquistar a sua simpatia e induzi-los a reduzir-se. A redução consistia em reunirem-se vários caciques voluntariamente em terreno propício, e comprometerem-se mais ou menos a ficarem reunidos. Os caciques que se rendiam, ou ficavam na sua terra (...), ou, na de outro cacique, com consentimento deste. Assim se juntavam de 40-50 caciques, voluntariamente de sua parte, e com consentimento dos caciques que os acolhiem em suas terras. Estes caciques reunidos, naturalmente conservavam as suas antigas propriedades territoriais, se não estavam demasiadamente distantes. Assim se acrescentava pouco a pouco o território global do povo, até que o número da gente fosse grande demais para ulteriores acrescentamentos, caso em que se fundava um povo mais adiante, sempre no mesmo sistema. Portanto, nesta formação do território de todo o povo, os padres não exerciam nenhum ato de propriedade, senão que tudo era decorrência da propriedade anterior dos caciques e de seus vassalos.”*⁴⁴⁴

Aproveitando esta estrutura de “chefes” guaranis, os caciques, no início das reduções, tiveram um papel importante e de utilidade para os jesuítas conseguirem a submissão dos indígenas à autoridade real espanhola, dando todo o apoio aos jesuítas e confiando, aos poucos, na eficiência desses novos líderes: *“No começo, os missionários tiveram de apoiar-se quase exclusivamente nos caciques locais, mantendo basicamente inalteradas as estruturas tribais e de clãs.”*⁴⁴⁵

As recomendações do Provincial dos jesuítas, em suas instruções de como fundar e instalar uma nova redução, eram de que os missionários de assessorassem dos caciques: *“Antes da fundação do povoado, considere-se muito sua sede, por dever apresentar-se com capacidade para muitos índios, ser bom de clima, de boas águas, apta para o sustento a conseguir, com chácaras, pesca e caça. Nisso terão de informar-se muito detidamente com os*

⁴⁴⁴ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 61.

*próprios índios, principalmente os caciques, dando-se atenção para que estejam longe de outros, com quem se acharem em guerra.”*⁴⁴⁶

Ainda na primeira das duas instruções o Pe. Diogo de Torres Bollo, primeiro Provincial do Reino de Granada e do Paraguai, encontramos: *“Tenham grande gosto em dar as coisas que consigo levarem e se lhes forem enviadas, de modo que sirvam de prêmio aos que melhor aprenderem e aos que melhor ajudarem, bem como aos caciques.”*⁴⁴⁷

Na segunda instrução prescreve, inclusive, tratamento penal diferenciado: *“Aos caciques contudo não convém castigá-los e de modo particular não em público.”*⁴⁴⁸

Na prática, houve toda uma substituição do modelo político, mantidas as bases da estrutura tribal guarani, conforme esta análise de Armindo Trevisan:

*“Na substituição do modelo, os missionários tinham alguns aliados. Primeiro, as crianças, educadas diretamente para o novo sistema, que aprendiam, repetiam e transmitiam para os outros. Depois, os caciques, respeitados por suas tribos, muitos deles promovidos ou eleitos para cargos de administração, correspondentes a prefeitos, vereadores, juizes, fiscais e coordenadores da pequena cidade; seus filhos iam à escola e recebiam treinamento privilegiado como futuros dirigentes. É importante registrar que a missão manteve a organização tribal e a usou como a base de sua nova estrutura. As tarefas eram confiadas aos caciques e estes controlavam os seus seguidores.”*⁴⁴⁹

Para a administração política das reduções os jesuítas estabeleceram uma parceria com os caciques, cooptando-os mediante a oferta de cargos dentro da nova estrutura espanhola que seria implantada a seguir: *“Do ponto de vista político, conciliam-se as tradições européia e indígena, como é o caso do caciquismo que se mescla com a instituição do Cabildo, para o governo municipal dos povoados.”*⁴⁵⁰

⁴⁴⁵ ARMANI, Alberto. op. cit. p. 102 – No original: *“Al comienzo, los misioneros debieron apoyarse casi exclusivamente en los caciques locales, manteniendo básicamente inalteradas las estructuras tribales y de clanes”* – tradução livre do autor.

⁴⁴⁶ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 181.

⁴⁴⁷ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 176.

⁴⁴⁸ RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 183.

⁴⁴⁹ TREVISAN, Armindo. Um barroco indígena. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). *Missões jesuítico-guaranis*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 155.

Thaís Luzia Colaço refere um caso de cooptação que aconteceu com o cacique Moreira: *“Como forma de cooptá-lo através dos bens materiais, o Padre SEPP nomeou-o cacique-maior da redução, presenteando-o com casa, fumo, erva-mate, agulhas, alfinetes e faca.”*⁴⁵¹ Já naquela época os cargos eram negociados com nomeações e favores. Até parece que o “toma-lá-dá-cá” da política nacional foi mais uma invenção jesuíta.

Os cargos que lhes foram atribuídos eram com os mesmos nomes castelhanos, embora conservassem seu poder de caciques:

*“Os povoados missionários guaranis adotaram os nomes de autoridades seguindo o modelo municipal castelhano, com um sentido socializado da comunidade, porém sem perder o caráter, o trabalho e propriedade individual em diversos casos, embora o índio guarani não era muito entusiasta de obter e conservar bens pessoais. Seguiram o modelo do governo local castelhano, mas com a participação do modelo tradicional guarani representado pelo Cacique. Foi, no entanto, uma mescla na qual atuavam principalmente os indígenas com seus novos poderes, nomes e títulos de Corregedores (com seus bastões), Alcaldes (com suas varas), Regedores, Alferes, Mordomos, Alguaciles e outros relacionados com os diversos Ofícios, mais os Caciques, todos com suas hierarquias e responsabilidades bem delimitadas; geralmente estas novas autoridades, ao estilo e nome castelhanos, saíam freqüentemente dos próprios Caciques, os de maior prestígio, capacidade de mando e condições administrativas. Em resumo, a autoridade continuava nas mãos dos índios com as diretrizes e a estreita vigilância de somente dois jesuítas em cada povoado missionário...”*⁴⁵²

⁴⁵⁰ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 68.

⁴⁵¹ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 117.

⁴⁵² PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p.169. Em espanhol: *“Los pueblos misioneros guaranies adoptaron el nombramiento de autoridad siguiendo el modelo municipal castellano, con un sentido socializado de la comunidad pero sin perder el carácter, el trabajo y la propiedad individual en diversos casos, aunque el indio guarani no era muy entusiasta de obtener y sostener bienes personales. Seguieron el modelo del gobierno local castellano pero con la participación del modelo tradicional guarani representado por el Cacique. Fue, por lo tanto, una mezcla en que actuaban esencialmente los indígenas con los nuevos poderes, nombres e títulos de Corregedores (con sus bastones), Alcaldes (con sus varas), Regidores, Alféreces, Mayordomos, Alguaciles y otros relacionados con los diversos Ofícios, más los Caciques, todos con sus jerarquias y responsabilidades bien delimitadas; generalmente estas nuevas autoridades, al estilo y nombre castellanos, salían frecuentemente de los propios Caciques, los de mayor prestigio, capacidad de mando y condiciones administrativas. En resumen, la autoridad continuaba en manos de los indígenas con las directrices y la estrecha vigilancia de solamente dos jesuítas en cada pueblo misionero...”* – tradução livre do autor.

Esta aliança dos jesuítas com os caciques também foi analisada por Arno Álvarez Kern: “... a instituição do cacicado será mantida, ainda que sob a redução este líder político não fosse mais um ‘*primus inter pares*’ apenas, mas passava a ser também um funcionário da administração colonial hispânica.”⁴⁵³

Maxime Haubert, respondendo a uma pergunta sobre o tema “caciques” no filme “República Guarani”, aponta para a diferenciação social que se estabeleceu nas reduções em consequência das vantagens que os jesuítas lhes ofereciam para conseguir seu apoio político: “Nas ‘reduções’ havia uma hierarquia muito severa de categorias sociais: os jesuítas criaram uma espécie de pequena nobreza com os caciques...”⁴⁵⁴

Em consequência da condição de funcionários da administração espanhola e por integrarem essa “pequena nobreza”, podiam aspirar a cargos e outras vantagens. Furlong especifica as regalias:

“... pela Cédula Real de 12 de março de 1697, os Caciques foram declarados fidalgos de Castela, podendo aspirar a todos os cargos a que estes podiam aspirar, e em 21 de fevereiro de 1725 uma segunda Cédula Real confirmou-lhes esta prerrogativa, e eximiam-nos do pagamento de tributos, conforme a vontade real. Outorgavam-lhes também o título de Dom e declaravam que a propriedade da terra não estava anexa ao indivíduo nem ao comum, mas aos caciques conforme suas tradições, cada cacique tinha um campo como seu, e ali, e não em outro lugar, trabalhavam seus vassallos, as plantações, das quais o cacique havia de receber o tributo de seus súditos.”⁴⁵⁵

O fato de os caciques terem sido guindados aos cargos nas reduções é visto com naturalidade por Lugon, e o seu trabalho considerado uma preciosa colaboração com os padres: “O mais comum era as tribos guaranis terem sido levadas a aceitar a vida da redução por seus caciques. Teria sido pouco sensato e praticamente impossível suprimir de um dia para outro uma autoridade estabelecida, que se revelava preciosa em todas as espécies de

⁴⁵³ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 11.

⁴⁵⁴ BACK, Silvio. op. cit. p. 91.

⁴⁵⁵ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 367. No texto original: “... por Real Cédula de 12 de marzo de 1697, los Caciques fueron declarados hidalgos de Castilla, pudiendo aspirar a todos los cargos a que éstos podían aspirar, y en 21 de febrero de 1725 una segunda Real Cédula les confirmó esta prerrogativa, y los eximían del pago de tributos, conforme a la real voluntad. Les otorgaban también el título de Don y declaraban que la propiedad de la tierra no estaba aneja al individuo ni al común, sino a los

domínios, nesse período laborioso em que os padres não possuíam ainda conhecimentos da psicologia dos índios. Os caciques tornaram-se, provisoriamente, chefes de setores."⁴⁵⁶

Luiz Roberto Lopez também conclui que houve uma grande diferenciação social entre os guaranis resultante dos privilégios concedidos aos caciques, tornados representantes do governo espanhol nas reduções: *"... as aldeias, de um modo ou de outro integradas no universo colonial, eram governadas, conforme determinação da Metrópole, por caciques que constituíam uma aristocracia nativa cooptada pelo colonizador. A eles foi dada a missão de exercerem o poder espanhol em nível tribal.*"⁴⁵⁷

Estabeleceu-se uma flagrante desigualdade social: *"Havia entre os índios duas categorias: a do índio comum e a do 'cacique', estirpe de caráter hereditário a que às vezes os jesuítas chamavam 'os principais'.*"⁴⁵⁸

Décio Freitas faz a descrição de outras regalias dos caciques: *"... gozavam de certos direitos sobre seus súditos, que deviam semear e cultivar suas terras, bem como entregar-lhes os filhos quando solicitassem. A poligamia estava reservada aos caciques, dado que o grosso dos homens da tribo não podia manter várias esposas.*"⁴⁵⁹

Com vistas a prepará-los para futuramente terem condições de acesso aos cargos na administração, reservavam-lhes, primordialmente, o acesso aos estudos: *"... a maioria da população desconhece a escrita que permanece como um elemento cultural apenas acessível aos caciques e a seus filhos, bem como a alguns raros indígenas que se transformaram em artesãos e tipógrafos.*"⁴⁶⁰

Cooptando deliberadamente os caciques, o jesuíta fez aliança com eles, uma casta privilegiada e que mais tarde integraria o Cabildo. Com isso, deslocou o xamã (líder religioso). Paulatinamente, substituiu a organização primitiva do indígena, tendo-se aproveitado de elementos culturais peculiares e, em lugar dos poderes exclusivos do cacique e

Caciques en conformidad con sus tradiciones, cada Cacique tenia un campo como suyo, y allí, y no en otra parte, trabajaban sus vassallos, las sementeras, de las que el cacique habia de recibir el tributo de parte de sus subditos" – tradução livre do autor.

⁴⁵⁶ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 88.

⁴⁵⁷ LOPEZ, Luiz Roberto. op. cit. p. 44.

⁴⁵⁸ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 190.

⁴⁵⁹ FREITAS, Décio. op. cit. p. 34.

⁴⁶⁰ KERN, Arno Álvarez. **A arqueologia, a história e os trinta povos das missões.** In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n. 2. Porto Alegre: PUCRS, dez. de 1989. p. 364.

do xamã, exercia as funções de administrador, juiz, médico, sacerdote. A própria direção e gerenciamento da parte material, com vistas a garantir o sustento da redução, passou para seu controle. Com o tempo, a palavra final seria invariavelmente a do jesuíta.⁴⁶¹

Todo este trabalho revela que, além da religiosa, o jesuíta tinha destacada atuação política, dentro do projeto espanhol, em perfeita sintonia com as autoridades monárquicas. Arno Álvarez Kern sintetiza essa ação política, sempre em harmonia com os caciques:

*“... a própria ação missionária nas Reduções colocava os jesuítas em contato direto com os caciques locais, como representantes do monarca espanhol e com a autoridade conferida pelo Real Patronato, o que era, sem dúvida, atividade política. Igualmente política era a ação desenvolvida pelo missionário para obter, através da vassalagem direta ao monarca, que os Guaranis escapassem da escravidão ao organizarem os povoados reducionais. Política, também, a organização das milícias indígenas equipadas com armas de fogo para fazer frente à expansão escravocrata dos bandeirantes. A própria situação fronteiriça das Reduções terminou lhes conferindo importância política. Finalmente, a liderança local nas Doutrinas e o próprio governo temporal destas envolveram definitivamente os evangelizadores na ação política do Império Espanhol.”*⁴⁶²

O cacicado, sistema tribal de governo dos índios guaranis, foi o meio através do qual a Espanha transpôs a sua estrutura administrativa para as reduções. Para o êxito do projeto político de implantação e manutenção da supremacia espanhola, a aliança jesuíta-cacique foi fundamental. Os caciques foram cooptados pelos jesuítas e passaram a fazer parte dos Cabildos. Estes, junto com o caciquismo, no plano local das Reduções, foram as instituições políticas básicas. Duas organizações, uma indígena e outra espanhola, se fundiram num amálgama que resultou dum longo processo de aculturação. Diante do êxito da experiência, as questões administrativas relacionavam os caciques aos Cabildos municipais e estes aos Governos Provinciais do Paraguai e do Prata, ao Vice-Reinado do Peru e, em última instância, à Monarquia Espanhola.

⁴⁶¹ Ver, neste sentido: GADELHA, Regina MARIA d'Aquino Fonseca. *As missões do Itatim: modelo sócio-econômico*. In: Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979. p. 147-160.

⁴⁶² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 135.

3.4 Cabildo: o governo municipal espanhol

Nas reduções guaranis, o verdadeiro emanador e detentor do poder, antes prerrogativa do cacicado, passou a ser a estrutura imperial espanhola. O padre era o representante mais próximo, respaldado pela estrutura do Império Espanhol e pela Igreja Católica. A instituição tribal foi desfigurada, ocorrendo uma ruptura do corpo social próprio da etnia indígena. A realidade vivida pelo guarani passou por uma mudança interna e, também, a sofrer pressões externas, como parte da expansão colonizadora européia.

A compreensão do contexto histórico em que as reduções foram fundadas é essencial para o entendimento de sua forma de governo. Inseridas na estrutura do organograma espanhol para a administração dos territórios nas “Índias”, havia prescrições claras sobre seu funcionamento e subordinação (inclusive religiosa), modelo político, ordenamento jurídico e forma de governo: *“Dos povoados jesuíticos, 21 pertenciam ao Bispado do Rio da Prata e 9 ao Paraguai. Que em cada Redução tivesse um Cabildo, constituído integralmente por índios do povoado.”*⁴⁶³

Para a transformação do poder havia previsão expressa:

“Segundo as Ordenanzas do Licenciado y Olvidor Alfaro, as quais depois se incluíram no Título 3º, livro 6º de La Recopilación de Indias, deveria formar-se em cada ‘pueblo de indios’ um cabildo análogo aos que existiam nos povoados espanhóis laicos, ainda que constituídos de cabildantes na sua totalidade indígenas. As reduções jesuíticas não fugiram a esta regra.

*O cabildo representava o órgão administrativo dos municípios coloniais americanos no Império Espanhol, assim que a criação destes, dentro das Missões Jesuíticas, representava também a inserção das reduções no mundo colonial hispânico.”*⁴⁶⁴

⁴⁶³ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 366. Em espanhol: *“De los pueblos jesuíticos, 21 pertenían al Obispado del Río de la Plata y 9 al Paraguay. Que en cada Reducción hubiese un Cabildo, constituído integralmente por indios del pueblo”* – tradução livre do autor.

⁴⁶⁴ CALEFFI, Paula. O traçado das reduções jesuíticas e a transformação de conceitos culturais – II parte – O Cabildo. In: VERITAS, v. 37, n. 146. Porto Alegre: jun. 1992. p. 266.

Diante da diversidade de formas de governo que já foram atribuídas às reduções, Ruy Ruben Ruschel também sinaliza com uma afirmação que comprova a transposição do modelo municipal espanhol de governo: “*A organização municipal herdada do velho direito espanhol servia de suporte jurídico ao sistema. Agrupados os guaranis em ‘povos’ (pueblos) autônomos, cada qual tinha o seu Cabildo, que correspondia às nossas câmaras municipais...*”⁴⁶⁵ Do mesmo Autor, em outra publicação: “*Cada redução ou pueblo era um núcleo municipal, ou seja, um cabildo, sujeito a administradores eleitos ou sorteados, anualmente, entre os próprios índios.*”⁴⁶⁶

As afirmações de Ruschel são confirmadas por pesquisas de Capdequi, que aponta claramente a sua origem histórica: “*O regime municipal das cidades das Índias foi em suas linhas gerais, uma fiel transposição do velho município castelhano da Idade Média.*”⁴⁶⁷

Arnaldo Bruxel também informa a respeito da sistemática e forma de governo nas reduções e, especificamente sobre o seu funcionamento, diz: “*Na prática, os cabildos aceitavam os conselhos dos curas, e resolviam em geral de comum acordo o que estes, em caso de alto domínio propunham e que em consulta geral de todos se houvesse resolvido, proposto ao Superior de Missões ou em caso necessário ao Provincial, e este houvesse mandado executar.*”⁴⁶⁸

A lista dos eleitos para o Cabildo devia passar pela aprovação do missionário, com poderes de modificá-la, se necessário. Transparece, claramente, sua submissão aos padres, o que provocou este questionamento de Silvio Back: “*O mito da incapacidade dos Guaranis, mito esse que se baseia na crença de uma eterna infância do indígena, ou de que os índios possuem alma mas não razão (...) explicaria por si só que o poder dentro das ‘reduções’ sempre foi um simulacro de democracia (o Cabildo, por exemplo, era um ‘poder’ outorgado, como aos padres cabia invariavelmente a palavra final em qualquer decisão).*”⁴⁶⁹

O poder já não estava mais com o corpo social do guarani. Estabeleceu-se, em consequência, nas reduções o seguinte quadro político: “*A dualidade da autoridade que se*

⁴⁶⁵ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 191.

⁴⁶⁶ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p.103.

⁴⁶⁷ CAPDEQUI, J.M. Ots. op. cit. p. 61. No texto original: “*El régimen municipal de las ciudades de Indias fue en sus lineas generales, un fiel trasplante del viejo municipio castellano de la Edad Media*” – tradução livre do autor.

⁴⁶⁸ BRUXEL, Arnaldo. op. cit. p. 80.

⁴⁶⁹ BACK, Silvio. op. cit. p. 45.

*impôs dentro da missão– cacique-cura – agia através do Cabildo, auxiliado, ainda, por um corregedor indígena.”*⁴⁷⁰

Moacyr Flores analisa mais detidamente a forma de governo das reduções que foram implantadas no Rio Grande do Sul, Brasil, e afirma: “*Cada um dos Sete Povos, igual aos povos hispânicos, possuía cabildo para distribuir justiça e administrar a área urbana.*”⁴⁷¹

Silvio Back, numa descrição simplificada, apresentou o Cabildo, sua constituição e funcionamento:

“... existia em cada uma das missões uma ‘super-prefeitura’ (com ‘prefeito’ indireto...) – o Cabildo, órgão concentrador dos poderes coloniais que, com a autoridade máxima (judicial, legislativa, executiva e militar, além da eclesiástica, é claro) do padre, completava o ‘governo’ reducional.

No Cabildo tinham assento caciques e outros índios que se sobressaíam, gradativamente transformados numa aristocracia hereditária com direitos de fidalgo espanhol e título honorífico de ‘don’.”⁴⁷²

Todas as referências dos autores apontam para a existência do Cabildo nas reduções. O seu conceito operacional e a informação de sua implementação foram extraídas da obra de Tau Golin: “*... era uma instituição de administração e justiça no sistema colonial espanhol. O princípio organizativo do cabildo foi adotado nas Missões em fusão com o caciquismo, sob o controle jesuítico.*”⁴⁷³

Sobre por que motivos e qual a importância de sua adoção nas reduções há esta referência expressa: “*As reduções, desde sua localização, não teriam podido existir sem a aprovação das autoridades espanholas do Paraguai. Os padres, ao se instalarem, desde que obtinham a autorização do funcionamento da ‘redução’ criavam o Cabildo, elegendo para suas funções índios escolhidos, entre os considerados mais capazes e que lhes tivessem demonstrado fidelidade.*”⁴⁷⁴

⁴⁷⁰ BELOTTO, Heloisa Liberalli. *O espaço missioneiro e a geopolítica pombalina*. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983. p. 69.

⁴⁷¹ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p. 24.

⁴⁷² BACK, Silvio. op. cit. p. 114.

⁴⁷³ GOLIN, Tau. op. cit. p. 28.

⁴⁷⁴ GADELHA, Regina Maria D’Aquino Fonseca. op. cit. p. 157.

Já foi analisada a cooptação exercida pelos jesuítas sobre os caciques tornando-os, mais tarde, funcionários da Coroa espanhola através de nomeações para cargos nos Cabildos. A esse respeito, Arno Álvarez Kern comenta: *“... restaria recordar que se por um lado a influência espanhola introduzia o municipalismo na sociedade indígena na forma do Cabildo colonial, este ensaio de aculturação política novamente demonstra a complexidade da transformação, pois os varistas ou cabildantes eram caciques guaranis, com o título nobre espanhol de Dom.”*⁴⁷⁵

Esta análise é acompanhada pelos estudos de Thaís Luzia Colaço: *“As reduções eram na realidade um município, com as mesmas características organizacionais dos cabildos espanhóis. E através da estrutura político-administrativa do cabildo é que se vai firmar a aliança entre os caciques e os jesuítas, formando-se uma casta de ‘funcionários públicos’ supervisionados e subalternos aos missionários.”*⁴⁷⁶

Danilo Lazarotto detalha a organização política e social das reduções: *“O governo de cada povo imitava o das cidades coloniais espanholas. No primeiro dia de cada ano, elegia-se o cabildo que governaria o povo naquele ano, sendo eleitos, por formalidade, aprovados pelo governador de Buenos Aires.”*⁴⁷⁷

Seguindo rigorosamente a legislação espanhola, havia previsão a respeito da época e o modo de escolha entre os candidatos. Há informações detalhadas fornecidas por Aurélio Porto: *“Os Cabildos eram eletivos, procedendo-se à escolha no primeiro dia de cada ano, sob a direção do Cura que dirigia os respectivos trabalhos e examinava as conveniências de sua organização, com o aproveitamento dos melhores elementos da povoação. Realizada a eleição era a ata respectiva remetida ao Governador que a aprovava, confirmando assim o voto popular.”*⁴⁷⁸

Clóvis Lugon elogia o sistema eletivo e a administração dos guaranis: *“É pelas eleições e pelo exercício das funções públicas que os guaranis adquirem um sentimento tão vivo de sua autonomia nacional e de sua responsabilidade em face do bem comum. Toda a administração prática se encontrava em suas mãos. Os guaranis zelavam pela boa ordem de sua cidade e*

⁴⁷⁵ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 60.

⁴⁷⁶ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 121.

⁴⁷⁷ LAZAROTTO, Danilo. op. cit. p. 22.

⁴⁷⁸ PORTO, Aurélio. op. cit. p. 174.

tomavam, eles próprios, as medidas e iniciativas úteis. Organizavam e dirigiam os trabalhos. Administravam os armazéns. Rendiam justiça.”⁴⁷⁹

Alfeu Nilson Mallmann refere-se à eleição, duração do mandato e privilégios inerentes ao cargo de cabildante: *“Os Cabildos das aldeias indígenas eram eleitos por um ano, durante o qual não pagavam tributo. Neste sentido também estavam isentos os Caciques que eram uma classe de privilegiados...”*⁴⁸⁰

Cópia do sistema espanhol e implantado em todas as cidades espanholas, inclusive nas colônias, é, aqui, descrito pormenorizadamente:

*“... instituição castelhana de poder local denominada ‘Cabildo’ que foi muito importante como sistema de governo local nas cidades, vilas e povoados de espanhóis, de crioulos e naturais de toda a América Hispânica e o foi também nos Trinta Povos Missioneiros Guaranis. Os Cabildos não só representaram a forma de governo mais próxima do povo, com seus problemas, queixas e soluções, como desempenharam, mais tarde, um papel decisivo nos movimentos de rebeldia, ao ponto de que, em ocasiões, foram os ‘Cabildos abertos’, verdadeiras assembléias populares, o gérmen das autonomias, primeiro, e depois da independência, em países da América Hispânica, sendo muito representativos no passado histórico do que hoje são a Argentina e o Paraguai. Nas Constituições daqueles Cabildos estava especificado que representavam os interesses diretos da comunidade e definiam as normas éticas que punham o bem comum acima de qualquer interesse privado. A eleição anual de seus membros era outro fator que condicionava a sua eficácia. O Cabildo, como modelo de governo local castelhano, se mesclou com a tradição indígena do Cacique, configurando assim o modelo político dos Trinta Povos Missioneiros Guaranis...”*⁴⁸¹

⁴⁷⁹ LUGON, Clóvis. op. cit. p. 89.

⁴⁸⁰ MALLMANN, Alfeu Nilson. op. cit. p. 99.

⁴⁸¹ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 12. No texto original: *“... institución castellana de poder local denominada ‘Cabildo’ que fue muy importante como sistema de gobierno local en las ciudades, villas y pueblos de españoles, criollos e naturales de toda la América Hispana y lo fue también en los Treinta Pueblos Misioneros Guaranies.. Los Cabildos no sólo representaron la forma de gobierno más próxima al pueblo, con sus problemas, quejas y soluciones sino que desempeñaron, más tarde, un papel decisivo en los movimientos de rebeldia, hasta el punto de que, en ocasiones, fueron los ‘Cabildos abiertos’, verdaderas asambleas populares, el germen de las autonomias, primero, y de la independencia, después, en países de la América Hispana, siendo muy representativos en el pasado histórico de lo que hoy son Argentina y Paraguay. En las Constituciones de aquellos Cabildos estaba especificado que representaban los intereses directos de la comunidad y definian las normas éticas que ponian el bien común por encima de cualquier interés privado. La elección anual de sus miembros era outro factor que condicionaba su eficacia. El Cabildo, como modelo de gobierno local castellano, se mezcló con la tradición indígena del Cacique, configurando así el modelo político de los Treinta Pueblos Misioneros Guaranies...”* – tradução livre do autor.

Juridicamente não há como sustentar a independência política das reduções e sua forma de governo devia adequar-se ao sistema espanhol: *“A coroa espanhola lançou mão da redução de índios em povoados (pueblos), com cabildos indigenas(...). A base jurídica para a criação de novos núcleos urbanos era o cabildo, com ordens expressas do adelantado ou governador da província.”*⁴⁸²

Furlong comenta essa necessária aprovação do Governador como condição de validamento do mandato do cabildante: *“Nem se creia que esta sujeição era meramente nominal, e que os Governadores a exerciam de diversas maneiras. Assim o Cabildo, embora de eleição dos índios, devia receber a aprovação do Governador, e enquanto não a recebiam, eram somente interinos e as nomeações não eram definitivas. Por isso, cada ano, se enviavam as listas de cabildantes ao Governador para submetê-las à sua aprovação.”*⁴⁸³

Neste mesmo sentido as considerações de Thaís Luzia Colaço ao comentar a subordinação dos cabildos ao Governador: *“Apesar de existir uma certa independência administrativa dos Trinta Povos das Missões, eles permaneciam submissos de fato e direito à Coroa. Os governadores estavam sempre em contato com o provincial ou com os supervisores das missões. Eram eles quem designavam os curas de cada redução, nomeavam os cabildantes das missões, faziam visitas periódicas, convocavam os índios para trabalhos públicos e defesa militar.”*⁴⁸⁴

Ruy Ruben Ruschel a respeito da subordinação dos cabildos afirma: *“A organização nunca passou desse âmbito municipal. Cada povo formava uma autonomia, mas não se pensa que fosse independente. Estava subordinado à inspeção, que se fazia com certa frequência pelas autoridades de Buenos Aires e de Assunção. O Cabildo dependia da aprovação superior.”*⁴⁸⁵

Alberto Armani refere-se às reduções e sua organização política falando de que *“... gozavam de uma série de concessões especiais da Coroa, do vice-rei e dos governadores,*

⁴⁸² FLORES, Moacyr. op. cit. p. 43.

⁴⁸³ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 359. O texto original: *“Ni se crea que esta sujeción era meramente nominal, y que los Gobernadores la ejercian de diversas maneras. Así el Cabildo, aunque de elección de los indios, debía recibir aprobación del Gobernador, y mientras no lo recibían, eran sólo interinos y no firmes los nombriamientos. Por eso, cada año, se enviaban las listas de Cabildantes al Gobernador para someterlas a su aprobación”* – tradução livre do autor.

⁴⁸⁴ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 109.

⁴⁸⁵ RUSCHEL, Ruy Ruben. op. cit. p. 194.

possuíam instituições particulares, tais como cabildos compostos inteiramente por indígenas, organização comercial centralizada e exército.”⁴⁸⁶

As suas funções administrativas eram similares às dos municípios espanhóis: “*Foram criados cargos públicos com funções determinadas, ocupados, em sua maioria, pelos caciques. Estas funções eram as seguintes: prefeito, delegado, juiz, policial, zelador, oficial de justiça, escrivão, procurador, almoxarife, oficial militar, fiscal de ofício e sacristão.*”⁴⁸⁷

Uma lista de cargos mais pormenorizada, explicitando as atribuições, é fornecida por Mário Simon:

“... havia um governo ‘civil’, atribuído ao ‘cabildo’. O cabildo exercia os três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Constitui-se de um ‘corregedor’, espécie de prefeito, presidente da câmara e do tribunal de justiça; um ‘tenente-corregedor’, que servia de vice-prefeito; dois ‘alcaldes da cidade’, que eram juizes; dois ‘alcaldes da irmandade’, juizes para assuntos rurais; ‘regedores’, como delegados dos bairros; um ‘alferes real’, que era o comandante do exército, um ‘escrivão’ e um grupo de ‘alguais’, policiais civis. Havia, ainda, um ‘mordomo’ com seus ‘contadores’, ‘fiscais’ e ‘armazenistas’, encarregados dos negócios da fazenda.

O cabildo não era invenção dos jesuítas, porquanto era uma instituição obrigatória por lei nos domínios espanhóis. Os padres apenas tiveram dificuldade para instituí-lo nas Missões. Para isso, estabeleceram que chegar ao ‘cabildo’ correspondia à mais alta honra. Assim, os cargos eram reservados aos caciques.

O ‘corregedor’ era escolhido pelos caciques e padres, mas era nomeado pelo governador de Buenos Aires. Os outros cargos eram preenchidos anualmente, eleitos pelo próprio cabildo em exercício. A toda esta eleição o padre presidia e dava a palavra final. Todo o cabildo tomava posse no dia do Ano Novo com grandes festas. Em funções públicas vestiam-se com trajes especiais.”⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ ARMANI, Alberto. Op. cit. p. 185. No original: “...gozaban de una serie de concesiones especiales de la Corona, del virrey y de los gobernadores; poseían instituciones particulares, tales como cabildos compuestos enteramente por indígenas, organización comercial centralizada y ejército” – tradução livre do autor.

⁴⁸⁷ COLAÇO, Thaís Luzia. op. cit. p. 170.

⁴⁸⁸ SIMON, Mário. op. cit. p. 126.

O cargo maior era o de “Corregedor”. Furlong destaca sua importância: “O Corregedor era de nomeação do próprio Governador. Sendo o Corregedor a primeira autoridade do povoado.”⁴⁸⁹

Silvio Palacios e Ena Zofoli estabeleceram um comparativo entre os cabildos espanhóis e o das reduções, concluindo: “Todas as autoridades mencionadas formavam o ‘Cabildo’; assim, nas cidades espanholas existiam cabildos espanhóis e nos povoados missioneiros, cabildos de índios.”⁴⁹⁰

Descrevem, ainda, a distribuição dessas “autoridades” dentro da redução, colhendo informações de José Cardiel:

“Cada povoado missioneiro estava dividido em parcialidades ou bairros de acordo com o número de habitantes (...) para um melhor controle das condutas e dos trabalhos dos ofícios (ferreiros, carpinteiros, torneiros, estatuários e outros), cada um com seu Alcaide; os meninos seus Preceptores, as meninas com suas Aias até o casamento e as mulheres em geral. Tinham também seus Alcaldes eleitos entre os mais velhos e exemplares que cuidavam do cumprimento de suas tarefas. Todas essas autoridades passavam suas informações ao Padre e todas, independentemente de sua autoridade e responsabilidade, trabalhavam e cultivavam suas terras durante o preparo, a semeadura e a colheita...”⁴⁹¹

Diante de todas essas análises, percorridas tantas referências bibliográficas sobre o assunto, conclui-se que “... muitas e falsas interpretações envolvem o processo histórico platino relativo às Missões Jesuítico-guaranis, impregnando a bibliografia antiga e recente. Erroneamente estes povoados missioneiros foram rotulados de ‘império’, ‘república’, ‘reino’,

⁴⁸⁹ FURLONG, Guillermo. op. cit. p. 359. Em espanhol: “El Corregidor era de nombramiento del mismo Gobernador. Siendo el Corregidor la primera autoridad del pueblo” - tradução livre do autor.

⁴⁹⁰ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 170. No original: “Todas las autoridades mencionadas formaban el ‘Cabildo’; así, en las ciudades de españoles existían cabildos españoles y en los pueblos de indios misioneros, cabildos de indios” - tradução livre do autor.

⁴⁹¹ CARDIEL, José. *Breve relación de las Misiones del Paraguay*. Barcelona: 1913, Tomo II. p. 524. Apud: PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 170. O texto original: “Cada pueblo misionero estaba dividido en parcialidades o barrios de acuerdo con el número de habitantes y cada uno tenía las autoridades (...) para un mejor control de las conductas y de los trabajos de los oficios (herrerros, carpinteros, tejedores, torneros, estatuarios y otros), cada uno con su Alcalde; los muchachos sus Preceptores, las muchachas sus Aias hasta el casamiento y las mujeres en general. Tenían también sus Alcaldes elegidos entre los más viejos y ejemplares que cuidaban del cumplimiento de sus faenas. Todas estas autoridades pasaban sus informes al Padre y todas, independientemente de su autoridad y responsabilidad, trabajaban y cultivaban sus tierras durante la preparación, la siembra y la cosecha...” - tradução livre do autor.

'teocracia', 'socialismo', 'comunismo', etc., em análises superficiais e contrastantes com a própria documentação existente.'" ⁴⁹²

A História não pode ser interpretada com embasamento em teorias e idéias da atualidade, deslocando os fatos alguns anos (ou séculos) para a frente ou para trás apenas para justificar teorias, sem o conhecimento e a contextualização das mudanças que ocorreram no período.

Kern, que se notabilizou por suas reflexões críticas acerca de modelos utópicos já atribuídos às reduções (aqui, de modo especial, comparadas com a "Cidade do Sol"), traz esta conclusão:

*"O sistema hierárquico da Cidade do Sol é completamente diferente do que se conhece da documentação histórica colonial do Rio da Prata. Nos povoados missioneiros, Cabildos à moda espanhola reúnem os caciques guaranis que governam em nome dos Governadores de Assunção e Buenos Aires, que visitaram eventualmente a região ou enviaram as suas determinações e ordens através dos superiores dos missionários, já que eles foram igualmente enviados pelo monarca espanhol e controlados pelas autoridades coloniais e ibéricas."*⁴⁹³

Por outro lado, quanto aos modelos socialistas ou comunistas, no "... processo de transição de grupos indígenas guaranis, horticultores de floresta tropical e subtropical, para uma situação de gradual e limitada inserção cultural na sociedade hispano-americana parece demonstrar como são limitadas as possibilidades de aplicação de 'tipos ideais' (marxistas ou não) europeus a fenômenos específicos da história latino-americana."

⁴⁹⁴

A interpretações acerca das reduções guaranis nos atuais territórios do Paraguai, Argentina e Brasil, notadamente sobre sua forma (ou formas) de governo, são diferentes de algumas afirmações já feitas. Antes de constituírem um Estado jesuítico (ou guaranítico) independente, integravam o projeto de conquista de novas terras e gentes para a Igreja Católica enfraquecida na Europa com a Reforma protestante. Longe da implantação de alguma forma

⁴⁹² KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 55.

⁴⁹³ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 28.

⁴⁹⁴ KERN, Arno Álvarez. op. cit. p. 68.

de governo teocrático ou utópico, antevisão de um determinado sistema econômico do futuro ou mesmo do presente ou de um governo republicano nos domínios de uma monarquia absolutista, houve a adaptação à situação humana encontrada pelos missionários entre os guaranis. A organização civil resultou mais da realidade do que de teorias em voga na Europa. Pela situação geográfica em que estavam inseridas, faziam fronteira com territórios disputados por Espanha e Portugal. Seguiam em tudo o ordenamento jurídico das colônias espanholas, integrando o projeto de expansão de suas fronteiras e de propagação da religião, incentivada pela Igreja Católica.

Estas considerações finais sobre os equívocos já cometidos por autores ao tratar da forma de governo dos Trinta Povos encontram eco, mais uma vez, nesta afirmação: *“Parece uma idéia equivocada considerá-los, como alguns autores pretendem, de República Guarani, Estado Teocrático dos Jesuitas, Império Jesuítico do Paraguai e outras denominações curiosas. Poderá comprovar-se a existência do Cabildo castelhano como unidade política básica do governo de um povoado missioneiro, com a autoridade em mãos dos índios e a permanência do Cacique como instituição guarani.”*⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ PALACIOS, Silvio, ZOFOLI, Ena. op. cit. p. 4. O texto em espanhol: *“Parece una idea equivocada considerarlos, como algunos autores pretenden, de República Guarani, Estado Teocrático de los Jesuitas, Imperio Jesuítico del Paraguay y otras curiosas denominaciones. Podrá comprobarse la existencia del Cabildo castellano como unidad política básica del gobierno de un pueblo misionero, con la autoridad en manos de los indigenas y la permanencia del Cacique como institución guarani”* – tradução livre do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na época dos descobrimentos, séculos XV e XVI, a Santa Sé romana amargava a perda de influência e territórios para a Reforma Protestante. Havia o consenso de que tudo o que não era Europa precisava de seu reconhecimento para existir. Considerava-se ela modelo universal e buscava integrar os territórios e habitantes descobertos aos seus costumes políticos e culturais. A imposição da religião católica era uma necessidade, tentativa desesperada de voltar à cristandade abalada a partir do movimento contestatório de Martinho Lutero, em 1517.

Enfraquecida com a perda de considerável parcela de seus adeptos, a Igreja Católica reagiu aliando-se aos reis, convertendo a Península Ibérica, promotora das navegações, no agente principal da propagação do catolicismo entre os habitantes dos novos territórios descobertos. Traçou uma nova geopolítica de expansão para o Ocidente, fazendo frente às perdas sofridas na Europa.

A América foi a primeira atingida pelo novo objetivo de conquistar espaços em outras partes do mundo. Chocada com a possibilidade de perder toda a Europa, para preservar a base de seu poder temporal, a Igreja reafirmou sua doutrina e disciplina no Concílio de Trento.

Aos padres jesuítas, verdadeira “tropa- de- choque” da Contra-Reforma, coube a tarefa de, com o patrocínio dos Reis católicos ibéricos, rechaçar o Protestantismo e fazer cristão-católicas às populações nativas das terras recém descobertas.

O método escolhido foi o de reunir os índios guaranis das regiões do Itatim, Guairá, e Tape, compreendendo territórios do Paraguai, Argentina, Uruguai e Estados meridionais do Brasil na época, fundando “reduções”, impondo-lhes a vida urbana à moda européia, batizando-os e instruindo-os na doutrina católica.

As referências históricas atribuíram diversas denominações à(s) forma(s) de governo nas reduções guaranis. Muita problematização e controvérsia de posicionamentos. Sobressai o projeto espanhol que transferiu para as Índias seu ordenamento jurídico e organização administrativa municipal.

Os 54 aldeamentos fundados, dos quais 30 prosperaram, foram acusados de constituírem um império guaranítico-jesuíta independente pelos propagandistas antijesuítas europeus, porta-vozes do Iluminismo. Fica historicamente evidenciado o erro de tal preocupação. Financiados e a serviço do projeto colonial ibérico, aos missionários jamais teria sido permitida a constituição de um Estado independente na América. A dependência do Rei de Espanha era efetiva, através de ordens diretas do Vice-Rei, primeiro do Peru e mais tarde do Prata, bem como do Governador de Buenos Aires. As reduções jamais constituíram Estado independente.

Muitas das denominações que a Ciência Política usa para classificar as formas de governo já foram atribuídas às reduções guaranis. São títulos controvertidos: Teocracia, Utopia, Socialismo, Comunismo, República, Império, Reino. Ao mesmo tempo em que há autores defendendo a concretização de alguma dessas formas de governo, outros negam a sua viabilidade, contestadas como verdadeiros vãos de imaginação.

A Igreja Católica teria estabelecido um império no interior dos domínios da Coroa de Espanha sob a máscara da religião, uma organização teocrática, através de rígida disciplina imposta pelos seus agentes locais, os missionários jesuítas. O dia-a-dia nas reduções era organizado de modo que o guarani vivesse da religião.

Todas as missões religiosas e também os jesuítas entre os guaranis estavam subordinados ao projeto político-econômico mercantil ibérico. Não há indícios de que a Coroa de Espanha estivesse preocupada com qualquer possível império teocrático guarani ou jesuítico no interior da América. Governo teocrático se exerce em Estado independente. Não houve independência das reduções em relação às monarquias européias que tanto autorizaram a criação das reduções quanto determinaram seu fim.

Às reduções já foi atribuída a realização de utopias consagradas pela literatura universal. Os autores dessas teorias tentam estabelecer relação hipotética entre a realidade histórica das missões e as sociedades ideais descritas pelos diversos utopistas, em épocas diferentes, obras de intelectuais que imaginaram sociedades com organização política dissociada da realidade e do contexto histórico.

Os romances utópicos devem ser compreendidos em sua época. Em geral, produzidos por europeus que sequer conheciam a realidade geográfica em que as reduções foram instaladas. Essas obedeciam a regras e padrões ditados pelos impérios coloniais. Os reais modelos políticos seguiam a legislação de monarquias absolutas. Mesmo contraditórias, as discussões sobre utopias não se sustentam. As reduções assentavam-se sobre uma estrutura vertical de poder, em estrita consonância aos ditames dos superiores jesuítas, sempre de acordo com a realidade em que estavam inseridos: o império colonial absolutista espanhol.

A solidariedade tribal encontrada em todos os povos primitivos caracterizava também os guaranis das reduções. Não conheciam a propriedade privada. Praticavam o comunitarismo solidário e a economia de reciprocidade.

Este coletivismo missionário freqüentemente é denominado como socialista ou comunista. Teria ocorrido uma experiência socialista antes do tempo ou um comunismo pré-marxista? O Socialismo, como teoria, foi concebido a partir de Babeuf, por volta de 1750, quando as reduções já estavam em declínio. O Comunismo, enquanto prática de modelo político, foi instaurado após a Revolução Russa de 1917.

A estrutura coletivista de propriedade nas reduções não permite essas denominações. Era prática a que todas as parciaisidades estavam acostumadas, não representando a concretização de determinado regime político ou forma de governo.

A denominação “República Guarani” é freqüente na literatura sobre as reduções. O que caracteriza a república é a eleição livre dos dirigentes pelos cidadãos e a soberania nacional. Não é o caso das reduções, subordinadas diretamente à Coroa espanhola. Não há como falar em república no sentido moderno da Ciência Política.

A administração temporal com os funcionários no ordenamento espanhol da época era denominado república, “coisa pública”. Nunca no sentido de república-Estado. Seria crime de lesa-majestade falar-se de república dentro de uma monarquia absolutista.

Portugal e Espanha se enfrentaram durante muitos anos. Procurando definir suas fronteiras na América, o território das reduções representava a situação-limite entre dois impérios em litígio, conflito de caráter fronteiriço em que as duas nações peninsulares disputavam o mesmo território, com profundas divergências políticas.

Pelo Tratado de Madrid, em 1750, prevaleceu o princípio do “uti possidetis”, a ocupação efetiva do território. Esse Tratado ofereceu a diretriz jurídico-diplomática de solução do conflito. A Espanha teve de transferir para Portugal territórios que incluíam as áreas ocupadas pelas reduções guaranis, cujo processo acelerou a sua decadência.

Diante de tanta discussão sobre o possível modelo político e forma de governo nas reduções guaranis, confrontadas as teorias de tão vasta literatura sobre o tema, o que sobressai é que o verdadeiro projeto espanhol para as reduções estava assentado na compilação de sua legislação através das “Leis de Índias”. Previam em detalhes o modelo de organização, constituindo-se num conjunto de legislação emanada do governo espanhol para ser observado nas colônias, como também nas reduções guaranis em terras americanas. A política colonial era referendada pelo “Conselho de Índias”, controlador de toda a administração a quem o Rei consultava em tudo, e muitas vezes apenas referendavam suas decisões.

De acordo com os estudiosos do tema, existem milhares de documentos que demonstram o vínculo direto das reduções, como de todas as colônias, às autoridades coloniais superiores espanholas. Os guaranis das reduções pagavam tributo ao Rei de Espanha. Não é livre o povo que paga tributo a outrem. Prestavam serviço militar, integrando missões por ordem da Coroa espanhola.

A verdadeira forma de governo dependia da matriz colonial. Encarregados de preparar o terreno, os missionários jesuítas foram hábeis em cooptar primeiro os caciques, aproveitando a estrutura hierárquica própria dos índios guaranis. Conquistados os caciques, fizeram dos guaranis “índios do Rei de Espanha”, transferindo para as reduções a estrutura

jurídica herdada do direito medieval castelhano. Na parte administrativa, o Cabildo, organização que servia de suporte ao sistema político. Cada redução constituía um núcleo municipal.

Os cargos para o Cabildo eram eletivos anuais, devendo passar pela aprovação do missionário. A ata de eleição era remetida ao Governador que, enquanto preposto de Espanha mais próximo, confirmava o voto popular.

A realidade histórica do governo das reduções foi diferente de afirmações já feitas. Antes de constituírem um Estado independente, integraram o projeto europeu de conquista de novas terras, com o firme propósito de levar o Evangelho aos seus povos. Não resistem à análise crítica tentativas de atribuir-lhes diferentes formas de governo. É como buscar no passado ou projetar para o futuro situações de pouca ou nenhuma aplicabilidade à realidade das florestas americanas nos séculos XVII e XVIII. Adaptadas pelos missionários à realidade dos guaranis, depois de instruídos na catequese católica, as reduções adotaram a organização jurídico-administrativa de Espanha. Constituíram, na realidade, um prolongamento do Estado espanhol nas Índias. O “Cabildo” foi sua forma de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMANI, Alberto. **Ciudad de Dios y ciudad del sol – El “Estado” jesuita de los guaraníes (1609-1768)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- BACK, Silvio. **República Guarani**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Socialismo biônico dos sete povos das missões**. In: I Jornada de Cultura Missioneira. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1985. p. 108-124.
- BARCELOS, Ramiro Frota. Povos jesuítico-guaranis. In: **Rio Grande - tradição e cultura**. Porto Alegre: Flama, 1970. p. 285-298.
- BELOTTO, Heloísa Liberalli. **O espaço missioneiro e a geopolítica pombalina**. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983. p. 59-76.
- BEOZZO, José Oscar. **Os nativos humilhados e explorados**. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 77-88.
- BERNARDI, Mansueto. **Missões, índios e jesuítas**. Porto Alegre: Sulina, 1982.
- BOFF, Leonardo. **América Latina: da conquista à nova evangelização**. São Paulo: Ática, 1987.
- BOLT, Robert. **A Missão**. São Paulo: Best Seller, 1987.
- BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos guaranis**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- _____. **O sistema de propriedade das reduções guaraníticas**. In: *PESQUISAS*, n. 3. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1959. p. 29-118.
- CALEFFI, Paula. **O traçado das reduções e a transformação de conceitos culturais – II Parte - O cabildo**. In: *VERITAS*, v. 37, n. 146. Porto Alegre: jun. 1992. p. 265-272.
- CAPDEQUI, J. M. Ots. **El Estado español en las Índias**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CARVALHO E MELO, Sebastião José de (Marquês de Pombal). **República jesuítica ultramarina**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- CHEUICHE, Alcy. **Sepé Tiaraju – romance dos sete povos das missões**. Porto Alegre: AGE Editora, 1993.

- CHIAVENATO, Júlio José. **Bandeirismo – dominação e violência**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1991.
- CLASTRES, Helene. **Terra sem mal**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLAÇO, Thaís Luzia. **“INCAPACIDADE” INDÍGENA - Tutela religiosa e violação do direito nas missões jesuíticas**. Curitiba: Juruá, 2000.
- CORREA, Darcisio. **A construção da cidadania – reflexões histórico-políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999.
- DALTO, Renato. O mundo missioneiro. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). **Missões jesuítico-guaranis**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 14-47.
- DÁVILO, Beatriz. **Las misiones jesuiticas – un lugar para la utopia colonial?** In: I Jornadas Internacionales Misiones Jesuiticas. Montevideo: Ed. Grafis Ltda., 1994. p. 147-157.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Missões – ascensão e queda do socialismo missioneiro**. *Zero Hora*, Caderno Cultura, 10 out. 1997. p. 6-7.
- DUSSEL, Enrique. **Historia de la Iglesia en la America Latina**. Bogotá: USTA (Universidade Santo Tomás de Aquino), 1978.
- _____. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Ed. Loyola, 1977.
- _____. **As motivações reais da conquista**. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 35-46.
- ELIZONDO, Virgil e BOFF, Leonardo. **A voz das vítimas: quem as escutará?** In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 6-9.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. **Os jesuítas: Assunção e Guairá**. In: Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979. p. 120-128.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 2 v. 11. ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FARIA, Ricardo, MARQUES, Adhemar e BERUTTI, Flávio Costa. **História**. v.1. São Paulo: Ed. LÊ, 1989.
- FLORES, Moacyr. **Colonialismo e missões jesuíticas**. Porto Alegre: EST/Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1993.
- _____. **O poema Uruguai, de Basílio da Gama**. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 183-192.

- _____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- _____. **Reduções jesuíticas dos guaranis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- _____. **De Montoya a Sepp, um universo de dedicações**. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 291-298.
- FONSECA, Célia Freire A. Das expedições contra as missões jesuíticas do sul às fronteiras gerais do Brasil contemporâneo. In: GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. (ed.) **Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 65-82.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Ed., 1999.
- FREITAS, Décio. **O socialismo missionário**. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- _____. **O socialismo do tipo missionário**. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1982. p. 26-47.
- _____. **História de um genocídio**. *Zero Hora*. Porto Alegre: 25 out. 1997. p. 23.
- _____. Utopia missionária. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). **Missões Jesuítico-guaranis**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 49-65.
- FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus pueblos guaraníes**. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1962.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. **O guarani: cultura e conflito**. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 67-81.
- _____. **As missões do Itatim: modelo sócio-econômico**. In: Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979. p. 147-160.
- _____. **A experiência missionária: integração e desintegração de um povo**. In: Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1994. p. 27-38.
- _____. Jesuítas e guarani: a experiência missional triunfante. In: GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. (ed.). **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 233-245.
- GARAY, Blas. **El comunismo de las misiones jesuíticas**. Asunción: Carlos Schaumann – Editor, 1988.
- GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

- GUTIÉRREZ, Gustavo. **O quinto centenário.** In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez.1990. p. 10-19.
- HAUBERT, Maxime. **Les réductions guaranies et la théologie de la libération.** In: Estudos Ibero-americanos, vol. XV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, jun. 1989. p. 7-19.
- _____. **Índios e jesuítas no tempo das missões.** São Paulo: Cia. das Letras, (1986).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KERN, Arno Álvarez. **Missões: uma utopia política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- _____. **Utopias e missões jesuíticas.** Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.
- _____. **O “modelo político” das missões jesuíticas.** In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1993. p. 15-25.
- _____. **O colapso das aspirações utópicas missioneiras.** In: I Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas. Montevideo: Ed. Graphis Ltda., set. 1994. p. 411-417.
- _____. **Aspirações utópicas da sociedade missioneira.** In: Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: UNIJUI / Campus Santa Rosa, 1994. p. 74-83.
- _____. **Das aldeias guaranis às missões jesuíticas: um processo de transformações culturais.** In: I Jornada de Cultura Missioneira. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1985. p. 53-71.
- _____. **A arqueologia histórica, a história e os trinta povos das missões.** In: Estudos Ibero-americanos, vol. XV, n. 2. Porto Alegre: PUCRS, dez. 1989. p. 357-367.
- _____. **Utopia e missões.** In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1990. p. 20-33.
- _____. **Problemas teórico-metodológicos relativos à análise do processo histórico missioneiro.** In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1986. p. 27-42.
- _____. **Introdução às III Jornadas Internacionais sobre Missões Guaranis.** In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, JU. 1989. p. 5-6.
- LACOMBE, Robert. **La flûte et l’utopie.** In: Estudos Ibero-americanos, vol. XV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, jun. 1989. p. 69-80.
- LAZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul.** 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.
- _____. **Encomiendas e povos das missões.** In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p. 42-49.

- LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- LUGON, Clóvis. **A república “comunista” cristã dos guaranis**. 3. ed. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MAEDER, Ernesto J. **La población de las misiones de guaraníes (1641-1681). Reubicación de los pueblos y consecuencias demográficas**. In: Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuíticas. In: Estudos Ibero-americanos, v. XV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, jun. 1989. p. 49-68.
- MALLMANN, Alfeu Nilson. **Retrato sem retoque das reduções guaranis**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Os guarani e a economia da reciprocidade**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991 – Dissertação (Mestrado em História - Estudos Ibero-americanos).
- MARTINS, Nestor Torelly. O legado arquitetônico. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). **Missões jesuítico-guaranis**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989. p. 112-139.
- MASY, Rafael Carbonell de. **La contribución de Ruiz de Montoya al desarrollo económico de las reducciones**. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 91-118.
- MERCADER, Antonio. **Discurso de abertura**. In: I Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas. Montevideo: Ed. Graphis, 1994. p.17-18.
- MILLET, Maria Alice. Aspectos da organização urbana e da arquitetura nas reduções da província jesuítica do Paraguai. In: GADELHA, Regina Maria d’Aquino F. (ed.) **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1999. p.303-316.
- MORENO, César Fernández. **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- MORUS, Tomás. **A Utopia**. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: L&PM Editores, 1997.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios - Colonialismo e repressão colonial**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- PALACIOS, Silvio e ZOFOLI, Ena. **Gloria y tragedia de las misiones guaraníes**. Bilbao: Ediciones Mensajero, sem data.
- PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. v. IV. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

RABUSKE, Arthur. **O modelo das reduções guaranis: brasileiro ou peruano?** In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p. 171-187.

_____. **A doutrina de Juli, do Peru, como modelo inicial das reduções do antigo Paraguai.** In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975. p. 10-32.

_____. **A carta-magna das reduções do Paraguai.** In: Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977. p. 171-187.

_____. **Subsídios para a leitura da “Conquista Espiritual” de Montoya.** In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985. p. 73-84.

_____. **As assim chamadas “Bandeiras” paulistas de 1580-1640 ou busca de um conceito mais adequado delas.** In: Anais do IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981. p. 111-126.

RANGEL, Jesus Antônio de la Torre. Direitos dos povos indígenas na Nova Espanha até a Modernidade. In: **Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização.** WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p.219-240.

REVISTA *MANCHETE*. **A saga dos guaranis – viagem ao país da utopia.** Rio de Janeiro: nov. de 1995. p. 33-37.

RIBEIRO, Darcy. **O povo latino-americano.** In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 20-34.

_____. **O povo brasileiro.** 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

RUSCHEL, Ruy Ruben. **As raízes incaicas do coletivismo missionário.** In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 223-236.

_____. **O direito de propriedade dos índios missionários.** In: **Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização.** WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 95-110.

_____. **O sistema jurídico dos povos missionários.** In: **Direito e justiça na América indígena – da conquista à colonização.** WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p.183-198.

SALA, Dalton. Arquitetura e conflito político. In: GADELHA, Regina Maria d’Aquino F. (ed.) **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1999. p. 83-102.

- SALES, Juvino Pchô. **500 anos de opressão**. In: Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1991. p. 220-221.
- SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. **Rio Grande do Sul. Aspectos das missões (em tempo de despotismo esclarecido)**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2. ed., 1997.
- _____. **As missões jesuítico-guaranis nas crônicas dos primeiros conquistadores luso-brasileiros do Rio Grande do Sul**. In: Estudos Ibero-americanos, vol XV, n.1. Porto Alegre: PUCRS, jun. 1989. p. 271-284.
- SCHWADE, Egidio. **Organização social, política e econômica das missões**. In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975. p. 39-50.
- SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SEPP, Antônio. **Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- SERVENTI, Maria Cristina. Misiones jesuíticas de guaraníes: el período fundacional y el surgimiento de una nueva civilización (1609-1650). In: GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. (ed.) **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 317-340.
- SILVA, Deonísio da. **A cidade dos padres**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- _____. **Do índio, pelo jesuíta ao rei: o enigma da república dos guaranis**. In: *VERITAS*. Porto Alegre: mar. 1983. p. 74-81.
- SILVA, José Carlos Moreira da Filho. Da "invasão" da América aos sistemas penais de hoje: o discurso da "inferioridade" latino-americana. In: **Fundamentos de História do Direito**. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 165-209.
- SIMON, Mário. **Os sete povos das missões – trágica experiência**. Santo Ângelo: Gráfica Ed. Santo Antônio, 1984.
- _____. **Solidarismo nas missões**. In: *MISSIONEIRA* – Revista do Instituto Missionário de Teologia, n. 14, nov. 1988. p. 22-30.
- SPAREMBERGER, Alfeu. **América 500 anos. As vozes dos vencidos**. In: Anais do I Encontro Internacional de Cultura Ameríndia. Santo Ângelo: URI, 1992. p. 61-72.
- TODOROV, Tzvetta. **A conquista da América. A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes. 1983.
- TREVISAN, Armindo. Um barroco indígena. In: DALTO, Renato, NARDI, Hélio Filho, TAVARES, Eduardo (org.). **Missões jesuítico-guaranis**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. p. 86-111.

VAINFAS, Ronaldo. **Economia e sociedade na América espanhola**. Rio de Janeiro; Edições Graal. 1984.

VERRI, Liane Maria. **A história das missões no Rio Grande do Sul**. In: Anais do curso de Literatura e história do Rio Grande do Sul. Santo Ângelo: FURI, 1990. p. 47-74.

VIEIRA, Otávio Dutra. Colonização portuguesa, catequese jesuítica e direito indígena. In: **Direito e Justiça na América Indígena- da conquista à colonização**. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 143-182.

WAGUA, Aiban. **Conseqüências atuais da invasão européia na América. Visão indígena**. In: *CONCILIUM*. Petrópolis: Vozes, dez. 1990. p. 47-57.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralidade jurídica na América luso-hispânica. In: **Direito e Justiça na América indígena – da conquista à colonização**. WOLKMER, Antônio Carlos (org.) . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 75-94.

____. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.